

DE MIRANDA DO DOURO AO SABUGAL – ARQUITECTURA MILITAR E TESTEMUNHOS ARQUEOLÓGICOS MEDIEVAIS NUM ESPAÇO DE FRONTEIRA

Mário Jorge Barroca*

RESUMO:

Estudo da evolução da ocupação humana de uma vasta área territorial na fronteira Leste de Portugal, compreendida entre Miranda do Douro e o Sabugal, entre a Alta Idade Média e os inícios do Séc. XVI. Apesar da atenção ter sido focada na evolução das estruturas militares, não foram esquecidos outros testemunhos (arqueológicos, toponímicos e documentais) que ajudam a traçar a evolução deste território de fronteira.

Palavras-chave: Povoamento altomedieval, Povoamento islâmico, Reconquista cristã, Castelos

ABSTRACT:

The author analyses the medieval evolution of a vast area in the east frontier of Portugal, between Miranda do Douro and Sabugal, from the Early Middle Age to the beginning of the 16th century. Although the main attention is centered in the evolution of military structures, other testimonies of the medieval occupation are also mentioned in this paper.

Key-words: Early Middle Age, Islamic occupation, Christian reconquest, Medieval Castles

NOTA PRÉVIA

O texto que aqui se publica é o resultado da nossa participação num projecto de investigação intitulado “*Do Douro Internacional ao Côa*”, que surgiu no contexto das comemorações dos setecentos anos do Tratado de Alcañices (1297-1997) e que congregou um grupo de docentes de Idade Média da FLUP. Apresentado em 1999, no termo do referido projecto, foi concebido para um volume de textos de síntese que nunca chegou a ser editado¹. A uma década de distância, e sem perspectiva de essa edição sair do prelo, optamos por o divulgar nas páginas da PORTVGALIA. Certamente que, volvidos tantos anos, as referências bibliográficas seriam mais vastas e algumas passagens seriam redigidas de forma distinta. Optámos, no entanto, por manter o texto de 1999, assumindo-o como um estudo datado.

* Professor Associado com Agregação do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CEAUCP-CAM, unidade I&D 281 da FCT.

¹ Apenas foi publicada a base de dados que esteve na sua origem – cf. Lúcia Maria Cardoso Rosas e Mário Jorge Barroca, *Do Douro Internacional ao Côa. As Raízes de uma Fronteira*, CD-Rom, Porto, IDH-FLUP, 2000.

O objectivo central deste texto é tentar traçar um panorama sobre a forma como evoluiu a arquitectura militar portuguesa ao longo da Idade Média na zona raiana do Nordeste de Portugal, numa área que se estende desde Miranda do Douro até ao Sabugal. Trata-se de um espaço que, geográfica e politicamente, se estruturou em torno de duas bacias hidrográficas – a do rio Douro e a do rio Côa – que se afiguram fundamentais para a compreensão de toda a evolução histórica desta região. A nossa atenção irá centrar-se sobretudo no período que vai desde a Reconquista Cristã até aos fins da Idade Média, ou seja, grosso modo desde os Sécs. X-XI até aos inícios do Séc. XVI. Mas, até por necessidade de enquadramento histórico, iniciaremos o nosso texto com uma breve resenha dos testemunhos documentais e arqueológicos relativos à Alta Idade Média, paleocristãos e suevo-visigóticos, e com um outro apontamento sobre os indícios da ocupação Muçulmana, posteriores a 711. E, porque entendemos que a compreensão do fenómeno militar perde sentido sem uma referência à matriz de povoamento, abordaremos, sempre que tal se afigure necessário, os principais testemunhos documentais e arqueológicos relativos ao povoamento, que dão coerência à evolução das formas arquitectónicas militares.

Uma zona geográfica tão ampla, que se estende de Norte a Sul por cerca de 170 km, comporta, naturalmente, uma enorme diversidade de condicionalismos que ajudam a explicar as diferenças que se detectam entre os vários assentamentos humanos (factores de natureza geográfica, distintas cronologias do processo da Reconquista e do repovoamento, diferentes senhorios por que as zonas passaram, diferentes eventos militares a que estiveram sujeitas, etc). Entre o povoamento de Miranda do Douro, ocorrido certamente no Séc. X ou XI, no âmbito do repovoamento do vale do Douro, e a criação de Sortelha, na segunda década do Séc. XIII, no quadro de tensões fronteiriças com o vizinho reino de Leão e Castela, vai uma enorme distância, geográfica e temporal, mas também histórica. E o mesmo se passa quando comparamos a construção da Torre de Menagem do Castelo do Sabugal, nos fins do Séc. XIII ou inícios do Séc. XIV, pouco depois desta povoação ter entrado na posse definitiva da coroa portuguesa (1296-97), e a reforma do Castelo de Alfaiates, em que se empenhou D. Manuel I, cerca de 1515-1525. Os condicionalismos políticos eram outros, as armas usadas no palco da guerra tinham evoluído muito. É sobre essa evolução, que se processa a vários níveis, que nos iremos ocupar nas páginas que se seguem.

1. ANTECEDENTES

1.1. Testemunhos paleocristãos e altimedievicos

A zona em estudo encontrava-se, na Alta Idade Média, repartida entre duas dioceses: a Diocese de Braga (à qual pertencia o território a Norte do Rio Douro) e a Diocese de Viseu (com os territórios a Sul deste rio). Situada na periferia de uma zona aurífera muito importante e a Ocidente de uma das vias estruturantes do espaço ibérico – a Via da Prata, que ligava *Asturica Augusta* (Astorga) a *Emerita Augusta* (Mérida) – a área sobre a qual nos iremos debruçar sofreu um processo de romanização relativamente tardio, aparentemente com escasso desenvolvimento do fenómeno urbano². Compreende-se, por isso, que os primeiros sintomas da difusão do Cristianismo sejam, também eles, tardios. Na realidade, os primeiros testemunhos da presença de comunidades cristãs estruturadas no Nordeste de Portugal remontam aos meados do Séc. VI, quando, no Paroquial Suévico ou *Divisio Theodomiri*, um documento atribuído ao ano de 569 mas na realidade redigido entre 572 e 582³, se mencionam três paróquias nesta área geográfica: na Diocese de Braga a paróquia de *Astiatico* (correspondendo hoje ao lugar de Santiago, freg. Vila de

² GARCIA MORENO 1997, pp. 115-118.

³ O Paroquial Suévico, que traz data expressa de 569, foi analisado por Pierre David, em 1947, num estudo ainda hoje insubstituível – DAVID P. 1947, pp. 1-82. Sobre a datação crítica deste documento veja-se sobretudo pp. 67-68.

Ala, conc. Mogadouro)⁴ e de *Vallariza* (Vilariça, freg. Cardanha, conc. Torre de Moncorvo)⁵; e na Diocese de Viseu a paróquia de *Caliabria* (Monte Calabre, freg. Almendra, conc. Vila Nova de Foz Côa)⁶. Se para a primeira paróquia não possuímos outros testemunhos coevos (nem documentais, nem materiais), já para os outros dois casos podemos avançar com mais alguns elementos.

A paróquia suévica de *Vallariza*, que corresponde hoje a Vilariça (Torre de Moncorvo), não viu o seu estatuto alterado com a *Divisio Wambae*, permanecendo no Séc. VII na condição de simples paróquia⁷. Mas deve ter assistido a um aumento da sua importância – se não demográfica, pelo menos política e económica – já que aqui foi sediada uma *ceca* visigótica – a *ceca Vallearitia* – que cunhou moeda com Viterico (603-609)⁸.

No caso de Calábria podem ser avançados mais alguns elementos. A referência da *Divisio Theodomiri* na cópia exarada no *Liber Fidei* acrescenta, em relação a Calábria, numa clara interpolação posterior, o seguinte comentário do copista: “... *et Caliabria, qui apud Gotos postea sedis fuit...*”⁹. E, na realidade, Calábria, paróquia nos meados do Séc. VI, seria elevada na centúria seguinte a sede de uma nova Diocese, que surge documentada pelo menos desde 633, mas cuja formação poderá ser uma ou mais décadas anterior a essa data. O incremento da importância deste povoado era, no entanto, já perceptível no virar da centúria, quando Viterico (que reinou entre 603-609) aqui instalou uma *ceca* visigótica, cunhando moeda, num gesto que seria seguido, alguns anos mais tarde, por Chintila (636-639), que voltaria a cunhar tremisses em Calábria¹⁰. A Diocese de Calábria surge referida nessa condição pela primeira vez na *Divisio Wambae*, onde se anotaram os seus limites geográficos: “... *Calabria teneat de Sorta usque Albenam, de Sotto usque Farum...*”¹¹. O seu território ia, portanto, desde *Sorta*, (limite comum às dioceses de Lamego e Viseu, que deve corresponder à actual Serra da Lapa) até *Albena* (no Leste do seu espaço, hoje talvez Alba), enquanto que os limites setentrionais e meridionais seriam *Faro* e *Soto* (que, segundo a proposta de Almeida Fernandes, corresponderiam respectivamente a Monte Faro, freg. de Vilas Boas, conc. de Vila Flor, e a Souto, no conc. Sabugal)¹². A área da Diocese de Calábria estendia-se, portanto, por ambas as margens do rio Douro, a Norte e a Sul deste rio, como de resto a implantação da sua sede, no actual Monte Calabre (freg. de Almendra, conc. Vila Nova de Foz Côa), sobranceiro ao curso do Douro, na sua margem Sul, parece corroborar. Para a história de Calábria ficaram os nomes de 5 bispos:

- *Servus Dei*, que esteve presente nos IV, VI e VII Concílios de Toledo (respectivamente 633, 638 e 646);
- *Caledonio*, que assinou as actas dos VIII e X Concílios de Toledo (respectivamente 653 e 656);
- *Aloario*, presente no Concílio de Mérida (666);
- *Andres*, presente no XI Concílio de Toledo (675);
- *Ervigio*, presente nos XV e XVI Concílios de Toledo (respectivamente 688 e 693)¹³.

⁴ LFidei, doc. 10, vol. I, p. 19. Vd., entre outros, FERNANDES A. A. 1997, p. 63.

⁵ LFidei, doc. 10, vol. I, p. 19. Pierre David aceitou como autentica a referência a uma paróquia “Valle Aritia” dentro da Diocese do Porto, declarando a “Vallariza” da Diocese de Braga (Vilariça, Torre de Moncorvo) como interpolação na lista do *Liber Fidei* – cf. DAVID P. 1947, pp. 35 e 46.

⁶ LFidei, doc. 10, vol. I, p. 19; DAVID P. 1947, p. 37. Vd., entre outros, FERNANDES A. A. 1997, p. 86.

⁷ Na Diocese do Porto existia uma outra paróquia com nome semelhante – *Valle Aritia* – o que levou alguns autores, como Pierre David, a excluir a paróquia de *Vallariza* da lista de Braga, tomando-a como interpolação do Séc. XII (cf. DAVID P. 1947, p. 46). Almeida Fernandes, no entanto, considera a existência das duas paróquias, *Vallericia* ou *Valle Aritia* na Diocese do Porto (e hoje situada dentro do âmbito da cidade do Porto), e *Vallariza* coincidindo com Vilariça (Torre de Moncorvo) (cf. FERNANDES A. A. 1997, pp. 75-76).

⁸ L. A. Garcia Moreno interpreta as *cecas* visigóticas de Vallearitia e de Caliabria como sendo “*cecas de viaje*”, onde os monarcas cunharam moeda por conveniência militar, para satisfazer pagamentos aos exércitos. Cf. GARCIA MORENO 1997, pp. 119-123.

⁹ Já Pierre David anotou que, obviamente, o comentário a Calábria resulta da intervenção do copista que exarou o diploma no *Liber Fidei*, e que terá de ser posterior à Invasão de 711, que ditou a decadência do Bispado de Calábria – DAVID P. 1947, p. 45.

¹⁰ MATEU Y LLOPIS 1979, pp. 7-12. A cunhagem com Viterico é comumente assinalada pelos diversos autores. A de Chintila encontra-se recensada em MARQUES, CABRAL e MARINHO 1995, p. 278.

¹¹ LFidei, doc. 9, vol. I, p. 16; FERNANDES A. A. 1997, pp. 127-129.

¹² FERNANDES A. A. 1997, pp. 127-128.

¹³ Cf. VIVES 1969.

Depois do XVI Concílio de Toledo, reunido em 693, nos fins do Séc. VII, não conhecemos o nome de nenhum outro bispo que tenha estado à frente dos destinos de Calábria. É provável que a Diocese ainda existisse em 711, aquando da invasão muçulmana, mas certamente pouco mais tempo terá conseguido sobreviver. O silêncio documental que paira sobre ela até ao ano de 1171, quando Fernando II doa o povoado (abandonado) de Calábria ao recém-criado Bispado de Ciudad Rodrigo – “... *do vobis etiam civitatem dictam Caliabriam quae jacet inter Coam et Agadam...*” – revela os tempos difíceis que a diocese visigótica atravessou depois de 711, que culminaram com o abandono do povoado em data ainda não determinada.

Como referimos, as ruínas de Calábria correspondem, hoje, ao Monte Calabre, na freguesia de Almendra (conc. Vila Nova de Foz Côa)¹⁴. Trata-se de um monte de dimensões imponentes – que se ergue mais de 250 m, até atingir uma cota absoluta de 510 m – que se destaca facilmente na paisagem, mesmo a grande distância, e que beneficia de boas condições defensivas e de um amplo domínio sobre o espaço envolvente. No seu topo, aplanado e hoje plantado com amendoeiras, são perceptíveis os restos de uma linha de muralha em xisto, com mais de 2 m de espessura, que protegia o povoado abandonado. Os testemunhos de romanização, que se têm vindo a recolher desde os tempos de Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, confirmam que a sede episcopal visigótica sucedeu a um povoado tardo-romano relativamente importante, que se estendia igualmente pelo sopé do monte, nomeadamente à zona hoje reconhecida pelo elucidativo microtopónimo de “Olival dos Telhões”, que está a ser objecto de escavações arqueológicas¹⁵.

O aparecimento da Diocese de Calábria corresponde, sem dúvida, a um aumento da importância das comunidades cristãs nesta zona da Península. Estamos, de resto, na vizinhança de uma das manchas de maior densidade de testemunhos visigóticos, que se espelham não tanto em testemunhos arquitectónicos monumentais mas antes numa densa mancha de necrópoles que fornecem materiais germânicos e, sobretudo, nas várias centenas de pizarras visigóticas, com textos e registos de contabilidade, aparecidas numa zona centrada em torno das Províncias de Salamanca, Ávila e Plasência, estudadas por D. Manuel Gomez Moreno, Manuel Diaz y Diaz e, mais recentemente, por Isabel Velazquez Soriano¹⁶. A quantidade de textos conhecidos – 104 textos publicados e estudados por Isabel Velazquez Soriano – traduz a existência de comunidades humanas relativamente numerosas, dominando a escrita e perfilhando a religião cristã. Não é de estranhar, por isso, que a área de Calábria, confinante com a zona de Salamanca-Ávila, também fosse palco, no Séc. VII, de um significativo aumento demográfico e, sobretudo, de uma reestruturação religiosa. Salientemos, de resto, que há referências a possíveis achados de pizarras visigóticas junto da Capela de St^o. André (Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo), que nunca foi devidamente explorada¹⁷.

Sensivelmente coevos do aparecimento da Diocese de Calábria podem ser apontados diversos testemunhos arqueológicos no Nordeste de Portugal. Ordenando-os segundo um critério geográfico, partindo de Norte para Sul, começaremos por registar um Pé de Altar altomedieval que jaz abandonado junto do adro da Igreja paroquial de Duas Igrejas (Miranda do Douro) e que chegou até hoje inédito. Trata-se de um fuste cilíndrico, talhado em mármore de Vimioso, que apresenta, numa das extremidades, uma moldura simples e, no topo menor oposto, o *loculus* para albergar as relíquias. Este Pé de Altar não pode deixar de recordar outros exemplos registados no Norte de Portugal, nomeadamente o Pé de Altar de St^a. Eulália de Rio Covo (Barcelos), publicado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida¹⁸, e o Pé de Altar que se preserva, reaproveitado, na

¹⁴ Sobre as ruínas de Calábria vd. GEPB, II, p. 82; VEIGA F. A. 1856; FITA 1913a; FITA 1913b; GOMEZ CENTURIÓN 1913; ALMEIDA J. 1945, II, pp. 375-379; CABRAL 1962, pp. 138-158; CABRAL 1963; FERNANDES A. A. 1965-69, vol. V, p. 55, e vol. VII, pp. 7-10; MATEU Y LLOPIS 1979, pp. 7-12; GOMES J. P. 1981, pp. 59-61; MARQUES, BAÈRE e COSME 1996, pp. 278-279; COIXÃO 1996, pp. 202-203; FERNANDES A. A. 1997, pp. 86 e 127-129; POLICARPO 1998, pp. 107-114; COSME 1998, pp. 63-68.

¹⁵ MARQUES, BAÈRE e COSME 1996, pp. 278-279; COSME 1998, pp. 63-68. O Monte Calabre já tinha sido objecto de uma sondagem arqueológica, realizada por Nelson Rebanda, e nunca publicada.

¹⁶ Vd. GOMEZ MORENO 1966; DIAZ Y DIAZ 1961 e 1975; VELAZQUEZ SORIANO 1989.

¹⁷ Cf. COELHO 1972, p. 276; BARROCA 1991, p. 148.

¹⁸ ALMEIDA 1979, p. 312 e Est. III.

Capela-Mor da Igreja Velha de Ermelo (Baião)¹⁹. Apesar de surgir sem contexto, o Pé de Altar de Duas Igrejas pode ser imputado ao Séc. VI ou VII, de acordo com os paralelos conhecidos.

Ao segundo quartel do Séc. VII pertence a inscrição funerária aparecida em Janeiro de 1933 no lugar do Prado, junto a S. Martinho do Peso (freg. do conc. de Mogadouro), e levada pelo Abade de Baçal para o Museu de Bragança, onde hoje se conserva. Trata-se do epitáfio de *Thuresmude*, falecida a 24 de Dezembro de 634, encomendado por seu marido, *Protheus*. A inscrição diz:

+ PROTHEUS FECIT / THURESMUDE UXO / RI SUE OBIIT IPSA /
SUB DIE VIII KaLendas IA / NUARi ERA DCLXXII²⁰.

É fácil de avaliar a importância desta inscrição. Bastará, para tanto, salientar que o epitáfio de *Thuresmude* constitui o único testemunho epigráfico altomedieval que possuímos para a zona do nosso estudo e mesmo para todo Trás-os-Montes. Mas devemos registar que na periferia da zona que nos tem ocupado, na zona das Beiras, se conhecem outros testemunhos epigráficos do Séc. VI e VII, nomeadamente o epitáfio de [...]vanda (Servanda, Amanda?), de 23 de Junho de 586, aparecido junto da Capela de S. João, em Vide (freg. de Rua, conc. de Moimenta da Beira), o epitáfio de *Florentia*, falecida em 1 de Abril de 588, aparecido na Capela de N.ª. S.ª. de Seixas (freg. Sever, conc. Moimenta da Beira), e o epitáfio de *Suinthiliuba*, falecida a 5 de Novembro de 566, que se conserva na Igreja de Açores (freg. Açores, conc. Celorico da Beira)²¹. Se, a estes epitáfios paleocristãos associarmos a notícia do achado de pizarras visigóticas nas imediações da Capela de St.º André (Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo), a que acima já aludimos, teremos reunido o conjunto dos textos epigráficos respeitantes à Alta Idade Média disponíveis para o estudo do avanço do Cristianismo nesta zona. E todos estes testemunhos apontam para uma cronologia tardia, espelhando as dificuldades que a nova religião parece ter enfrentado nesta zona. Neste sentido não podemos deixar de salientar que são todos exemplos coevos ou posteriores à acção evangelizadora de S. Martinho de Dume (falecido em 579)²².

No que respeita a testemunhos arquitectónicos, o espaço que temos vindo a analisar não oferece elementos muito abundantes. Devemos, no entanto, registar testemunhos arquitectónicos atribuídos ao período paleocristão em dois locais junto da margem Sul do Rio Douro: na Muxagata (Vila Nova de Foz Côa) e no Prazo (Freixo de Numão).

Na Quinta da Ervamoira (freg. Muxagata, Vila Nova de Foz Côa), Gonçalves Guimarães escavou, desde 1984, uma estação arqueológica com uma ampla diacronia, que se prolonga desde a ocupação romana (Séc. III-IV d.C.) até à Baixa Idade Média (Séc. XIII)²³. Os testemunhos mais remotos parecem corresponder a uma *mutatio*, com ocupação no Séc. III e sobretudo IV, e, anexa a ela, uma *taberna*. No Séc. VI foi aqui construída uma basílica paleocristã, que Gonçalves Guimarães classifica como martirial, e da qual apareceram os alicerces de quatro paredes. Entre o espólio fornecido pela escavação deste templo paleocristão encontra-se uma *tegula* decorada com um *Crismon*, testemunho indiscutível da filiação religiosa desta construção. Apesar de não ser possível obter uma planta integral do espaço, tudo parece indicar que seria um edifício de planta basilical com nave única. O edifício terá sido abandonado e, mais tarde, já em plena Baixa Idade Média, o local teve nova fase de ocupação, à qual corresponde a construção de uma capela de invocação de St.ª. Maria e um sarcófago antropomórfico.

¹⁹ BARROCA 1984, pp. 131-132.

²⁰ Vd. ALVES 1934, pp. 91-92; OLIVEIRA M. 1941, n.º 38, pp. 41-42; VIVES 1969, n.º 502-503 (Sic), p. 168; NETO 1975, p. 285; ALVES 1976, pp. 91-92; MOURINHO 1986, p. 8; BARROCA 1995, vol. III, Insc. n.º 66, p. 29.

²¹ Veja-se BARROCA 1995, vol. III, Inscs. n.º 56, 58 e 70, respectivamente (onde se registam todas as referências bibliográficas conhecidas para estas inscrições beiroas).

²² Sobre a importância da acção de S. Martinho no Noroeste Peninsular veja-se, entre outros, ALMEIDA C. A. F. 1973, pp. 14-16 (da separata).

²³ Sobre as ruínas de St.ª. Maria de Ervamoira, vd. os estudos de Gonçalves Guimarães: GUIMARÃES 1995; GUIMARÃES 1996; GUIMARÃES 1997; GUIMARÃES 1998 (no prelo).

Um pouco a Ocidente da Muxagata, nas ruínas romanas do Prazo (freg. de Freixo de Numão), que Sá Coixão tem vindo a escavar desde 1995²⁴, apareceu a estrutura de uma *villa* romana do Séc. I-II da nossa Era, com uma ocupação que se prolonga até ao Séc. V, que revelou a sua zona termal relativamente bem conservada. Na periferia da *villa* foram descobertas as paredes de um templo que, segundo aquele arqueólogo, remontaria ao período paleocristão. As estruturas visíveis revelam um templo de dimensões relativamente modestas, com perto de 8 m de comprimento e 4,5 m de largura, apresentando uma cabeceira recta, tripartida, e o corpo principal dividido em três naves por meio de pilares (ao centro das naves) e por meio de *antas* (junto da cabeceira e do arco triunfal). É possível que junto da fachada principal o templo adoptasse igualmente a solução das *antas*, tão do agrado da arquitectura altimediévica, sobretudo da Reconquista. Acompanhando toda a parede Sul da Nave, desde a zona das Capelas até à fachada do templo, encontram-se dois compartimentos rectangulares, enquanto que um terceiro se desenvolve a Norte do templo, acompanhando a parede da Capela lateral Norte e parte da Nave. Uma análise mais atenta permite, no entanto, determinar que as capelas laterais resultam de um acrescento posterior, tal como acontece com o grande compartimento do lado Norte. Deste modo, o templo fora, inicialmente, concebido com três naves e uma única capela, tendo, a Sul, dois compartimentos de apoio à actividade litúrgica (se é que estes corresponde já ao programa inicial, e não a uma fase intermédia). A estes compartimentos, que comunicam entre si por meio de porta, tinha-se acesso apenas a partir da nave lateral Sul. Mais tarde, na zona da cabeceira foram acrescentadas as duas capelas laterais, que comunicam por meio de portas com as naves laterais e com a própria capela-mor. Nessa ocasião acrescentou-se um amplo compartimento a Norte, ao qual apenas se pode aceder a partir da Capela lateral Norte ou directamente a partir do exterior. O templo do Prazo tem, ainda, a particularidade de apresentar uma orientação invertida, com a cabeceira voltada a Ocidente e a porta principal rasgada na parede Oriental. Dentro do espaço de culto, repartidas pelas naves e pelas três capelas, e nas suas proximidades, encontram-se diversos sepulcros (ao todo 20) que denunciam cronologias mais tardias que a proposta cronológica avançada por Sá Coixão. Na realidade, duas das sepulturas apresentam soluções antropomórficas que pertencem já ao Séc. X, enquanto que outras adoptam tipologias que são igualmente compatíveis com uma cronologia bastante mais avançada, talvez dentro dos Séc. X-XI. cremos, de resto, que as sepulturas 6 e 7 (ambas no interior da Capela-Mor) e a sepultura 2 (ao centro da nave, junto do arco triunfal) se afiguram fundamentais para a datação do espaço de culto. E a sepultura 7, antropomórfica, não pode ser anterior ao Séc. X. Esta nova proposta cronológica está, de resto, de acordo com o local escolhido para a implantação dos monumentos – no interior do templo, contra as recomendações da Igreja, nomeadamente a interdição aprovada no Concílio de Braga de 561.

Analiseemos, finalmente, a ocorrência de espólio móvel altimediévico na zona em estudo. Este tipo de achados, pela mobilidade inerente à sua própria natureza, revela-se bastante menos elucidativo para a análise do povoamento, suscitando problemas interpretativos complexos. No entanto, perante um panorama tão pobre em testemunhos arquitectónicos, não podemos deixar de os referir aqui. Dentro da nossa área geográfica os achados altimediévicos são muito escassos. Apenas poderemos registar o aparecimento de um *tremissis* visigótico de Hermenegildo, monarca rebelde que se documenta entre 579 e 584, aparecido em Almeida e registado por Manuel Severim de Faria nas suas *Noticias de Portugal*, editadas em 1655²⁵. Mas, na periferia da nossa área de estudo encontra-se recenseada uma série de testemunhos impressionante: *tremisses* visigóticos em Castelo Branco (6 exemplares de diferentes reinados), Idanha-a-Velha (5 exemplares), em Medelim (Castelo Branco) (2 exemplares), no Castro de Tintinholho (Guarda) (2

²⁴ Sobre as ruínas do Prazo vd., entre outros estudos, COIXÃO 1996, pp. 175-181; COIXÃO 1997, pp. 49-62.

²⁵ X. BARRAL Y ALTET, 1976, n.º 54, p. 177.

Quadro 1
Quadro dos achados monetários altimedievicos no Nordeste de Portugal
(Distritos de Bragança, Guarda e Castelo Branco)

Local	N.º Ex.	Achado
Almeida (Almeida, Guarda)	1	– um tremissis de Hermenegildo (579-584) (BARRAL y ALTET 1976, N.º 54, p. 177)
Castelo Velho (Rochoso, Guarda)	2	– um tremissis suévico (FARIA 1988, n.º S-4) – um tremissis de Egica (687-695) (FARIA 1988, n.º 33)
Castro de Tintinholo (Guarda)	2	– um tremissis de Suintila (621-631) (FARIA 1988, n.º 16) – um tremissis de Sisebuto (612-621) (BARRAL y ALTET 1976, p. 183)
“Demoura” (A-de-Moura, João Antão) ou Santana da Azinha (Santana da Azinha, Guarda)	1	– um tremissis de Recaredo (581-601) cunhado em <i>Monecipio</i> (BARRAL y ALTET 1976, n.º 67, p. 179)
Manteigas (Guarda)	1	– um tremissis de Sisenando (631-636) (FARIA 1988, n.º 19)
Quinta do Burrinho (Medelim, Castelo Branco)	1	– um tremissis de reinado não identificado (BARRAL Y ALTET 1976, n.º 185, p. 198)
Santiago (Medelim, Castelo Branco)	1	– um tremissis de Leovigildo (568-586) (FARIA 1988, n.º 6)
Monsanto (Idanha-a-Nova, Castelo Branco)	2	– dois tremisses de Recesvindo (653-672) (FARIA 1988, n.º 25 e 26)
Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova, Castelo Branco)	5	– um tremissis de Chindasvinto (642-649) cunhado em Barbi (BARRAL Y ALTET 1976, n.º 113, p. 187) – um tremissis de Recesvinto (653-672) cunhado em Ispalis (BARRAL Y ALTET 1976, n.º 122, p. 188) – um tremissis de Wamba (672-680) (FARIA 1988, n.º 27) – um tremissis de Egica (687-695) (FARIA 1988, n.º 34) – um tremissis de Egica-Vitiza (695-702) cunhado em <i>Egitania</i> (BARRAL Y ALTET 1976, n.º 154, p. 193)
Lousa (Castelo Branco)	1	– um tremissis de Recaredo (581-601) cunhado em <i>Monecipio</i> (BARRAL Y ALTET 1976, n.º 69, p. 180)
Castelo Branco (Castelo Branco)	6	– um tremissis suévico cunhado em nome de Valenciano III (BARRAL Y ALTET 1976, n.º S-2, p. 166) – um tremissis suévico do tipo <i>Munita</i> (BARRAL Y ALTET 1976, n.º S-6, p. 167) – dois tremisses suévicos (BARRAL Y ALTET 1976, n.º S-12 e S-13, p. 167) – dois tremisses visigóticos cunhados em nome de Justino II (BARRAL y ALTET 1976, n.ºs. 25 e 26, pp. 172-173)

exemplares), em Castelo Velho (Guarda) (2 exemplares), em Monsanto (2 exemplares), em Santana da Azinha (Guarda) (1 exemplar) e na Lousa (Castelo Branco) (1 exemplar)²⁶. Acrescentemos, ainda, o aparecimento de patenas *crismalis* visigóticas no Castro da Trepá (Sobral Pichorro, Fornos de Algodres) e em Safail (Gouveia), ambos estudados por Fernando Russel Cortez²⁷, e de uma placa de cinturão visigótica em Salvaterra do Extremo, divulgada por José Leite de Vasconcelos e

²⁶ Os elementos constantes dos achados numismáticos encontram-se sistematizados no quadro do Anexo 1, com a respectiva referência bibliográfica.

²⁷ Cf. CORTEZ F. R. 1950. O achado de Safail – um prato de patena com respectivo cabo – apresenta uma inscrição com o antropónimo ARGIMIRI, de raiz germânica.

D. Fernando de Almeida²⁸. Há, por isso, uma verdadeira “nebulosa” de achados germânicos nas Beiras, que enquadram a área que temos vindo a estudar e que anunciam a possibilidade de virem a aparecer mais testemunhos nesta zona num futuro próximo²⁹.

São estes os parcos vestígios altimediéviicos que se podem recensear na área em estudo. Eles revelam a presença de comunidades humanas que, partindo de um substrato cultural romanizado, abraçaram o Cristianismo numa fase relativamente tardia e assimilaram os seus valores. Estruturaram-se em amplas paróquias, à maneira altimediéviica, e tumularam os seus mortos em locais memorizados, piedosamente, por epígrafes. A importância demográfica e económica encontra-se espelhada na criação das *cecas* visigóticas da Vilariza e de Calábria e, do ponto de vista religioso, na elevação desta última paróquia suéviica à condição de Bispado (ambos acontecimentos do Séc. VII). No entanto, depois de uma centúria onde todos os elementos conhecidos apontam para um crescente desenvolvimento desta área, com os inícios do Séc. VIII viriam tempos mais difíceis.

1.2. A Ocupação Muçulmana

1.2.1. Os testemunhos toponímicos

A invasão muçulmana de 711 marcou um duro golpe para a civilização altimediéviica peninsular, cujas consequências se prolongaram por vários séculos. No entanto, os eventos do ano de 711 poucas repercussões terão tido de imediato na zona que estamos a estudar. Na realidade, os exércitos invasores apenas parecem ter conseguido estender o seu domínio a estas paragens depois de dobrado o meado da década. Em 713 as forças muçulmanas conquistam *Egitania* (actual Idanha-a-Velha), que, tal como Calábria, fora sede de uma *ceca* e de um Bispado durante o reino visigótico. Em 715-716 os exércitos norte-africanos alcançam *Conimbriga* e *Eminio*, cidades que preferem negociar a sua rendição a enfrentar as consequências de uma conquista militar. Deve ter sido apenas na segunda metade da década que as forças muçulmanas alcançaram o vale do Douro e a zona que nos interessa. Em 720-22, quando Pelágio consegue sustentar o avanço das forças invasoras, em Covadonga, o processo de ocupação militar encontra-se, nas suas linhas gerais, praticamente concluído.

A ocupação muçulmana prolongou-se, a Norte do Douro, por perto de dois séculos, entre 715-716 (data em que o vale do Mondego se encontra dominado pelos exércitos invasores e estes se dirigem para Norte) e os finais do Séc. IX (quando as campanhas de Afonso III das Astúrias colocaram a fronteira cristã no vale do Rio Douro). Adivinha-se que esses terão sido tempos difíceis. Mas são, sobretudo, tempos obscuros, onde escasseiam as referências documentais e onde a Arqueologia ainda não conseguiu lançar luz. Aos primeiros anos – a fase dos Governadores (711-756) – sucede o Emirado de Córdova (756-912), inaugurado por Abd al-Rahman I (756-788) com mão firme.

O estudo da zona do Nordeste de Portugal nos primeiros tempos de dominação muçulmana esbarra ante o silêncio dos registos cronísticos e mesmo das descrições geográficas que os autores árabes nos legaram. Nem a *Crónica do Mouro Rasis* lhe reserva qualquer menção, nem as várias Geografias, nomeadamente a de al-Idrisi (já do Séc. XII)³⁰, a ela se reportam. Este silêncio não deve ser entendido como sintoma de que a zona estava deserta, sem povoadores, mas, como

²⁸ Cf. VASCONCELOS J. V. 1932-34, pp. 4-5; ALMEIDA F. 1962, n.º 365. Segundo revela Leite de Vasconcelos, a placa de cinturão terá aparecido em 1926 num “campo onde apareceram também tijolos antigos e sepulturas feitas de lage” (VASCONCELOS J. V. 1932-34, n.º 6, p. 5).

²⁹ Apareceu uma fivela de bronze no povoado desertificado de Sabugal Velho que foi apresentada publicamente como sendo “altimediéviica” (vd. OSÓRIO 1998, no prelo), mas na realidade trata-se de uma fivela gótica, da Baixa Idade Média, que não poderá ser anterior ao Séc. XII.

³⁰ MACHADO J. P. 1964, p. 30.

Maria-Jesús Viguera Molins sublinhou recentemente, deve ser encarado antes como um reflexo da marginalidade desta área, que nunca chegou a ser plenamente integrada dentro do sistema político do Emirado de Córdova, permanecendo sempre à margem dos grandes eixos do seu espaço político e económico³¹. É esta marginalidade que ajuda a explicar porque é que o processo da Reconquista Cristã progrediu tanto e tão depressa na zona da *Marca Inferior*, enquanto que nas zonas mais ricas, nomeadamente na *Marca Superior*, que foram desde cedo plenamente integradas no espaço económico e político do Emirado, a progressão da fronteira enfrentou tantas dificuldades durante vários séculos. Recordemos apenas que, na *Marca Superior*, a fronteira cristã se estabeleceu no vale do rio Ebro em 809, e que daí só conseguiu avançar já em pleno Séc. XI.

Em 868 Vimara Peres procedeu à presúria do Porto em nome de Afonso III das Astúrias, sendo poucos anos depois secundado por Odoário (que reconquistou Chaves em 872) e por Hermenegildo Guterres (que presuriou Coimbra em 878). Com estes eventos a linha de fronteira cristã ficou definitivamente colocada no Vale do Douro e, no extremo ocidente, avançou mesmo até ao Vale do Mondego. No entanto, se a Norte do Douro o processo se revelou definitivo, a Sul do Douro o processo não foi linear nem definitivo, tendo ficado marcado por avanços e recuos da linha de fronteira, podendo ser individualizadas diversas fases. Como referimos o conde Hermenegildo procedeu à presúria de Coimbra em 878. Mesmo que alguns indícios revelem que este processo não esteve isento de problemas – recordemos que só em 904 a comunidade muçulmana é expulsa da cidade – o domínio cristão no vale do Mondego é efectivo nos inícios da segunda década do Séc. X. A Igreja moçárabe de S. Pedro de Lourosa da Serra, sagrada em 912, é um testemunho eloquente, como o são outros vestígios arquitectónicos moçárabes da Beira. Deste modo, podemos dizer que no último quartel do Séc. IX (depois de 878) e durante as primeiras décadas do Séc. X, o espaço da Beira Ocidental voltou a estar na posse das forças cristãs. A zona a Leste de Lamego, compreendida entre os rios Távora e Côa, também foi integrada no espaço cristão, tendo sido aí construídos 10 castelos por iniciativa condal, como teremos oportunidade de referir mais adiante. Mas, com a aproximação dos finais do Séc. X, depois da subida ao poder de al-Mansur e das suas devastadoras campanhas militares, que se sucedem a um ritmo anual, toda esta zona ocidental a Oeste do rio Côa, que integrava a *Marca Inferior* e que tinha sido temporariamente incorporada no espaço cristão, voltou a cair na posse dos exércitos muçulmanos, para só mais tarde, em meados do Séc. XI, ser de novo, e definitivamente, incorporada dentro dos limites da Cristandade. E se até aos fins do Séc. X a zona entre o Távora e o Côa esteve na posse das forças cristãs (embora não definitivamente), na área a Leste deste último rio a presença muçulmana parece ter-se prolongado de forma mais ou menos contínua até às vésperas da Campanha das Beiras, organizada por Fernando Magno entre 1055/58 e 1064. Uma ocupação que se prolonga, portanto, durante perto de três séculos e meio.

Deste modo, não podemos estranhar que seja forte a marca deixada pela presença muçulmana ao nível da toponímia e, sobretudo, da microtoponímia desta região. Este é um aspecto que tem sido quase sempre silenciado pela nossa Historiografia e que carece de um estudo atento que, para ser significativo, deveria envolver uma área mais ampla e contar com o sancionamento das fontes documentais. Por ele passará, por certo, a compreensão da presença muçulmana nestas zonas mais setentrionais da Península, ao longo da *Marca Inferior*, onde os testemunhos arqueológicos e documentais permanecem muito escassos e lacunares. Arrisquemos, por isso, uma primeira abordagem.

Um dos primeiros autores a chamar a atenção para a importância da toponímia no estudo de Ribacôa foi Luís Filipe Lindley Cintra, na notável “Introdução” que escreveu para *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*³². Nesse marcante estudo, Lindley Cintra defendia um quase-ermamento da zona de Ribacôa entre a Invasão Muçulmana e o Séc. XI e salientava a escassez de

³¹ VIGUERA MOLINS 1998, p. 152.

³² CINTRA 1959.

topónimos que se podiam imputar aos tempos anteriores à dominação muçulmana, a esta e aos primeiros presores:

“São nela escassos, embora não faltem completamente, os nomes cuja fixação possamos com alguma segurança fazer remontar a uma data anterior ao repovoamento de Fernando II. Efectivamente, não me parece possível apontar qualquer nome de lugar povoado que provenha com certeza de época romana ou visigótica. Só os nomes dos rios – Coa (< Cuda), Águeda (< Agata) – se mantiveram desde época anterior à própria romanização. Quanto à ocupação muçulmana, são raríssimos os vestígios toponímicos que deixou, seguro sinal da sua muito fraca densidade nesta área: talvez apenas em Almeida (< al-ma’ida, ‘a mesa, a meseta, o pequeno planalto’) e em Caria Talaia (< qarīja tâti, ‘povoação-atalaia’, isto é, seguramente, ‘povoação fortificada, acastelada’), possamos ver um indício da fixação de gentes nesta época. Nem Alfaiates, nem talvez Almofala (< al-mahalla, ‘acampamento’ > ‘expedição guerreira’), palavras que ao contrário do que aconteceu com Almeida, penetraram no léxico comum, são vestígios seguros de povoamento na fase sarracena. Quanto aos primeiros séculos da Reconquista, há, segundo creio, apenas um topónimo actual que a documentação conservada permita fazer remontar até eles: Almendra. Pela sua origem e forma, outro nome de lugar sugere a hipótese de uma fixação em data muito recuada: Escarigo; não é, no entanto, impossível que provenha do repovoamento do Séc. XII.”³³

A posição de Lindley Cintra é cautelosa e deve ser tida em atenção, mas julgamos que o cepticismo que dela perpassa pode ser um pouco matizado. Uma década depois da edição do estudo de Lindley Cintra, Pedro Cunha Serra, com a sua *Contribuição Topo-Antroponímica para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*, voltou a chamar a atenção para a importância da toponímia para o estudo do processo de repovoamento do Noroeste³⁴. Recentemente, e no que respeita à nossa zona, Maria-Jesús Viguera Molins teve ensejo de arrolar alguns topónimos de origem muçulmana ou árabe do Nordeste de Portugal na zona de Riba Côa e áreas limítrofes – *Alfândega da Fé, Marofa, Marvão, Murça, Almeida, Arrifana, Caria, Meimoa, Alcafozes, Almofala, Algodres, Benespera, Alverca, Atalaia e Alfaiates* – salientando que *“es complejo decidir el proceso de su instalación y uso, estando en ocasiones documentada desde finales del siglo IX, como es complejo determinar quiénesson exactamente (mozárabes?, Muladies? beréberes residuales?), los portadores de toda esa onomástica árabe”³⁵*. Segundo a mesma autora, uma tal profusão de topónimos de origem árabe apenas se poderia explicar por uma permanência de colonos árabes e berberes no vale do Douro, inclusive depois da retirada maciça destes últimos, nos meados do Séc. IX³⁶, ou pela chegada de populações moçárabes, vindas do Sul:

“... es antroponímia de origen árabe, sin duda, pero ‘sin que sirva para conocer la adscripción o no de sus portadores a una determinada comunidad religiosa’. Es decir, que tan abundante onomástica arábizada (‘que se manifesta claramente hacia mediados del siglo X, y cuyo uso decae paulatinamente en las décadas siguientes, para pasar a ser un hecho residual en el siglo XI’) podrían llevarla cristianos venidos de al-Andalus, cristianos autóctonos, muladíes o ex-muladíes, árabes o beréberes residuales.”³⁷

Se as conclusões de Maria-Jesús Viguera Molins nos parecem acertadas, já o universo de amostra toponímica apontado por esta autora pode ser muito ampliado. Na realidade, a microto-

³³ CINTRA 1959, pp. XXXIII-XXXVI.

³⁴ SERRA 1967.

³⁵ VIGUERA MOLINS 1998, p. 148.

³⁶ VIGUERA MOLINS 1998, p. 149.

³⁷ VIGUERA MOLINS 1998, p. 149.

ponímia desta região fornece muitos mais exemplos dignos de nota, para além da dezena e meia de casos arrolados por Viguera Molins.

Muitos topónimos referem-se indiscriminadamente a “Mouros”, quer directamente (*Moura*, freg. Póvoa, conc. Miranda do Douro; *Moira*, freg. Ervedosa, conc. Pinhel) quer, sobretudo, como qualificativo. Como sabemos, o nosso povo costuma remeter para o “*tempo dos mouros*” tudo quanto lhe parece antigo. Por isso, muitas das designações “... *dos Mouros*” podem perder a sua força probatória. Mas, apesar das suas limitações, vale a pena registar aqui alguns exemplos: *Cruz Mourisca* (freg. Póvoa, conc. Miranda do Douro); *Cabeço da Moura* (freg. Valverde, conc. Mogadouro); *Urreta Mourisca* (freg. Vilar de Rei, conc. Mogadouro); *Castelo dos Mouros* (freg. Vilarinho dos Galegos, conc. Mogadouro); *Cabeça do Mouro* (freg. Cabeça Boa, conc. Mogadouro); *Cova da Moura* (freg. Poiães, conc. Freixo de Espada à Cinta); *Tapada dos Mouros* (freg. Stª. Comba, conc. Vila Nova de Foz Côa); *Chã dos Mouros* (freg. Escalhão, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Castelo da Moura* (freg. Carvalhal, conc. Meda); *Lomba do Moiro* (freg. Ervedosa, conc. Pinhel); *Vale do Mouro* (freg. Tamanhos, conc. Trancoso); *Prado da Nave do Moiro* (freg. Malpartida, conc. Almeida), *Poço dos Mouros* (freg. Nave de Haver, conc. Almeida), *Vale Mourisco* (freg. Lomba, conc. Sabugal) e *Fonte da Moura* (freg. Lomba, conc. Sabugal).

Mas há outros topónimos substancialmente mais esclarecedores. Sem uma preocupação de exaustividade, registemos aqui alguns exemplos, partindo e Norte para Sul: *Mola*³⁸ (freg. Póvoa, conc. Miranda do Douro); *Cabeço Almouro*³⁹ (freg. Palaçoulo, conc. Miranda do Douro); *Azenha do Andaluz* (freg. Malhadas, conc. Miranda do Douro); *Azenha da Atafona*⁴⁰ (freg. Malhadas, conc. Miranda do Douro); *Almofada*⁴¹ (freg. Mogadouro, conc. Mogadouro); *Algo-sinho*⁴² (freg. Bem-posta, conc. Mogadouro); *Quinta da Alfarela*⁴³ (freg. Torre de Moncorvo, conc. Torre de Moncorvo); *Maçores*⁴⁴ (freg. Maçores, conc. Torre de Moncorvo); *Quinta de Farfão*⁴⁵ (freg. Lousa, conc. Torre de Moncorvo); *Mesquita* (dois topónimos distintos na freg. Fornos, conc. Freixo de Espada à Cinta); *Calçada de Alpajares* (freg. Poiães, conc. Freixo de Espada à Cinta); *Numão*⁴⁶ (freg. Numão, conc. Vila Nova de Foz Côa); *Almoinhas*⁴⁷ (freg. Freixo de Numão, conc. Vila Nova de Foz Côa); *Murça*⁴⁸ (freg. Murça, conc. Vila Nova de Foz Côa); *Ribeiro do Almacabra*⁴⁹ (freg. Muxagata, conc. Vila Nova de Foz Côa); *Almendra* (freg. Almendra, conc. Vila Nova de Foz Côa); *Algodres*⁵⁰ (freg. Algodres, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Quinta das Arzilas*⁵¹ (freg. Escalhão, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Almenara*⁵² (freg. Mata de Lobos, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Almofala*⁵³ (freg. Almofala, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Serra da Marofa*⁵⁴ (freg. Castelo Rodrigo, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Cabeço da Mesquita* (freg. Castelo Rodrigo, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Alcarva*⁵⁵ (freg. Ranhados, conc. Meda); *Ponte de Alcarra* (freg. Ranhados, conc. Meda); *Quinta de Marvão*⁵⁶ (freg. Longroiva, conc.

³⁸ *Mola* deriva do árabe *molá* “dono, proprietário, senhor” – cf. MACHADO 1991, p. 109.

³⁹ Sobre a origem de *Almouro*, tal como *Almourol*, vd. LOPES 1968, p. 166; MACHADO 1991, p. 109.

⁴⁰ Atafona, do árabe *aT-Tahuna*, “moinho” ou “moinho de moer trigo” – cf. LOPES 1968, p. 37; MACHADO 1991, p. 78.

⁴¹ Do árabe *al-mukhad-dâ*, “coxim, traveseiro” – cf. MACHADO 1991, p. 67.

⁴² Talvez derivado do árabe *al-gozz*, nome de tribo – cf. MACHADO 1991, p. 60.

⁴³ Do árabe *al-fakhkhar*, “faiança, louça”, + *ariu* – cf. MACHADO 1991, p. 54.

⁴⁴ Tal como *Maçores* (Maçores, Arouca; Maçores, Tondela) deriva do nome próprio *Mansur* ou *al-Mansur* – cf. MACHADO 1991, p. 106; SERRA 1967, p. 50.

⁴⁵ Do nome próprio *Farhun* – cf. SERRA 1967, p. 41.

⁴⁶ Do nome próprio *Nu'man* – cf. SERRA 1967, pp. 44-45.

⁴⁷ Como *Almuinhas*, do árabe *al-munia*, “casal, herdade” – cf. LOPES 1968, pp. 34-35; MACHADO 1991, p. 69.

⁴⁸ Tal como Murça (Alijó), Murça (Stª. Eulália, Arouca), Murça (Silvares, Braga) e Murça (Crestuma, Vila Nova de Gaia), é topónimo que deriva do nome próprio *Muça* – cf. LOPES 1968, p. 28; MACHADO 1991, p. 111; SERRA 1967, p. 65.

⁴⁹ Do árabe *al-maqabarâ*, “cemitério”, de onde vem *Almocavar* – cf. LOPES 1968, p. 164; MACHADO 1991, p. 62.

⁵⁰ Como *Fornos de Algodres* e *Algodres* (freg. de Fornos de Algodres), é forma divergente de *algodor*, plural de *gadîr*, “pequeno rio” – cf. LOPES 1968, p. 164; MACHADO 1991, p. 59.

⁵¹ Como *Arzila*, topónimo marroquino – cf. LOPES 1968, pp. 175-176; MACHADO 1991, p. 77.

⁵² Do árabe *al-mnara* ou *al-manara*, “farol, local onde está a luz” – cf. MACHADO 1991, p. 66; LOPES 1968, pp. 94-95.

⁵³ Do árabe *al-mahallâ*, “campo, arraial, acampamento, aldeia” – cf. LOPES 1968, p. 164-165; MACHADO 1991, p. 67.

⁵⁴ Do nome próprio *Ma'rif* – cf. SERRA 1967, p. 53.

⁵⁵ Do árabe *al-qarbâ*, “proximidade, vizinhança” – cf. MACHADO 1991, p. 48.

⁵⁶ Do nome próprio *Marwan* – cf. LOPES 1968, p. 28; SERRA 1967, pp. 51-52.

Meda); **Alcaria**⁵⁷ (freg. Coriscada, conc. Meda); **Marrocos** (freg. Cidadelhe, conc. Pinhel); **Alto da Falifa**⁵⁸ (freg. Pinhel, conc. Pinhel); **Arrifana**⁵⁹ (freg. Pala, conc. Pinhel); **Mangide**⁶⁰ (freg. Pereiro, conc. Pinhel); **Almofada**⁶¹ (freg. Pínzio, conc. Pinhel); **Falifa**⁶² (freg. Côtimos, conc. Trancoso); **Casal da Atafona**⁶³ (freg. Póvoa do Concelho, conc. Trancoso); **Malpartida**⁶⁴ (freg. Malpartida, conc. Almeida); **Prado das Fátimas**⁶⁵ (freg. Malpartida, conc. Almeida); **Almeida**⁶⁶ (freg. Almeida, conc. Almeida); **Ribeira da Alverca**⁶⁷ (freg. Almeida, conc. Almeida); **Mesquitela** (freg. Mesquitela, conc. Almeida); **Arrifana**⁶⁸ (freg. Vilar Maior, conc. Sabugal); **Alfaiates**⁶⁹ (freg. Alfaiates, conc. Sabugal); **Alvercas**⁷⁰ (freg. Casteleiro, conc. Sabugal); **Arrabalde**⁷¹ (freg. Sortelha, conc. Sabugal); **Fatela**⁷² (freg. Sortelha, conc. Sabugal); **Quinta das Almoinhas**⁷³ (freg. Bendada, conc. Sabugal); **Malcata**⁷⁴ (freg. Malcata, conc. Sabugal); **Marofa**⁷⁵ (contraforte da Serra da Malcata); **Alcambar**⁷⁶ (freg. Vale de Espinho, conc. Sabugal).

Apesar de não excluirmos no nosso horizonte as considerações de Lindley Cintra, nomeadamente no que diz respeito ao perigo de se considerarem topónimos cujas expressões entraram no domínio da linguagem comum (como será o caso de *Atalaia*, de *Almenara*, de *Almoinha* ou de *Alfaiates*, entre outros), julgamos que a nossa lista oferece topónimos bastante elucidativos (como *Atafona*, *Falifa*, *Fatela*, *Fátimas*, *Murça* e *Marvão*, entre outros exemplos sobejamente conhecidos). Uma tal densidade de toponímia de raiz muçulmana apenas se pode explicar pela fixação de comunidades muçulmanas ou berberes nesta zona, durante os séculos em que a zona esteve sob domínio do Emirado ou do Califado.

1.2.2. Os testemunhos arqueológicos

A esta densidade de testemunhos toponímicos de raiz muçulmana, que se afiguram como as “testemunhas silenciosas” de um passado que quase não encontra registo na documentação escrita, corresponde apenas um testemunho arqueológico digno de nota. Referimo-nos à Cisterna Muçulmana de Castelo Rodrigo, que chegou até aos nossos dias praticamente inédita⁷⁷. Efectivamente, na zona ocidental do povoado de Castelo Rodrigo, junto da linha de muralhas que o delimitam e não muito longe da Porta de Alverca, encontra-se uma notável cisterna, em parte escavada no afloramento. Acima da linha de solo eleva-se um corpo construído com altura de um edifício térreo, socorrendo-se de silhares de granito. A construção corresponde, actualmente, ao lote urbano n.º 121, no Levantamento Aero-Fotogramétrico de Castelo Rodrigo, promovido pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. A Cisterna de Castelo Rodrigo é uma construção de planta irregular, sub-trapezoidal, que apresenta duas fases distintas: o corpo à direita, corresponde a uma fase mais antiga, ostentando uma porta com arco ultrapassado quebrado; o corpo

⁵⁷ Do árabe *al-qariâ*, “aldeia, pequena povoação” – cf. LOPES 1968, p. 30; MACHADO 1991, p. 47.

⁵⁸ Do árabe *khaniifâ*, “pele de cordeiro, manto de lã” – cf. MACHADO 1991, p. 94.

⁵⁹ Do árabe *ar-rihana*, “murta” – cf. MACHADO 1991, p. 77.

⁶⁰ Como *Magide*, do árabe *masjid*, “mesquita” – cf. LOPES 1968, p. 76, nota 3; MACHADO 1991, p. 106.

⁶¹ Do árabe *al-mukhad-dâ*, “coxim, travesseiro” – cf. MACHADO 1991, p. 67.

⁶² Do árabe *khaniifâ*, “pele de cordeiro, manto de lã” – cf. MACHADO 1991, p. 94.

⁶³ Do árabe *aT-Tahuna*, “moinho” ou “moinho de moer trigo” – cf. LOPES 1968, p. 37; MACHADO 1991, p. 78.

⁶⁴ Cf. LOPES 1968, p. 146.

⁶⁵ Do nome próprio feminino – cf. LOPES 1968, pp. 28 e 170; MACHADO 1991, p. 95.

⁶⁶ Do árabe *al-maidâ*, “mesa, outeiro” – cf. LOPES 1968, pp. 33-34; MACHADO 1991, p. 65.

⁶⁷ Do árabe *al-birkâ*, “piscina, lagoa” – cf. LOPES 1968, p. 35; MACHADO 1991, p. 73.

⁶⁸ Do árabe *ar-rihana*, “murta” – cf. MACHADO 1991, p. 77.

⁶⁹ Do árabe *al-khaiiat*, com o mesmo sentido – cf. MACHADO 1991, p. 53.

⁷⁰ Cf. LOPES 1968, p. 35; MACHADO 1991, p. 73.

⁷¹ Cf. LOPES 1968, p. 54; MACHADO 1991, p. 76.

⁷² Derivado do nome próprio *Fathallah* – cf. SERRA 1967, p. 41.

⁷³ Do árabe *al-munia*, “casal, herdade” – cf. LOPES 1968, pp. 34-35; MACHADO 1991, p. 69.

⁷⁴ Cf. LOPES 1968, p. 146.

⁷⁵ Do nome próprio *Ma'ruf* – cf. SERRA 1967, pp. 52-53.

⁷⁶ Talvez derivado do árabe *al-qanbar*, “calhandra, cotovia” – cf. MACHADO 1991, p. 46.

⁷⁷ Apenas conhecemos uma pequena referência em SILVA J. J. 1992, pp. 37-38, mas que, no entanto, não a valoriza devidamente enquanto testemunho civilizacional.

do lado esquerdo corresponde a um acrescento gótico, apresentando uma porta com arco apontado. Esta segunda porta, de vão amplo, dá acesso a um balcão que permitia aos habitantes de Castelo Rodrigo retirarem a água com maior comodidade, puxando o recipiente na vertical, com ajuda de cordas, a partir de uma cota um pouco superior ao actual nível da rua. Na realidade, para se alcançar o referido balcão é necessário subir alguns degraus. Por seu turno, a porta de origem muçulmana, mais antiga, rasgada à cota da rua, optava por uma diferente modalidade de extracção da água, dando acesso a uma escadaria que, adossada às paredes da cisterna, permitia descer até junto da linha de água e aí recolher a água. Deste modo, a primitiva cisterna da vila de Castelo Rodrigo, que servia o povoado civil que se desenvolveu à sombra do castelo, era uma construção com uma capacidade de armazenamento bastante mais modesta do que a que hoje ali se pode observar. Com a reforma gótica, que a julgar pelo tipo de arco e sua modinatura deverá ser obra do Século XIV, a cisterna muçulmana viu ampliada a sua capacidade de armazenamento de água para mais do dobro. Esta reforma gótica deve ter correspondido a uma fase de desenvolvimento demográfico do povoado civil, que sempre demonstrou grande atenção aos problemas de abastecimento de água⁷⁸ e que no Séc. XIV sentiu necessidade de ampliar as suas reservas de água. Uma inscrição do Séc. XIX, gravada na fachada principal desta notável construção, revela que ela foi limpa pelo povo de Castelo Rodrigo em 25 de Agosto de 1874 e que a cisterna alcança os 13 metros de profundidade.

A cisterna de Castelo Rodrigo constitui o testemunho arquitectónico muçulmano mais setentrional que conhecemos em Portugal⁷⁹, e bem merecia que fosse objecto de classificação patrimonial (protecção de que ainda não goza...). Do ponto de vista tipológico-estilístico, o arco muçulmano da Cisterna de Castelo Rodrigo – que, como referimos, é um arco ultrapassado quebrado – encontra paralelos na arquitectura califal, podendo ser atribuído ao Séc. X. Ele tem paralelo, nomeadamente, na *Puerta Vieja de la Bisarga* e na *Puerta del Sol*, ambas da muralha de Toledo, portas que têm sido unanimemente consideradas obras califais e atribuídas ao Século X. Na realidade, a *Puerta Vieja de la Bisarga* apresenta, ao centro, uma entrada munida de arco ultrapassado com lintel, à maneira cordovesa, a qual se encontra enquadrada por três arcos cegos: um, central, mais amplo, que enquadra o vão da porta, os dois laterais ostentando arcos quebrados ultrapassados (ou arcos de ferradura apontados). Quer a solução do arco central (ultrapassado com lintel) quer os cenográficos arcos cegos laterais apontam para o Século X. A mesma cronologia tem sido atribuída ao arco ultrapassado quebrado da *Puerta del Sol*, também das muralhas de Toledo. Trata-se de uma porta que ostenta um duplo arco: o interior ultrapassado, sem lintel, o mais exterior, um arco cego com maior projecção, optando pelo perfil ultrapassado quebrado. Deste modo, a Cisterna de Castelo Rodrigo pode ser cronologicamente atribuída ao Século X ou, quando muito, aos inícios do Século XI. Seria, portanto, uma obra califal enquadrável no tempo de al-Mansur, quando este caudilho estendeu, com renovado vigor, o domínio muçulmano até à margem sul do Douro, depois de ter reconquistado e destruído a cidade de Coimbra (em 987) e de ter lançado uma série de expedições militares, a um ritmo anual, contra as possessões cristãs que culminam, no Ocidente Peninsular, na célebre expedição contra Santiago de Compostela (em 997).

⁷⁸ Nos arredores de Castelo Rodrigo, junto da EN, encontra-se uma fonte de chafurdo gótica, impropriamente chamada “Fonte Romana”, que revela o cuidado colocado pela população de Castelo Rodrigo no abastecimento de água ao povoado, que nos períodos de estio se costumam agudizar. A fonte de chafurdo está ligada ao povoado de Castelo Rodrigo por um caminho antigo que caiu hoje em desuso.

⁷⁹ Em termos de espólio móvel, há vestígios mais setentrionais, nomeadamente o achado de candís árabes junto a Chaves (hoje conservados na colecção do Museu Flaviense). No entanto, e como já referimos a propósito do espólio germânico, a mobilidade destes testemunhos diminui o seu valor probatório.

2. A EVOLUÇÃO DA ARQUITECTURA MILITAR NA ZONA RAIANA

2.1. Do Castelo da Reconquista ao Castelo cabeça-de-Terra (960-1170)

Como já referimos, o processo da Reconquista Cristã teve no reinado de Afonso III das Astúrias (866-909) um momento de crucial importância, quando a linha de fronteira avançou do vale do rio Minho (onde se posicionara em 854 com a presúria de Tuy) para o vale do rio Douro. Este avanço ficaria marcado pela presúria do Porto por Vimara Peres, em 868, logo acompanhada pela presúria de Chaves pelo conde Odoário, em 872, que, respectivamente, abrem as portas à ocupação da zona de Braga-Guimarães, cerca de 879, e à ocupação da zona de Trás-os-Montes ocidental, em torno do eixo Chaves-Lamego. Menos de uma década depois das primeiras presúrias, a cidade de Coimbra era reconquistada em 878 pelo Conde Hermenegildo e a linha de fronteira cristã avançava, na fachada atlântica, até ao vale do Mondego. Na fase final do reinado de Afonso III, o processo da Reconquista regista outros avanços significativos a Leste do actual território português, consolidando a fronteira do vale do Douro: as presúrias de Zamora (em 893), Simancas (em 899), Toro (em 900) e Burgo de Osma (em 912).

Nos alvares do Século X as forças cristãs encontram-se na posse de um vasto território que, grosso modo, tinha a sua fronteira no vale do Douro mas que, na zona da fachada atlântica, actual território português, descia até ao vale do Mondego e, caminhando para interior, acompanhava a bacia hidrográfica do Mondego até atingir o vale do rio Côa, que se assumia como espaço de fronteira. Na realidade, ultrapassado este rio, os domínios cristãos recuavam até ao vale do Douro, posicionando-se nele até à zona de León e de Toro. Cremos, efectivamente, que o vale do Côa, tão alcantilado, terá servido (nesta como noutras épocas) de fronteira entre diferentes senhorios. O silêncio que encontramos para a presença cristã no território entre o Côa e o Águeda ao longo do Século X, contrastando com os elementos que conhecemos para o interflúvio Távora-Côa para a mesma época, leva-nos a pensar que a linha de fronteira do vale do Mondego subiria, pelo vale do Côa, até às arribas do Douro.

Coevos deste progresso da linha de fronteira podem ser referidos diversos testemunhos. Do ponto de vista arquitectónico mencionemos, entre outros, os conhecidos vestígios moçárabes da igreja de S. Pedro de Lourosa da Serra (templo sagrado em 912, um ano antes de S. Miguel de Escalada), as ruínas do templo moçárabe de Viseu (junto da Sé) e os elementos arquitectónicos avulsos de Soure, Coimbra, Lorvão, Fráguas e S. Pedro do Sul (todos do Séc. X). Mais junto do Douro, são os vestígios moçárabes do Mosteiro de Arouca e, às portas de Lamego, a Igreja de S. Pedro de Balsemão (a mais *asturiana* das igrejas portuguesas, do Séc. X). Uma cerrada rede de sepulturas escavadas na rocha, que tem vindo a ser inventariada e que abrange todo o espaço da Beira, testemunha igualmente a presença de comunidades nestes tempos da Reconquista. Estes cemitérios, que podem ir desde extensas necrópoles (algumas com mais de meia centena de enterramentos, como S. Pedro de Marialva e St^a. Maria de Moreira de Rei) até pequenos núcleos de um, dois ou poucos mais exemplares, documentam-nos a presença de comunidades que ainda não se encontravam estruturadas numa rede paroquial à maneira gregoriana, que seria difundida no Séc. XII, quando se impôs o modelo que associa intimamente o templo (espaço de baptismo e de culto) ao cemitério.

Do ponto de vista militar, esta nova fase inaugura-se com importantes inovações. Primeiro, e antes de tudo, com o aparecimento das primeiras estruturas militares que, verdadeiramente, devem ser classificadas como *castelos*. Até então todas as estruturas defensivas tinham optado, invariavelmente, pela solução da fortificação do *habitat*. Esta opção prende-se, antes do mais, com a própria estrutura de povoamento, onde o predomínio do habitat concentrado permitia que as necessidades de defesa se satisfizessem por meio da construção de uma muralha em torno do local onde residia uma parte significativa da população. No entanto, ao contrário do mundo

romano (que optou pelo povoamento concentrado como forma predominante de organizar a paisagem) e da Alta Idade Média germânica (que manteve um povoamento baseado essencialmente na mesma matriz), a Reconquista Cristã enfrentou problemas muito distintos, com um povoamento que, ao fim de alguns séculos de paulatina evolução, era estruturalmente disperso. Perante uma matriz de povoamento disperso a satisfação das necessidades de defesa não podiam passar apenas pela fortificação de povoados: havia que fortificar a própria paisagem, e nesse processo radica a origem do castelo, uma inovação medieval, e o processo do *Incastelamento*. É nesse contexto que se assiste ao aparecimento dos primeiros exemplos seguros de castelos. No Norte de Portugal esses primeiros exemplos podem ser apontados a partir de 875. Trata-se, portanto, de um fenómeno que não pode deixar de ser colocado em paralelo muito estreito com o avanço da linha de fronteira com Afonso III, o Magno, e com as novas circunstâncias que se geraram, com uma agudização das necessidades defensivas.

A segunda inovação que se regista foi ao nível da organização da paisagem, com o aparecimento das *civitates*. A incorporação dentro dos limites do espaço cristão de uma tão vasta área territorial, como aquela que resultou das presúrias de Afonso III entre 868 e 878, obrigou, naturalmente, à reformulação dos mecanismos de defesa e de gestão deste espaço de *Estremadura*. O vale do Douro assiste, então, a uma reforma da organização territorial e militar, com o aparecimento das *civitates*. Estas eram grandes unidades territoriais comandadas, do ponto de vista militar, a partir de um “lugar central” que era confiado a um Conde ou um *Dux*, o qual ficava encarregado de coordenar os esforços defensivos. A primeira *civitas* que se encontra documentada é a de *Anégia*, que se implantou na periferia de um povoado castrejo com uma ocupação altimedieval, junto da confluência do Tâmega com o Douro. A *civitas* de *Anégia* corresponde, hoje, ao morro da Senhora da Cidade (Eja, Entre-os-Rios)⁸⁰. Esta extraordinária estrutura militar, que vem referida nas Crónicas Asturianas de Afonso III, controlava um vasto território que se desenvolvia por ambas as margens do rio Douro, abrangendo, a Norte, uma boa parte do actual distrito do Porto (alargando-se pelos concelhos de Penafiel, Marco de Canaveses e Baião) e, na margem Sul, abrangendo os concelhos de Castelo de Paiva e de Cinfães e ainda a zona Norte do concelho de Arouca. O seu território ficava, na margem Norte do Douro, compreendido entre os rios Sousa (a Oeste) e Gove (a Leste), enquanto que na margem Sul do Douro, ia desde o vale do Alarda (a Oeste) até ao Paiva (a Leste), ultrapassando um pouco este limite. A *civitas* de Anégia, amplamente documentada desde 875 até à segunda metade do Séc. XI, pode, deste modo, ser apontada como um primeiro exemplo do “*modelo condal*” de organização militar: um lugar central, confiado a um Conde ou *Dux*, com uma estrutura militar incipiente, quase sem arquitectura, essencialmente construída com recurso à movimentação de terras e à criação de taludes, com muralhas em *pedra seca* ou *mamposteria*, sem silhares aparelhados, ignorando torreões e (obviamente) a Torre de Menagem. Subordinado a esse lugar central encontrava-se um vasto território envolvente, onde conviviam outras estruturas militares, erguidas pelas populações locais para sua defesa. Anégia não foi, obviamente, exemplo isolado no Norte de Portugal. A seu lado podem ser identificadas outras *civitates* como *Portucale* (Porto), Maia, Santa Maria (Feira), Lamego, Montemor-o-Velho, Coimbra, Seia, etc. Este modelo de organização territorial e militar, que tem paralelo na Galiza, em León e noutras zonas do Norte da Península, não teve, aparentemente, aplicação na orla oriental de Trás-os-Montes e na Beira Interior. Aqui a situação foi distinta, embora a organização do território fosse, igualmente, confiada a um conde ou, pelo menos, a uma família condal.

⁸⁰ O estudo fundamental sobre a *civitas* de Anégia continua a ser o artigo de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA e LOPES 1981-82). Outros contributos mais recentes encontram-se em BARROCA 1990-91 e em LIMA 1993.

2.1.1. O Castelo da Reconquista

Para o estudo das estruturas fortificadas da zona da Beira Interior no Séc. X, o documento mais importante de que dispomos é a ampla doação com que D. Flâmula Rodrigues contemplou o Mosteiro de Guimarães em 960. D. Flâmula era filha de D. Rodrigo Tedones e de D. Leodegúndia Dias, descendendo, deste modo, de duas famílias condais: a de D. Afonso Betote, o presor de Tuy (de quem era bisneta pelo lado paterno), e a de Diogo Fernandes, o povoador da zona de Lamego (de quem era neta pelo lado materno)⁸¹. D. Flâmula era, ainda, sobrinha de D. Mumadona Dias, em casa de quem fez, em 960, a importante doação ao mosteiro de Guimarães, onde resolveu entrar como *deovota*. Nesse extenso diploma, onde se arrolam dezenas de propriedades concentradas sobretudo no Entre-Douro-e-Minho, refere-se a dado passo:

“... *nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Nauman, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobria, Seniorzelli, Caria, cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa strematura...*”⁸².

A identificação destes dez topónimos – na maior parte dos casos simples e óbvia, mas num ou noutro caso bastante mais problemática – já foi ensaiada por diversos autores, desde Luís Filipe Lindley Cintra a Almeida Fernandes, e nós próprios já sobre ela nos debruçámos⁸³. Julgamos, no entanto, ter progredido um pouco mais na identificação dos topónimos mais problemáticos. Começamos pelas identificações “pacíficas” para analisarmos as ilações que delas podemos retirar. *Trancoso* corresponde, obviamente, a Trancoso, sem qualquer oscilação ortográfica. *Moraria* foi, durante os tempos medievais, conhecida por Moreira e passou, mais tarde, a ser conhecida por Moreira de Rei, recordando o facto de D. Sancho II ter aí permanecido a sua derradeira noite no Reino, quando se dirigia para o exílio no conturbado ano de 1247. *Longobria* é hoje Longroiva, *Nauman* corresponde a Numão, *Pena de Dono* corresponde a Penedono, *Seniorzelli* é hoje Sernancelhe e *Caria* ainda nos nossos dias se designa Caria. A cartografia destes sete topónimos revela uma coerência surpreendente: todos eles se localizam no interflúvio Távora-Côa. Ou, dito por outras palavras, eles constituíam uma mancha coerente de castelos nos quais se estruturava o território cristão que se estendia a Leste do território de Lamego, entre os rios Távora e Côa. Aquilo que, nos documentos medievais, se dizia, com toda a justiça, ser a *Strematura*. A Leste do Côa, como já referimos, iniciavam-se os domínios muçulmanos e a fronteira cristã posicionava-se de novo no vale do Douro. Esta área entre o Távora e o Côa constituía, portanto, um espaço de fronteira com uma importância crucial. Os castelos de D. Flâmula estendiam-se por uma área que ia até Trancoso, o mais meridional de todos os castelos referidos, situado 40 km a Sul do curso do Douro. Deixamos para o fim os três topónimos mais problemáticos: *Vacinata*, *Amindula* e *Alcobria*. Atendendo à coerência geográfica denunciada pelos exemplos anteriores, julgamos que eles devem ser procurados no espaço compreendido entre o Távora e o Côa. Lindley Cintra acreditava que o topónimo latino *Amindula* correspondia a Almendra (freg. do conc. de Vila Nova de Foz Côa)⁸⁴. No entanto, se assim fosse, *Amindula* seria o único castelo de D. Flâmula que se localizava a Leste do Côa. Pela nossa parte, já noutro estudo sugerimos a identificação de *Amindula* com a actual Meda, que nos documentos medievais do Séc. XIII surge com a grafia *Amida*⁸⁵, e que fica em pleno entre-Távora-e-Côa, no coração do território dos castelos de D. Flâmula. Nesse mesmo estudo levantamos a hipótese de que *Vacinata*, outro dos topónimos do Séc. X que permanece por identificar, correspondesse ao microtopónimo Castelo, junto a Muxagata,

⁸¹ Vd. MATTOSO 1981, pp. 137 e 153.

⁸² PMH, DC 81 = VMH, 11.

⁸³ Vd., entre outros, CINTRA 1959, pp. XXXVI-XXXVIII; BARROCA 1990-91, p. 94 e ss.; BARROCA 1998, no prelo.

⁸⁴ CINTRA 1959, pp. XXXVI-XXXVII.

⁸⁵ BARROCA, 1990-91, p. 94.

igualmente a Ocidente do rio Côa. Finalmente, em relação a *Alcobria*, topónimo para o qual não havíamos proposto qualquer identificação em 1990-91, julgamos que deve corresponder a Alcarva, uma pequena aldeia a Leste de Ranhados, onde, de resto, sobrevive o topónimo Castelo, embora deste não restem vestígios.

As visitas que realizámos a todos estes locais, na expectativa de encontrarmos elementos coevos da referência documental de 960, permitiram-nos identificar, em 1990, a notável Torre Moçárabe do castelo de Trancoso, que permanece testemunho único em Portugal. Trata-se, efectivamente, da velha estrutura moçárabe doada por D. Flâmula ao Mosteiro de Guimarães em 960, e que se conservou ao longo dos anos, sendo mais tarde incorporada no interior do perímetro do castelo românico, onde passou a desempenhar as funções de Torre de Menagem. No entanto, ao contrário da esmagadora maioria dos exemplos conhecidos, em que a Torre de Menagem é mais tardia do que o Castelo, aqui a situação é a inversa. A Torre de Trancoso é uma construção muito mais antiga do que o castelo românico que se ergue em seu torno, como várias das suas características denuncia⁸⁶. Em primeiro lugar, o seu perfil tronco-cónico, com paredes que se vão tornando mais estreitas à medida que ganham altura, numa opção que denuncia arcaísmo e antiguidade. Por outro lado, a porta de entrada, rasgada ao nível do primeiro andar, apresentando arco ultrapassado tipicamente moçárabe, com impostas de grande desenvolvimento. Finalmente, registamos que a Torre de Trancoso foi erguida com recurso a um aparelho de construção não-isódomo, cheio de cotovelos, de cunhas e de rolhas, numa das mais extraordinárias demonstrações da técnica de construção moçárabe típica das manchas graníticas. Entre os seus silhares encontramos, igualmente, silhares almofadados, que surgem noutros monumentos do Séc. X, testemunhando o ressurgimento de técnicas classicistas. Todos estes pormenores – aparelho não-isódomo, com cotovelos, cunhas e rolhas, ostentando silhares almofadados – remetem-nos para a técnica de construção pré-românica, em que o pedreiro-talhante assumia igualmente as funções de pedreiro-assentador. O sistema de acesso ao interior da torre, que era móvel, encontra-se documentado nos encaixes para a escada de madeira, talhados nos silhares imediatamente abaixo da soleira da porta. O *Castello* de Trancoso de D. Flâmula era, deste modo, constituído por uma robusta torre, de planta quase quadrada, erguida com espessos muros e com porta rasgada no primeiro andar, munida de acesso móvel. A Torre foi construída no alto do mais destacado afloramento rochoso da zona de Trancoso, que, por isso mesmo, mais tarde recebeu o castelo românico. O conjunto das estruturas militares assumiu-se desde cedo como “núcleo-gerador” do fenómeno urbano, polarizando em torno de si a área mais antiga do burgo de Trancoso. No entanto, o povoamento desta zona nesses remotos tempos da Reconquista não se encontra apenas documentado pelas estruturas militares. A elas pode ser associada uma pequena, mas interessante, necrópole de sepulturas escavadas na rocha que sobrevive junto do actual Tribunal de Trancoso, onde se contabilizam sepulturas de adulto e de criança, e onde se pode admirar um dos raros exemplos portugueses de tampas associadas a estes sepulcros⁸⁷.

Depois do invulgar exemplo de Trancoso, notável pelo seu estado de conservação, há um outro *castello* de D. Flâmula para o qual podemos apontar elementos militares coevos do Séc. X. Referimo-nos ao Castelo de Sernancelhe, que se erguia no alto do Monte do Castelo, um pouco a Norte da Igreja paroquial de Sernancelhe (onde, sublinhemos, existem igualmente sepulturas escavadas na rocha). No Monte do Castelo são visíveis testemunhos importantes do velho castelo da Reconquista. O Monte sofreu bastantes maus-tratos num passado recente: no limitado

⁸⁶ De resto, nesta altura (Séc. X) o castelo ignorava, ainda, a Torre de Menagem.

⁸⁷ São raros os exemplos de sepulturas escavadas na rocha que apresentam, associadas, as respectivas tampas (com excepção, como é obvio, das necrópoles reveladas por meio de escavações arqueológicas). No entanto, na zona que nos tem vindo a ocupar, registamos alguns exemplos de tampas que chegaram até aos nossos dias associadas aos respectivos sepulcros: na pequena necrópole do povoado de St^ª. Cruz da Vilarça (conc. de Torre de Moncorvo), na necrópole da Igreja de Castelo de Penalva (conc. de Penalva do Castelo), na necrópole da Igreja de Sernancelhe (conc. de Sernancelhe) e na necrópole do Tribunal de Trancoso (conc. de Trancoso). No primeiro caso as tampas eram formadas por uma única laje de xisto, no segundo caso várias lajes de granito, nos dois restantes as tampas, de granito, apresentavam secção triangular ou em duas águas, recordando as tipologias das tampas de sarcófagos mais tardios.

espaço da sua coroa construiu-se um depósito de água, ergueu-se um monumento religioso e implantou-se um marco geodésico. Ao longo da encosta lançou-se uma escadaria monumental para facilitar o acesso a esse que é, seguramente, o melhor miradouro da vila de Sernancelhe, de onde se desfruta um notável domínio da paisagem. E, a meia encosta, junto de uma plataforma intermédia que também abrigou estruturas de habitat medievais, ergueu-se um coreto e construíram-se mesas para merendas. Todas estas intervenções já tinham mutilado de forma significativa os restos do velho Castelo de Sernancelhe, cuja existência se adivinhava apenas pelo troço de muralha. Recentemente novas obras voltaram a maltratar o Castelo de D. Flâmula: abriram-se valas no alto do morro para se construir um passeio, fizeram-se desaterros a meia encosta para ampliar a área de merendas, e reformulou-se a escadaria de acesso, mutilando-se de novo a topografia do local. Aproveitando o revolvimento de terras tivemos oportunidade de recolher fragmentos de cerâmicas da Alta Idade Média, de fabrico manual ou em torno lento, que podem ser atribuídos aos Séc. VII-VIII, e outros, mais tardios, da Baixa Idade Média. Estes achados revelam-se importantes por documentarem uma ocupação aparentemente anterior aos meados do Séc. X, data da referência ao Castelo de D. Flâmula. Apesar de todas as malfeitorias, o Castelo de D. Flâmula continua a resistir. Sobrevive parte da sua linha de muralhas (em cima da qual se implantou o marco geodésico...), com um característico aparelho de construção pré-românico, ignorando a isonomia e optando pelos silhares com cotovelos, cunhas e pequenas rolhas. A muralha, que percorria a parte superior do monte, ignorava os torreões, como era natural para a época, mas parece adoptar já um flanqueamento reentrante, como vemos noutros castelos do Séc. XI, nomeadamente em S. Martinho de Mouros. Infelizmente, as intervenções modernas eliminaram os vestígios da porta, que deveria ficar na zona da actual escadaria (a única área onde não há vestígios contínuos de muralha antiga). Mas, apesar de todos os maus-tratos sofridos, o Castelo de Sernancelhe continua a ter uma importância assinalável, documentando a ocupação cristã em tempos tão recuados, no que é corroborado pela presença de sepulturas escavadas na rocha (em torno da Igreja), pela presença de uma tampa de sepultura com decoração muito arcaica (igualmente no Adro da Igreja) e por um capitel coríntio pré-românico (embutido na parede Sul do templo, em posição invertida, reaproveitado como Pia de Água Benta).

No entanto, nem todos os locais mencionados no diploma de D. Flâmula tiveram a sorte de Trancoso ou de Sernancelhe, conseguindo que, apesar de tudo, testemunhos tão significativos sobrevivessem até aos nossos dias. Na realidade, em diversos outros locais encontramos testemunhos de ocupação coevos da Reconquista, como é o caso das necrópoles de sepulturas escavadas na rocha (presentes em Trancoso, Longroiva, Moreira de Rei, Numão e Sernancelhe), ou de testemunhos pré-românicos em estruturas de cariz religioso (como acontece em Sernancelhe e Numão). No entanto, das estruturas militares referidas no diploma de 960 mais nenhum testemunho significativo conseguiu chegar até aos nossos dias. O castelo de Moreira de Rei sofreu uma profunda reforma românica que veio alterar irremediavelmente a sua fisionomia, dotando-o de Torre de Menagem e de novas muralhas. Essa reforma do Séc. XII seria responsável pela destruição dos vestígios do *castello* de D. Flâmula, que era coevo da notável e extensa necrópole de sepulturas escavadas na rocha que se polariza em torno da igreja paroquial. Por seu turno, o castelo de Longroiva foi objecto de reforma no tempo de D. Gualdim Pais, que promoveu a construção da sua Torre de Menagem em 1174. Deve ter sido por essa altura que se eliminaram os derradeiros vestígios do castelo que D. Flâmula doara ao Mosteiro de Guimarães em 960. No entanto, junto do Castelo de Longroiva e da Capela de N^a. S^a. do Torrão ainda subsistem sepulturas escavadas na rocha. O Castelo de Numão, onde detectámos um pequeno troço de muralha com características mais antigas, teve igualmente uma profunda reforma românica, depois completada com intervenções góticas, que ditaram a quase total anulação dos testemunhos do castelo do Séc. X. Mas no interior do povoado (junto da Igreja de St^a. Maria) e no seu exterior (em torno da Capela de S. Pedro) encontramos de novo necrópoles de sepulturas escavadas na rocha. O

Castelo de Penedono, por seu turno, sofreu uma profunda reforma no Séc. XV, que adaptou o castelo a estrutura residencial, que anulou os vestígios mais remotos. Por fim, devemos registar que em relação a *Vacinata* (Muxagata?), *Amindula* (Meda?), *Alcobria* (Alcarva) e *Caria* (Caria), os únicos vestígios disponíveis são toponímicos. Nalguns casos conhecemos o local onde esses castelos se implantaram, mas deles não sobrevivem vestígios arqueológicos.

A passagem documental de 960 permite compreender que, já então, existia uma hierarquia bem definida dentro das estruturas militares e de povoamento. Seguindo uma ordem de decrescente importância, tínhamos os *castellos*, as *penellas* e as *populaturas*. Os primeiros, porque eram de posse condal e porque eram as estruturas mais importantes e cuidadas, com maiores requintes arquitectónicos, mereceram ser individualizados um a um na doação ao mosteiro de Guimarães. Já as *penellas*, mais numerosas e menos importantes, não foram individualizadas. Provavelmente não seria apenas uma questão de motivação, mas também de verdadeira impossibilidade: sendo mais numerosas, seria impossível estar a mencionar de forma individualizada no diploma de 960. Julgamos que as *penellas* deviam corresponder ao que hoje vulgarmente classificamos como “castelos roqueiros”, erguidos no alto das penedias. E, finalmente, as *populaturas*, que deviam corresponder aos povoados abertos, sem defesas, dependentes das estruturas militares supracitadas, constituíam a rede de povoamento da zona. Corresponderiam, portanto, às nossas aldeias. Aparentemente, apenas os castelos, as estruturas mais importantes e mais monumentalizadas, eram de posse condal directa. D. Flâmula chama-lhes, claramente, “*nostros castellos*”. As restantes unidades de povoamento estavam subordinadas a eles. Por isso o diploma se refere aos “*nostros castellos... cum alias penellas et populaturas*”.

Quadro 2
Castelos de D. Flâmula Rodrigues (960)

Topónimo Medieval (PMH DC 81)	Topónimo actual	Vestígios coevos e outros indícios
<i>Trancoso</i>	Trancoso	– Torre Moçárabe no Castelo de Trancoso – Necrópole de sepulturas escavadas na rocha (junto do Tribunal)
<i>Seniorzeli</i>	Sernancelhe	– Monte do Castelo, com muralha antiga e vestígios de habitat; cerâmica altimedieval – Necrópole de sepulturas escavadas na rocha (junto da Ig. Paroquial)
<i>Moraria</i>	Moreira de Rei	– Necrópole de sepulturas escavadas na rocha (junto da Ig. de St ^a . Maria) – Castelo românico; cerâmica medieval
<i>Longobria</i>	Longroiva	– Necrópole de sepulturas escavadas na rocha (Cap. N ^o . S ^o . Torrão) – Castelo românico, reconstruído em 1174; cerâmica medieval
<i>Nauman</i>	Numão	– Troço antigo na muralha de Numão – 2 necrópoles de sepulturas escavadas na rocha (Cap. S. Pedro e Ig. St ^a . Maria) – Castelo românico; cerâmica medieval
<i>Vacinata</i>	Muxagata (?)	– Microtopónimo “Castelo”
<i>Amindula</i>	Meda (?)	– Monte do Castelo, com afloramentos rochosos cortados artificialmente
<i>Pena de Dono</i>	Penedono	– Castelo reconstruído na Baixa Idade Média
<i>Alcobria</i>	Alcarva	– Microtopónimo “Castelo”
<i>Caria</i>	Caria	–

Como se pode verificar, o documento 81 dos *Diplomata et Chartae* ocupa um lugar central nos estudos de Castelologia medieval portuguesa: primeiro, porque permite a identificação de um

conjunto coerente de fortificações condais; depois, porque possibilitou a identificação, no terreno, de vestígios arqueológicos sobreviventes; finalmente, por se tratar do nosso documento que, até ao ano 1000, encerra o maior número de referências a castelos. Bastará, a este propósito, sublinhar que, até esse ano, se conhecem em Portugal referências documentais para 50 estruturas castelares distintas e que, só no PMH, DC 81, encontramos menção a 10 castelos. No entanto, não se deve confundir estruturas *documentadas* com estruturas *existentes*. Não temos dúvida que o número de castelos era muito superior ao número total de estruturas referidas nos nossos diplomas.

Na ausência de testemunhos documentais escritos, a matriz de povoamento terá de ser reconstruída, para estas remotas épocas, com recurso a documentos arqueológicos. Para a época que temos vindo a tratar – entre as presúrias do Séc. IX e a reorganização militar dos meados e segunda metade do Séc. XI – podemos contar com um precioso testemunho: o das sepulturas escavadas na rocha. Como se sabe, as sepulturas escavadas na rocha correspondem a uma moda de enterramento que arranca nos fins do Séc. VIII ou inícios do Séc. IX, e que foi sobretudo popular entre os Séc. IX e XI, quando triunfaram as tipologias antropomórficas. Depois do Séc. XI esta moda de tumulação entrou em decadência e, embora alguns casos possam ser um pouco mais tardios, atingindo o Séc. XIII ou até o Séc. XIV, a maioria dos exemplos conhecidos deve quedar-se pelos finais do Séc. XI ou pelos inícios da centúria seguinte. Poderíamos dizer, portanto, que a decadência das sepulturas escavadas na rocha acompanha o triunfo da reforma litúrgica gregoriana e a crescente influência de Cluny e de França na liturgia e no monaquismo peninsular. As necrópoles de sepulturas escavadas na rocha são, assim, um fenómeno que precede a afirmação do modelo românico de paróquia, que levou à concentração, num único local, do baptistério, do templo e do cemitério (isto é, o local onde o cristão recebe os primeiros sacramentos, onde assiste semanalmente ao culto e onde recebe os últimos sacramentos e a derradeira morada). A imposição deste modelo paroquial foi acompanhada pelo desenvolvimento de uma nova noção de territorialidade do espaço paroquial. Mas, antes do triunfo deste novo modelo, uma paróquia podia ter mais do que um espaço de enterramento, que não tinha de estar necessariamente polarizado em torno do templo. Por isso podemos encontrar, dentro de um mesmo espaço paroquial, mais do que um núcleo de sepulturas escavadas na rocha. E, também por isso, muitos dos nossos “cemitérios” rupestres são compostos por um escasso número de sepulcros que, muitas vezes, não ultrapassa o limiar da dezena de exemplos. As sepulturas escavadas na rocha apresentam uma evolução tipológica que, embora não caiba explorar aqui em todas as suas implicações, é susceptível de fornecer elementos cronológicos interessantes. Referimo-nos, nomeadamente, ao predomínio de sepulturas não-antropomórficas nos séc. VIII e IX, ao aparecimento das primeiras soluções de antropomorfismo no decurso do Séc. IX, ao triunfo das soluções antropomórficas com simetria axial perfeita nos Séc. X e XI, e ao aparecimento das “almofadas” na zona da cabeceira e dos rebordos desenvolvidos nos Séc. XI e XII. Mesmo que algumas premissas desta perspectiva evolucionista possam suscitar dúvidas, este modelo, apoiado nos estudos de Alberto del Castillo e de outros investigadores, continua globalmente a responder de forma positiva⁸⁸.

O levantamento que empreendemos, embora incompleto, revelou mais de quatro centenas de sepulcros – para sermos rigorosos mais de 411 sepulturas⁸⁹. Na sua esmagadora maioria estas sepulturas adoptam contornos antropomórficos, denunciando uma cronologia aparentemente mais avançada e, portanto, um povoamento igualmente mais tardio. Apesar das deficiências de levantamento que se sentem em certas zonas (como seja o caso dos concelhos de Pinhel e de Sabugal), não podemos deixar de salientar como a distribuição geográfica deste tipo de sepultu-

⁸⁸ Sobre a cronologia das sepulturas escavadas na rocha vejam-se os estudos clássicos de Alberto del Castillo (1968 e 1972) e, entre uma bibliografia mais vasta, BARROCA 1987, pp. 103-175.

⁸⁹ Atendendo a que em vários casos não conseguimos determinar o número total de sepulcros, contabilizamos esses casos como sendo 1 sepultura, conscientes de que apenas incorremos em erro por defeito, nunca por excesso. Por isso, podemos dizer que o número total de sepulcros será seguramente superior a 411.

ras se revela interessante: raras na zona Norte da nossa área de trabalho (concelho de Miranda do Douro), concentrando-se particularmente na zona do Vale do Douro e sobretudo na margem Sul e na Beira, mas tornando-se de novo mais raras nas zonas mais meridionais (concelho do Sabugal). Os números são elucidativos: o concelho de Miranda do Douro possui sepulcros destes em apenas 2 locais, o de Mogadouro em 7 lugares distintos, o de Torre de Moncorvo em 10 e o de Freixo de Espada-à-Cinta em 3 lugares distintos. Ao todo, para a zona a Norte do Douro, possuímos pelo menos 75 sepulcros repartidos por 22 núcleos distintos. A zona a Sul do Douro conta pelo menos com 336 sepulturas escavadas na rocha. O concelho de Vila Nova de Foz Côa possui sepulcros destes em 6 locais distintos, o de Meda em 13 lugares, o de Figueira de Castelo Rodrigo em 16 lugares, o de Pinhel com 2 lugares⁹⁰, o de Almeida em 11 lugares e o do Sabugal num único local (cf. Quadro 3). Por outro lado, sublinhemos que é na zona da Beira que se concentram as grandes necrópoles portuguesas. Na realidade, a Norte do rio Douro as necrópoles mais extensas não vão além da dezena e meia de sepulcros. Pelo contrário, na Beira encontramos necrópoles com 86 sepulturas (Ig. de S. Pedro de Marialva), com mais de 50 sepulcros (Ig. de St^a. Maria de Moreira de Rei), com 38 sepulcros (Necrópole de Malpartida, Almeida), com 31 enterramentos (Necrópole de Vascoveiro, Pinhel). Parece confirmar-se a tendência já detectada no Entre-Douro-e-Minho (onde predominam as necrópoles de reduzidas dimensões, excedendo raras vezes a dezena de sepulcros) e da Beira (que na amostragem da zona de Viseu já evidenciava algumas necrópoles mais extensas, embora nunca ultrapassando a meia centena de sepulcros)⁹¹.

Quadro 3
Sepulturas escavadas na rocha

A Norte do Douro:	N.º Sep
– Igreja paroquial de Picote (Picote, Miranda do Douro)	não determ.
– Capela de S. Paulo (Sendim, Miranda do Douro)	1 sep.
– Igreja paroquial de Azinhoso (Azinhoso, Mogadouro)	não determ.
– Ribeirinha (Mogadouro, Mogadouro)	4 sep.
– Igreja paroquial de Mogadouro (Mogadouro, Mogadouro)	não determ.
– Algosinho (Peredo da Bemposta, Mogadouro)	3 sep.
– Igreja paroquial de Travanca (Travanca, Mogadouro)	1 sep.
– Igreja paroquial de Urrós (Urrós, Mogadouro)	4 + 3 sep.
– Capela de S. Facundo (Urrós, Mogadouro)	3 sep.
– Igreja de S. Mamede, Baldoeiro (Adeganha, Torre de Moncorvo)	15 sep.
– Cervadeira (Adeganha, Torre de Moncorvo)	não determ.
– A Derruída ou St ^a . Cruz da Vilariça (Cardanha, Torre de Moncorvo)	3 sep.
– Olival dos Berrões, Zambulheira (Cabeça Boa, Torre de Moncorvo)	10 sep.
– Quinta de Vilar Maior (Cabeça Boa, Torre de Moncorvo)	não determ.
– Ribeira de Cananor (Carviçais, Torre de Moncorvo)	14 sep.
– Lagares (Castedo, Torre de Moncorvo)	1 sep.
– Caminho das Sepulturas, St ^a . Marinha (Mós, Torre de Moncorvo)	não determ.
– Quinta da Alfarela (Torre de Moncorvo, Torre de Moncorvo)	não determ.
– Capela de S. Pedro de Mós (Mós, Torre de Moncorvo)	não determ.
– Fornos (Fornos, Freixo de Espada-à-Cinta)	não determ.
– Quinta do Picão da Fonte Santa (Lagoaça, Freixo de Espada-à-Cinta)	3 sep.
– Capela de S. Tiago, Monte de S. Paulo (Poiães, Freixo de Espada-à-Cinta)	não determ.

(contin.)

⁹⁰ Devemos ao Dr. Laurindo Saraiva Monteiro as informações sobre a Necrópole de Vascoveiro, para a qual nos facultou, amavelmente, todos os elementos disponíveis. Para além da Necrópole de Vascoveiro sabemos da existência de sepulturas escavadas na rocha no adro da Capela da Senhora da Ajuda (Pereiro). No entanto, existem mais núcleos de sepulturas escavadas na rocha no concelho de Pinhel.

⁹¹ Para o Entre-Douro-e-Minho vd. BARROCA 1987; para a zona de Viseu vd. MARQUES 1995.

A Sul do Douro:	N.º Sep
– Quinta da Barca (Chãs, Vila Nova de Foz Côa)	2 sep.
– Prazo (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa)	13 sep.
– Tapada da Eira (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa)	não determ.
– Cap. S. Pedro de Numão, Castelo de Numão (Numão, Vila Nova de Foz Côa)	19 sep.
– Igreja de Stª. Maria, Castelo de Numão (Numão, Vila Nova de Foz Côa)	3 sep.
– Crelgo (Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Foz Côa)	1 sep.
– Mosteiros, Casteição (Casteição, Meda)	1 + 5 sep.
– Alto dos Muimentos, Quinta do Cônsul (Fonte Longa, Meda)	20 sep.
– Fulgaroso (I) (Fonte Longa, Meda)	não determ.
– Fulgaroso (II) (Fonte Longa, Meda)	não determ.
– Fulgaroso (III) (Fonte Longa, Meda)	não determ.
– Capela de Nª. Sª. do Torrão, Longroiva (Longroiva, Meda)	3 + 4 sep.
– Relva de Baixo (Longroiva, Meda)	7 sep.
– Capela do Espírito Santo (Marialva, Meda)	3 sep.
– Igreja de S. Pedro, Marialva (Marialva, Meda)	86 sep.
– Quinta do Covelo, Banhos de Ariola (Outeiro dos Gatos, Meda)	1 sep.
– Quinta do Paço, Banhos de Ariola (Outeiro dos Gatos, Meda)	7 sep.
– Capela da Quinta de Vila Maior (Pai Penela, Meda)	1 sep.
– Quinta de S. Pedro (Ranhados, Meda)	1 sep.
– Algodres (Algodres, Figueira de Castelo Rodrigo)	não determ.
– Fontenares (Cinco Vilas, Figueira de Castelo Rodrigo)	1 sep.
– Mimosa, Gravanceiro (Colmeal, Figueira de Castelo Rodrigo)	14 sep.
– Luzelos (Colmeal, Figueira de Castelo Rodrigo)	não determ.
– Mata de Lobos (I) (Mata de Lobos, Figueira de Castelo Rodrigo)	não determ.
– Mata de Lobos (II) (Mata de Lobos, Figueira de Castelo Rodrigo)	não determ.
– Mata de Lobos (III) (Mata de Lobos, Figueira de Castelo Rodrigo)	não determ.
– Sanca (Mata de Lobos, Figueira de Castelo Rodrigo)	7 sep.
– Quinta dos Vilares (Quintã de Pero Martins, Figueira de Castelo Rodrigo)	1 sep.
– Capela de S. Martinho (Quintã de Pero Martins, Figueira de Castelo Rodrigo)	9 sep.
– Quintã de Vilar Tomé (I) (Quintã de Vilar Tomé, Figueira de Castelo Rodrigo)	6 sep.
– Quintã de Vilar Tomé (II) (Quintã de Vilar Tomé, Figueira de Castelo Rodrigo)	não determ.
– Raposeira (Vermiosa, Figueira de Castelo Rodrigo)	14 sep.
– Vale de Olmos (Vermiosa, Figueira de Castelo Rodrigo)	1 sep.
– Vale da Baralha (Vermiosa, Figueira de Castelo Rodrigo)	1 sep.
– Quinta da Vila ou Canto dos Linhos (Figueira de Castelo Rodrigo)	2 sep.
– Capela de Nossa Senhora da Ajuda (Pereiro, Pinhel)	6 sep.
– Necrópole de Vascoveiro, Negrelos (Vascoveiro, Pinhel)	31 sep.
– Quinta do Dagoberto, Seixo (Ade, Almeida)	4 + ? sep.
– Azinhal (Azinhal, Almeida)	não determ.
– Freineda (Freineda, Almeida)	não determ.
– Freixo (Freixo, Almeida)	não determ.
– Igreja paroquial de Leomil (Leomil, Almeida)	1 sep.
– Campo das Almuinhas, Leomil (Leomil, Almeida)	2 sep.
– Malhada Sorda (Malhada Sorda, Almeida)	não determ.
– Nave dos Moiros, Malpartida (Malpartida, Almeida)	38 sep.
– Naves (Naves, Almeida)	não determ.
– S. Pedro de Rio Seco (S. Pedro de Rio Seco, Almeida)	não determ.
– Vilar Formoso (Vilar Formoso, Almeida)	não determ.
– Sortelha (Sortelha, Sabugal)	3 + 1 sep.

Os domínios cristãos a Sul do Douro, que, como vimos, se estendiam no Séc. X até ao vale do Mondego e ao vale do Côa, penetrando 40 km a sul do Douro, foram duramente afectados pelas campanhas de al-Mansur dos fins do Séc. X. Na realidade, depois da reforma do exército muçulmano, ordenada c. 980, o poder ofensivo de al-Mansur viu-se significativamente acrescido, o que se traduziu numa série de campanhas devastadoras, que se sucederam a um ritmo anual e que investiram contra a Catalunha, León e o Ocidente Peninsular. Para a área actualmente portuguesa interessa a campanha de 986 (contra Condeixa), a campanha de 987 (contra Coimbra, com

a conquista desta cidade em 28 de Julho de 987, pondo termo a quase um século de domínio cristão)⁹², a campanha de 990 (contra Montemor-o-Velho), a campanha de 995 (contra o castelo de Aguiar de Sousa, às portas do Porto) e, sobretudo, a célebre campanha de 997 (contra Santiago de Compostela). Julgamos ter sido no contexto desta última campanha militar que os territórios cristãos a Sul do Douro – quer os que D. Flâmula tinha doado ao Mosteiro de Guimarães, em 960, quer os da área da *civitas* de Lamego – caíram de novo nas mãos das forças muçulmanas. A fronteira cristã recuou, voltando a fixar-se no Vale do Douro, onde se manteve até aos meados do Séc. XI. A expedição de al-Mansur contra Santiago teve início a 3 de Julho de 997, quando uma das colunas do exército muçulmano saiu de Córdoba, dirigindo-se por Cória até Viseu, onde, segundo Reinhart Dozy, se viu engrossada com efectivos dispensados pelos condes cristãos aliados⁹³. A referência cronística esclarece que Viseu estava, então, do lado de al-Mansur o que parece afastar a ideia de uma conquista militar. Terá havido antes um pacto, que evitou o derramamento de sangue. As forças militares, assim reforçadas, alcançaram o vale do Douro e dirigiram-se para o Porto, onde se reuniu uma outra ala do exército muçulmano que tinha partido de Alcácer do Sal por via marítima. A partir do Porto al-Mansur avançou para Norte, percorrendo o Entre-Douro-e-Minho que, ainda nas palavras de Dozy, “*pertenecia a los condes aliados*”, atingindo a zona de Valadares, nas margens do rio Minho. Passado este rio, al-Mansur entrou em território adverso, dirigindo-se a Iria Flávia e a Santiago, tendo em ambos locais deixado um rasto de destruição. Depois de permanecer uma semana em Santiago, al-Mansur empreendeu a viagem de regresso, transportando consigo as portas da cidade e os sinos da basílica de Compostela, dois despojos de guerra carregados de simbolismo. Para trás deixou uma basílica arrasada e incendiada. Sabemos que passou por Lamego, onde se separou dos efectivos cristãos que o apoiaram na expedição e onde repartiu o saque de guerra⁹⁴. A referência a Lamego, que o cronista muçulmano declara que tinha sido *conquistada* por al-Mansur, parece revelar que, ao contrário de Viseu, aqui houve lugar a intervenção militar e que esta poderá ter tido lugar quando os exércitos muçulmanos passaram para Norte. Depois de repartir os proveitos de guerra, al-Mansur atravessou de novo a Beira e veio a entrar, triunfalmente, em Córdoba⁹⁵.

Deve ter sido no contexto desta expedição de 997 que os castelos da Beira que tinham pertencido a D. Flâmula, e que esta senhora tinha doado ao Mosteiro de Guimarães em 960, caíram de novo na posse das forças muçulmanas. Na realidade, a partir dos derradeiros anos do Séc. X a fronteira entre cristãos e muçulmanos voltou a deslocar-se para Norte, fixando-se de novo no vale do Douro. A excepção vai para a zona litoral, a ocidente do sistema montanhoso de Montemuro, onde os territórios da margem Sul do Douro, englobando a zona de Arouca e o território da *civitas* de Santa Maria, permaneceram na posse cristã. Com a fronteira posicionada, nesta zona litoral, ao longo do vale do rio Vouga, a *civitas* de Santa Maria viu incrementada a sua importância estratégica. Mas, para lá do sistema montanhoso de Montemuro a fronteira estava de novo posicionada no vale do Douro. Perdia-se, assim, uma vasta área territorial que, desde as campanhas de Afonso III das Astúrias, e por mais de um século, havia permanecido na posse das forças cristãs.

As notícias referentes aos castelos da zona Norte das Beiras são claras no que toca a esse recuo da linha de fronteira: depois de dobrado o ano 1000 os castelos de S. Martinho de Mouros, de Cárquere, de Lamego, de Tarouca, e todos os castelos que tinham pertencido outrora a D. Flâmula (Numão, Muxagata, Longroiva, Meda, Alcarva, Penedono, Sernancelhe, Caria, Moreira de Rei e Trancoso) encontravam-se de novo na posse das forças muçulmanas. A estes devemos ainda

⁹² A conquista de Coimbra em 987 foi de tal maneira destruidora que a cidade permaneceu desabitada por 7 anos, sendo apenas de novo povoada em 994 (DOZY 1861, vol. III, p. 169). A cidade ficaria sob domínio muçulmano até ao ano de 1064, quando foi definitivamente reconquistada pelas forças de Fernando Magno.

⁹³ DOZY 1861, vol. III, p. 186.

⁹⁴ DOZY 1861, vol. III, p. 189.

⁹⁵ Sobre a expedição de al-Mansur veja-se, entre outros, o clássico estudo de DOZY 1861, vol. III, pp. 186-190.

acrescentar os castelos de Terrenho, de S. Justo (hoje Marialva) e, mais a Sul, os de Viseu, Travanca e Castelo de Penalva. E, a Leste do Côa, o castelo de Castelo Rodrigo que, aparentemente, ainda não deixara de estar na posse muçulmana. Este recuo da fronteira manter-se-ia por mais de meio século, até à “Campanha das Beiras” de Fernando Magno. No entanto, não é fácil apontar testemunhos arqueológicos que se possam identificar, com segurança, com a efêmera passagem destas fortificações de novo pelas mãos muçulmanas. Pelo menos nesta zona, já que na área do Vale do Mondego, onde vários castelos caíram igualmente na posse muçulmana, podemos apontar alguns exemplos onde sobrevivem vestígios arqueológicos identificáveis com essa fase (como, por exemplo, em Montemor-o-Velho e na Lousã).

A fragmentação do poder muçulmano, com o fim do Califado de Córdoba e a formação das 1^{as} Taifas (1031-1094), permitiu que nos meados do Séc. XI a conjuntura militar se invertesse. Para a zona actualmente portuguesa essa nova fase ficaria plasmada na chamada “Campanha das Beiras” que Fernando Magno conduziu entre 1055 e 1064, ao longo de nove anos (ou, como se regista na *Chronica Gothorum*, ao longo de oito anos) e que conduziu à reconquista, definitiva, dos castelos de Viseu, Seia, S. Martinho de Mouros, Lamego, Travanca e Castelo de Penalva:

“... Era MXCVI. IIII^o Calend. Augusti in die S. Cucufatis rex domnus Fernandus cepit civitatem Viseum, postea Geisam, et S. Martinus de Mauris, et Travanca, et Penalviam, atque cetera castella christianorum vicinitatum per annos VIII...”⁹⁶.

No *Chronicon Conimbricense*, exarado no *Livros das Eras* do Mosteiro de St^a. Cruz de Coimbra, registam-se outros eventos relacionados com esse momento:

“... In Era M. LXL.^a V.^a Fuit presa civitas Lamecos III^o Kalendas december, in die Sancti Saturnini per manus Fernandi Regis. In Era M.^a C.^a II.^a Presa fuit civitas Viseu, VIII^o Kalendas Augusti, in die Sancti Cucufati, per manus Fernandi Regis”⁹⁷.

A maior parte dos registos analísticos portugueses memoriza os eventos da Campanha das Beiras, pelo que podemos acompanhar com alguma segurança a evolução das expedições militares nos finais do reinado de Fernando Magno. Assim, a 29 de Novembro de 1057, que, como as fontes medievais registam, foi um Sábado, dia de S. Saturnino, era reconquistada a cidade de Lamego⁹⁸. A conquista de Lamego abriu portas à reconquista dos castelos durienses, nomeadamente o de S. Martinho de Mouros, que foi conquistado em 1058⁹⁹, o de Cárquere e o de Tarouca. É provável que por essa ocasião tenham também sido reconquistados os castelos de D. Flâmula, como veremos mais à frente. No ano seguinte, em 1058, o monarca leonês investiu contra a *civitas* de Viseu, que conquistou no dia de S. Cucufate, ou seja, a 25 de Julho¹⁰⁰. A tomada deste importante castelo possibilitou a conquista de uma série de outros pontos fortificados da Beira, nomeadamente os castelos de Travanca, de Castelo de Penalva e de Seia, todos tomados ainda em 1058¹⁰¹. Aos castelos acima referidos acrescenta o Monge de Silos ainda o de S. Justo (hoje Marialva). Toda esta intensa movimentação militar preparou e anunciou a conquista definitiva de Coimbra, que viria a acontecer em 1064. Depois de seis meses de cerco, iniciado a 20 de Janeiro desse ano, a cidade acabaria por se render a 9 de Julho de 1064¹⁰².

⁹⁶ PMH, Script., pp. 9-10.

⁹⁷ PMH, Script., p. 2.

⁹⁸ PMH, Script., pp. 2, 4, 9, 18 e 19.

⁹⁹ PMH, Script., p. 10.

¹⁰⁰ PMH, Script., pp. 2, 4, 9-10 e 19.

¹⁰¹ PMH, Script., p. 10.

¹⁰² A data da reconquista definitiva de Coimbra anda envolta em polémica dadas as divergências registadas nas diversas fontes medievais (o que acontece igualmente com outros eventos militares). Segundo Augusto Botelho da Costa Veiga, a verdadeira data da tomada de Coimbra seria 9 de Julho de 1064 (VEIGA 1938).

Como referimos, foi no contexto desta campanha militar que os castelos que D. Flâmula doara, em 960, ao Mosteiro de Guimarães regressaram de novo ao poder das forças cristãs. Na realidade, a reconquista destes pontos fortificados deve ter ocorrido em 1057 ou, o mais tardar, em 1058. Ou seja, no rescaldo da reconquista de Lamego (1057) ou no contexto da reconquista de Viseu (1058). O certo é que em 1059 eles estavam seguramente de novo na posse das forças cristãs, tendo o monarca leonês restituído esses castelos ao Mosteiro de Guimarães. O regresso destas propriedades à posse dos monges vimaranenses ficaria testemunhado num inventário de bens do Mosteiro, datado de 1059, onde os castelos que a condessa doara em 960 voltam a ser referidos entre os bens do Mosteiro:

“... et in extremis ex alia parte Durio castellos. id sunt Trancoso cum suas villas. Longobria. Terrenio. Moraria. Nauman. Vacinata. Penna de Domno. Amendula. Seniorzelli. Alcobria et Caria. istas penas cum toto sua devido...”¹⁰³.

Curiosamente, à lista já nossa conhecida é acrescentado um 11º castelo – o de Terrenho. Um pormenor que revela que esta fortificação, que certamente estaria englobada em 960 dentro do grupo das *penellas*, tinha conseguido aumentar a sua importância a ponto de já merecer, em 1059, uma referência individualizada. Houve, portanto, um re-ordenamento das fortificações beiroas nesse século que medeia entre a doação primitiva (960) e o novo inventário (1059).

No entanto, o esforço de Fernando Magno não se circunscreveu apenas aos “feitos de armas”. Na realidade, depois das conquistas militares, o monarca demonstrou uma preocupação com o povoamento e a reorganização militar e administrativa da zona recém-reconquistada. Nesse contexto devem ser enquadrados os forais concedidos por Fernando Magno a S. João da Pesqueira, Penela da Beira, Paredes da Beira, Linhares e Ansiães, cinco povoações que se concentram junto das duas margens do Douro¹⁰⁴. São diplomas para os quais desconhecemos quase tudo, desde a data rigorosa do outorgamento (seguramente compreendida entre [1055-1065]) até ao próprio texto original (já que a sua existência está apenas comprovada pelas confirmações assinadas por D. Afonso Henriques em [1137-1139] e em [1169-1175]¹⁰⁵). Mas a importância política destes forais não fica diminuída por essas circunstâncias. Na realidade, eles revelam o empenho directo do monarca leonês no incremento do repovoamento de uma área que ficava “encravada” entre o território de influência da *civitas* de Lamego e o território dos castelos do Mosteiro de Guimarães. Recordemos que Fernando Magno, depois da reconquista de Coimbra, entregaria ao Alvazil D. Sesnando o governo de todos os territórios a Sul do Douro, desde Lamego até à foz do Douro e desde o vale deste rio até ao Mondego¹⁰⁶. Essa doação, para a qual desconhecemos a data exacta, teve lugar forçosamente entre 1064 (data da reconquista de Coimbra) e 1065 (data da morte do monarca). Os forais outorgados a S. João da Pesqueira, Penela, Paredes, Linhares e Ansiães foram concedidos a povoações que não estavam nem dentro dos limites do território de Lamego (confiado pelo monarca a D. Sesnando), nem dentro dos limites do território do Mosteiro de Guimarães (ao qual o monarca devolvera os velhos castelos condais). O monarca leonês apenas se preocupou, portanto, com o espaço que quedava sob administração régia directa.

No entanto, as preocupações de Fernando Magno não se circunscreveram ao povoamento do território. Também do ponto de vista administrativo se verificam inovações. O velho sistema de organização territorial baseado nas *civitates*, que fora implementado a partir das presúrias de

¹⁰³ PMH, DC 420; VMH, 45.

¹⁰⁴ Linhares e Ansiães pertencem ao concelho de Carrazeda de Ansiães, a Norte do Douro; S. João da Pesqueira e Paredes da Beira pertencem ao concelho de S. João da Pesqueira; e Penela da Beira pertence hoje ao concelho de Penedono, na margem Sul do Douro.

¹⁰⁵ PMH, Leges, pp. 343-348; DMP, DR 157; DMP, DR 302 e 303.

¹⁰⁶ Sobre este momento fundamental da Reconquista, o papel de D. Sesnando e os vestígios castelares veja-se o que escrevemos em BARROCA 1990-91, pp. 101-111.

Afonso III, nos fins do Séc. IX, começava a revelar-se incapaz de garantir a eficaz gestão de um espaço tão vasto. Em seu lugar começam a surgir, a partir dos meados do Séc. XI, as referências às Terras, unidades espaciais mais pequenas controladas a partir de uma estrutura fortificada. O aparecimento das Terras, como já tivemos oportunidade de sublinhar noutros estudos¹⁰⁷, pode não ter sido um processo inteiramente pacífico, mas acabaria por conduzir, após uma fase de transição, à afirmação de um único castelo por cada território – o *castelo cabeça-de-terra*. Serão estas estruturas castelares que assistirão ao triunfo do castelo românico, com o aparecimento da Torre de Menagem, a multiplicação dos torreões adossados aos panos de muralha e a todos os mecanismos defensivos típicos do castelo românico.

O aparecimento das Terras não foi o resultado de um processo sincrónico ou contínuo, isto é, as Terras não surgem todas ao mesmo tempo nem correspondem a manchas contínuas. Não estamos perante o resultado de uma medida administrativa bem localizada no tempo, mas perante um processo lento, de afirmação crescente de territórios e de uma nobreza local, interessada em ganhar protagonismo. Por isso, a sua geografia revela-se complexa, com os territórios imbricando-se uns nos outros e com fronteiras por vezes pouco claras e lineares. A geografia destes espaços apenas se clarifica numa fase mais avançada, já em pleno Séc. XII, quando adquirem os contornos que nos habituamos a encontrar, por exemplo, nas Inquirições de 1220. Ou seja, quando o seu poder territorial está plenamente consagrado. A cartografia das primeiras Terras, ensaiada por Amorim Girão e Paulo Merêa num artigo já clássico¹⁰⁸ e depois confirmada pelo levantamento empreendido por Torquato Sousa Soares¹⁰⁹, é bem clara quanto à zona onde esta nova organização territorial se conseguiu impôr de uma forma mais precoce. A primeira zona a receber a nova organização territorial foi a fachada litoral: o Entre-Douro-e-Minho, particularmente na zona do Douro Litoral, e o Entre-Douro-e-Mondego. Se quiséssemos apontar territórios extremos, diríamos que se tratou, primeiro, da zona que se estendia desde a Terra de Faria, nas margens do Cávado, até ao vale do Mondego, e desde as Terras de Panóias, de Viseu e de Seia até ao litoral atlântico. Para a zona que nos interessa – Trás-os-Montes Oriental e Beira Interior – o processo de afirmação das Terras parece ter sido mais tardio. Pelo menos essa é a impressão que fica da análise da documentação conhecida. Julgamos que existem motivos que explicam este atraso. Em primeiro lugar, a zona a Norte do Douro, que engloba o que designamos por Trás-os-Montes Oriental, de Miranda do Douro ao castelo de Alva, encontrava-se dominada, na segunda metade do Séc. XI e no Séc. XII, pela poderosa linhagem dos Braganções. É natural que estes próceres tivessem, de alguma forma, colocado entraves ao triunfo dos territórios castelares que implicavam, obviamente, a afirmação de famílias da pequena nobreza local. Por isso, a Terra de Bragança adquiriu uma inusitada extensão geográfica. Por outro lado, a Sul do Douro, desde este rio até ao Sabugal, as dificuldades de povoamento levaram os monarcas a optar pelo reforço do poder municipal, criando uma forte rede de municípios, dotados de forais. Naturalmente, estes municípios não viram com bons olhos o aparecimento de Terras com a inerente ascensão da Nobreza. Por isso ofereceram sempre alguma resistência à implantação da nobreza terra-tenente, e muitas vezes apenas o consentiram depois de serem fortemente pressionados. Vejam-se os exemplos paradigmáticos de Numão e de Sortelha que cederam terrenos do seu âmbito territorial a conhecidos nobres depois de estes terem manifestado de forma insistente o seu “grande interesse” nessas terras (no primeiro caso cedendo, em 1238, terras no lugar de Touça a D. Abril Peres de Lumiares; no segundo caso entregando terras a D. Ponço Afonso de Baião onde este nobre fundou a aldeia de Águas Belas). Julgamos que a tardia afirmação das Terras nesta zona de Portugal se pode explicar precisamente pela resistência que a organização municipal terá ofe-

¹⁰⁷ Vd. BARROCA 1988, pp. 164-165; BARROCA 1990-91, pp. 119-121; BARROCA 1998c, pp. 21-23.

¹⁰⁸ Cf. MEREIA e GIRÃO 1943, pp. 255 e ss..

¹⁰⁹ Levantamento incluído numa extensa nota da edição crítica da *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV* de Henrique da Gama Barros (BARROS 1945-54, XI, pp. 221-396).

recido à implantação da nobreza terra-tenente. Registemos que não conhecemos nenhuma referência documental segura para Terras nesta zona ao longo de toda a segunda metade do Séc. XI (quando elas começam a aparecer e a multiplicar-se noutras zonas do futuro reino), e que mesmo dentro do Séc. XII o seu aparecimento se revela muito tardio e mesmo esporádico. Para encontrarmos referências a Terras e a Tenentes na nossa zona de estudo será necessário aguardar pelo Séc. XIII: Pinhel possui tenentes apenas desde 1209¹¹⁰, Marialva desde 1211¹¹¹, Numão desde 1247¹¹². Mas é necessário aguardar pelos meados do Séc. XIII, nomeadamente pelas Inquirições de Afonso III, para vermos este sistema territorial definitivamente implantado nesta zona interior e raiana do reino português.

Desde os meados do Séc. XI, fruto do avanço da Reconquista com as campanhas de Fernando Magno, começa a desenhar-se uma nova fase na nossa arquitectura militar. As mudanças verificam-se em dois planos: ao nível da técnica de construção e ao nível das soluções arquitectónicas. No que respeita às técnicas construtivas verifica-se uma progressiva evolução dos aparelhos de construção, que se vão afastando cada vez mais do aparelho pré-românico num percurso cujo corolário será a adopção do aparelho românico (pseudo-isódomo). As experiências dos meados e da segunda metade do séc. XI denunciam uma aproximação crescente a este tipo de aparelho construtivo, optando por uma regularidade cada vez maior e procurando evitar os silhares com cotovelos muito pronunciados, embora nesta fase ainda não se tenham assimilado plenamente as regras da isodomia. Este tipo de aparelho de construção, que chamamos Proto-Românico, denuncia uma crescente “optimização” dos estaleiros, com pedreiros que se especializam cada vez mais, até se atingir, com o Românico, a total separação entre pedreiro talhante e pedreiro assentador (o primeiro encarregado de cortar os silhares, o segundo tendo como missão assentar os silhares e erguer os muros). Ao nível das plantas e das soluções arquitectónicas, as mudanças também começam a surgir. Alguns castelos começam a adoptar torreões para flanqueamento dos seus muros (muito embora ainda se esteja longe da multiplicação dos torreões que ocorrerá nos castelos românicos e, sobretudo, góticos). Noutros casos, como em S. Martinho de Mouros, as muralhas adoptam um flanqueamento reentrante. Por outro lado, as arquitecturas vão-se tornando cada vez mais elaboradas, e tendem a desaparecer os castelos de iniciativa das populações, quase sem arquitectura.

Apesar dos testemunhos arqueológicos serem escassos para épocas tão remotas, conhecemos alguns castelos onde se detectam vestígios que podem ser associados aos meados ou segunda metade do Séc. XI e a esse movimento de renovação das nossas estruturas castelares. Na zona que se estende desde Lamego até Coimbra, confiada por Fernando Magno ao governo de D. Sesnando, este Alvazil promoveu uma série de reformas (em Lamego, S. Martinho de Mouros, Montemor-o-Velho, Soure, Lousã, Penela, etc). Na área que temos vindo a analisar não conseguimos personalizar o protagonista dessas reformas, mas foi-nos possível identificar testemunhos que podem ser associados a essa fase Proto-Românica. Ordenando esses exemplos segundo um critério geográfico, de Norte para Sul, registemos os casos de Miranda do Douro, de Numão e de Vilar Maior. Devemos advertir, no entanto, que a identificação desses vestígios se apoia, exclusivamente, em aspectos tipológicos, isto é, na estereotomia dos muros, na forma como o seu aparelho de construção se organiza, o que pode ser um critério insuficiente para uma atribuição cronológica segura. Na realidade, pode haver sobrevivências de arcaísmos em zonas mais remotas, mais isoladas e mais conservadoras. Temos, na nossa área de estudo, um exemplo claro onde tal aconteceu: na muralha de Torre de Moncorvo, que sabemos documentalmente ser obra da segunda metade do Séc. XIII (c. 1285), encontramos, junto da Praça da Republica, um trecho de paramento que apresenta características que poderiam, numa primeira impressão, ser confundi-

¹¹⁰ LDTarouca, 478.

¹¹¹ VENTURA 1992, vol. II, p. 1036.

¹¹² LDTarouca, 626.

das com aparelho pré ou proto-românico. Julgamos, desta forma, que o critério tipológico, baseado apenas na estereotomia dos muros, deverá ser sempre aplicado com precaução e ser sujeito a posteriores confirmações.

Miranda do Douro, o mais setentrional dos povoados fortificados abarcados pelo nosso estudo, é uma póvoa de fronteira que ganha importância na Baixa Idade Média, sobretudo a partir dos finais do Séc. XII¹¹³. Antes dos finais dessa centúria não são conhecidas referências documentais seguras para Miranda e o seu passado revela-se obscuro, envolto em lendas. No entanto, atendendo ao que se conhece do ritmo da Reconquista Cristã, a presúria de Miranda deverá ter ocorrido nos finais do Séc. IX ou inícios do Séc. X, depois de 868-872 (presúrias de Porto e Chaves) e antes de 893 (presúria de Zamora). Na ausência de elementos mais seguros, diríamos que a conquista deverá ter ocorrido próximo da tomada de Zamora, da qual não pode ser dissociada. A muralha de Miranda do Douro é, obviamente, muito posterior a estes remotos tempos, fruto da reconstrução de D. Dinis e das remodelações de D. João I e de monarcas posteriores. No entanto, junto da Porta Oeste, que dá acesso à Rua da Costanilha, uma das ruas com maior número de casas medievais e manuelinas de Miranda do Douro, encontramos um troço de muralha com características muito arcaicas. A reforma de D. Dinis alterou o sistema defensivo da Porta, reconstruindo-a integralmente e dotando-a de duas possantes torres de planta quadrada. Mas à esquerda das torres e da Porta, preserva-se reaproveitado um pano de muralha que pertencia a um sistema defensivo mais antigo, que foi quase integralmente eliminado pela reforma dionisina. Esse troço de muralha apresenta aparelho não-isódomo, com rolhas e cunhas, denunciando a técnica construtiva pré ou proto-românica, podendo ser atribuído ao Séc. XI. Apesar de, tecnicamente, contrastar muito com toda a restante muralha de Miranda, este troço chegou até hoje inédito, passando despercebido ao olhar dos investigadores. Ele constitui o mais remoto testemunho de Miranda do Douro, demonstrando que o primitivo burgo ocupou uma área periférica em relação à vila tardo-medieval, encaixando-se na zona que fica compreendida entre a Rua da Costanilha e o Castelo.

Em Numão, como já referimos, detectámos um troço de muralha com características arcaicas, pré ou proto-românicas, na zona Sul do recinto amuralhado, num pano de muralha voltado à actual vila. Nesta zona, a muralha de Numão apresenta quatro fases distintas: uma, nas fiadas superiores, fruto dos restauros deste século, levados a cabo pela DGEMN; uma segunda fase, gótica, que se detecta pontualmente em algumas zonas do povoado, nomeadamente na Torre da Porta de S. Pedro e no ângulo Noroeste da muralha; uma terceira fase, mais antiga, que se detecta por todo o circuito amuralhado do povoado, e que corresponde à muralha românica, seguramente anterior a 1189; e, finalmente, uma quarta fase, que identificámos junto do alicerce do pano de muralha da zona Sul, que ostenta uma técnica construtiva muito distinta das duas fases da Baixa Idade Média. Na realidade, ao contrário delas, esta fase mais remota ignora a regra da isodomia plena, adoptando silhares deficientemente esquadriados, com faces laterais não paralelas, e denuncia uma grande mestria no trabalho da pedra. Mas, à maneira pré e proto-românica, denuncia igualmente uma assimilação das funções de pedreiro-talhante e assentador na mesma pessoa. Trata-se, por isso, de uma técnica de construção que torna o trabalho mais moroso, mas que nem por isso diminui a sua qualidade. No entanto, o contraste com o aparelho de construção românico e gótico, que adoptam naturalmente a isodomia, é bem nítido. No povoado abandonado de Numão há, como referimos, duas necrópoles de sepulturas escavadas na rocha que testemunham a vitalidade deste povoado nos difíceis tempos da Reconquista, quando esta era uma zona de fronteira: uma necrópole muito mutilada, de que restam apenas 3 sepulcros, em torno da Igreja de St^a. Maria, intra-muros; e uma extensa e muito interessante necrópole de sepulcros dos

¹¹³ Alguns autores têm referido que D. Afonso Henriques outorgou carta de foral a Miranda do Douro em 1136 (cf., por exemplo, GEPEB, vol. XVII, pp. 353-356) quando, na realidade, esse diploma foi outorgado a Miranda do Corvo, junto a Coimbra. As primeiras referências documentais seguras a Miranda do Douro remontam aos fins do Séc. XII: Julho de 1172 (DMP, DR 312), Agosto de 1196 (DS 97), Setembro de [1189-1197] (DS 103) e [1195-1198] (DS 113).

Séc. X-XI, polarizada em torno da Capela de S. Pedro, onde se contabilizam perto de duas dezenas de sepulcros, alguns com tipologias muito interessantes, e onde se encontram duas sepulturas inacabadas¹¹⁴. Estes dois exemplares são particularmente importantes pela problemática que suscitam e por servirem para ilustrar a técnica de criação destes sepulcros rupestres. Apresentam o contorno dos monumentos já totalmente gravado no afloramento, com a solução antropomórfica na zona da cabeceira, mas no que respeita à escavação da cavidade mortuária ela não ultrapassou a fase dos primeiros levantamentos.

Finalmente, o povoado de Vilar Maior, a Leste do Côa, na zona do Sabugal, revela diferentes fases de obras de defesa. No alto do monte, coroando o ponto mais destacado, encontra-se o castelo, com a sua cerca ovalada munida de dois acessos: a Porta de entrada principal, voltada a Sul, e a Porta da Traição, estreita e camuflada, rasgada a Nordeste. No exterior do Castelo ergue-se, imponente, a Torre de Menagem, obra de D. Dinis. No alto do monte encontramos ainda a arruinada Igreja de St^a. Maria e o cemitério moderno. A meia encosta desenvolve-se o povoado civil, que Duarte d'Armas desenhou no seu *Livro das Fortalezas do Reino*, e que foi protegido por muralha erguida (ou reformulada) em 1280 por iniciativa de Afonso X, o Sábio, conforme atesta uma inscrição gravada na imposta da Porta da Rua do Arco¹¹⁵. As condições topográficas acabaram por ditar o abandono do povoado mais elevado, na zona do Castelo, e a fortuna do arrabalde de meia encosta e de vale, com condições mais favoráveis à vida quotidiana. Aqui foi construída uma ponte medieval, sobre o Rio Cesarão, e ergueu-se o pelourinho manuelino. Aos poucos, a transferência do povoado traçou o destino das duas Igrejas, votando a de St^a. Maria, no alto do monte, ao abandono e à ruína, e a de S. Pedro, a meia encosta, ao papel de paroquial. Os vestígios mais antigos concentram-se, naturalmente, na zona superior. Na realidade, o castelo de Vilar Maior apresenta o seu circuito amuralhado quase integralmente construído com recurso a uma técnica arcaica, com silhares almofadados, negando a regra da isodomia, embora já sendo rara a opção pelas rolhas e cunhas. É certo que algumas zonas sofreram intervenções posteriores, nomeadamente na zona da Porta de entrada do Castelo, que foi reformulada em época gótica, passando a ostentar arco quebrado. Mas a maior parte da muralha deste castelo ainda obedece a uma técnica de construção pré ou proto-românica. Sublinhemos que o castelo de Vilar Maior não apresenta qualquer torreão adossado, o que está de acordo com a época em que foi erguido. Mais tarde, depois de ter permanecido muito tempo na posse da coroa leonesa, o castelo de Vilar Maior foi tomado por D. Dinis em 1296, sendo a sua posse pelo reino de Portugal formalmente reconhecida com a assinatura do Tratado de Alcanices (1297). A mudança de senhorio ficaria assinalada com a construção da Torre de Menagem e, possivelmente, com a reforma da Porta de entrada do castelo. Mas o monarca não alterou substancialmente a muralha, que continuou a encerrar e defender o pátio do castelo, com o seu poço. Já na centúria de Quatrocentos, Vilar Maior sofreria uma nova reforma, quando se acrescentou uma barbacã extensa, que Duarte d'Armas teve oportunidade de desenhar em 1509-1510 e da qual hoje quase não restam testemunhos. Mas esta nova intervenção também não interferiu com o velho circuito amuralhado que, desta forma, conseguiu chegar até aos nossos dias em relativo bom estado de conservação.

2.1.2. O Castelo Românico

É sabido que o aparecimento do castelo românico é um fenómeno que está, entre nós, indelivelmente ligado à afirmação das Terras, circunscrições de âmbito territorial mais reduzido que o das *Civitates*, dotadas de um governo mais personalizado e de uma estrutura militar (o castelo *cabeça-de-terra*). Na realidade, não se pode separar o processo de afirmação do castelo românico

¹¹⁴ O Castelo de Numão, e nomeadamente a zona da Capela de S. Pedro e da sua necrópole rupestre, está a ser objecto de intervenção arqueológica orientada por Isabel Justo Lopes, Paula Abranches e Heloisa dos Santos.

¹¹⁵ Cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, Insc. n.º 394, pp. 818-819.

desse outro processo que foi a ascensão da nobreza terra-tenente. E, apesar de ser só numa fase muito avançada que assistimos à implantação plena do sistema das Terras e à afirmação da nobreza terra-tenente na zona Leste de Trás-os-Montes e da Beira Interior, isso não significa que não se tenha verificado a penetração do modelo do *castelo românico*.

As experiências arquitectónicas que se ensaiaram em Miranda do Douro, em Numão e em Vilar Maior anunciam o aparecimento do castelo românico que, nesta zona, onde as Terras e a nobreza terra-tenente encontraram maiores dificuldades de afirmação, foi obra sobretudo dos municípios.

Como se sabe, o castelo românico caracteriza-se por obedecer a uma concepção de defesa passiva, feito mais para resistir do que para contra-atacar. Os exércitos do Séc. XI ou XII não estavam preparados para levantar cercos muito prolongados, que exigiam um complicado apoio de retaguarda para fornecimento de víveres e armamento. Por isso, potenciando o efeito de surpresa, a guerra procurava apoiar-se em incursões rápidas e devastadoras. A introdução de algumas melhorias nas estruturas arquitectónicas dos castelos – ao nível das muralhas, das portas e do flanqueamento dos muros – veio revelar-se suficiente para responder às concepções tácticas da época e à reduzida capacidade ofensiva dos exércitos. As principais modificações do castelo românico verificam-se, assim, ao nível das muralhas, que abandonam a opção pelos taludes (típica de períodos mais remotos), libertando as duas faces do muro e desenvolvendo-se em altura. Para garantirem a sua segurança e estabilidade aumentam a espessura e adoptam um sistema de construção de dupla face, com interstício preenchido por *blocage* com pedra miúda, saibro e restos de construção. As muralhas passam a ser erguidas com um aparelho pseudo-isódomo, que respeita a regularidade das fiadas e permite separar definitivamente o pedreiro-talhante do pedreiro-assentador, aumentando significativamente a capacidade construtiva dos estaleiros. Estas muralhas, de perímetros não muito desenvolvidos, delimitam pequenos pátios aos quais se pode ter acesso por duas portas: a porta principal e a “Porta da Traição”. Esta última, ao contrário do que o nome pode induzir, destinava-se sobretudo ao envio de emissários com pedido de reforços em caso de cerco do castelo. O seu aparecimento constituiu uma inovação e uma solução típica do castelo românico¹¹⁶. No interior do pátio localizava-se a reserva de água, seja na forma de cisterna ou, preferentemente, na forma de poço, capaz de garantir a autonomia do castelo e a resistência em caso de cerco. Ao nível das muralhas, coroadas pelo adarve, detecta-se pela primeira vez de uma forma sistemática o uso do parapeito coroado por ameias. E, embora ainda não os adopte de uma forma sistemática e alargada, o castelo românico começa a dotar de torreões os panos de muralha mais extensos e mais vulneráveis. No entanto, a principal inovação do castelo românico ergue-se no centro do seu pátio: a Torre de Menagem. Na realidade, os primeiros exemplos de Torres de Menagem portadores de elementos de datação seguros e explícitos surgem, em Portugal, pelos meados do Séc. XII, todos eles associados aos Templários, tendo depois o modelo sido rapidamente adoptado pela arquitectura militar portuguesa¹¹⁷. A Torre de Menagem, que *comanda* todos os organismos do castelo, revela-se como o elemento-chave de toda a fortificação. Erguida no centro do pátio do castelo, evitando o contacto com os panos de muralha, ela constituía um verdadeiro “castelo dentro do castelo” e rapidamente adquire um valor especial para a fortificação e para o seu Senhor.

Muito embora a maioria dos castelos tenha sofrido reformas góticas ou modernas, que desvirtuaram o traçado original, na zona que temos vindo a tratar ainda podemos apontar alguns bons exemplos de castelos românicos, que preservam o essencial da lógica construtiva dessa época. É o caso, por exemplo, dos castelos de Mogadouro, de Penas Róias, de Ranhados, de Marialva, de Longroiva e de Sortelha.

¹¹⁶ Na realidade, a Porta da Traição é uma inovação românica e, apesar de continuar a existir em castelos que sofreram reformas góticas, constituiu uma característica típica do Castelo Românico, do castelo de “defesa passiva”.

¹¹⁷ Vd. BARROCA 1990-91, p. 121; BARROCA 1995, vol. I, pp. 362-365; BARROCA 1996-97, pp. 193-194.

O destino dos Castelos de Mogadouro e de Penas Róias andou, no passado, intimamente associado já que pertenceram ambos à Ordem do Templo. Na realidade, cerca de 1145 o prócere D. Fernão Mendes de Bragança, cunhado de D. Afonso Henriques (uma vez que era casado com D. Sancha Henriques, irmã do primeiro monarca), entregou por título de doação à Ordem do Templo três castelos que estavam na sua posse: Mogadouro, Penas Róias e Longroiva. Estes castelos – dois a Norte do Douro, um a Sul deste rio – manter-se-iam na posse da Ordem até aos finais do Séc. XII. Mas, com a aproximação do final da centúria surgia a vontade régia de voltar a ter sob sua alçada os dois castelos transmontanos de fronteira. Em 23 de Janeiro de 1197 D. Sancho I doava Idanha-a-Velha e seu termo aos Templários em reconhecimento de serviços prestados pelos cavaleiros e em troca dos castelos de Mogadouro e Penas Róias que voltavam, deste modo, de novo à posse do monarca¹¹⁸. E dois anos mais tarde, em 5 de Julho de 1199, o monarca doava a Herdade de Açafa (hoje Vila Velha de Rodão), um amplo território na margem Norte do Tejo, em troca das Igrejas de Mogadouro e Penas Róias¹¹⁹. Desta forma, no momento da viragem da centúria os Templários já só detinham o castelo de Longroiva, que conservaram na sua posse até à extinção da ordem, entrando depois no rol dos bens fundacionais da Ordem de Cristo. Os Templários não perderam, no entanto, todos os seus bens e interesses na zona de Mogadouro e de Penas Róias uma vez que, ao longo de quase todo o Séc. XIII se conhecem documentos onde continua a ser mencionado o Comendador de Mogadouro e de Penas Róias, em contendas com a população local e com o Arcebispo de Braga: em 1227¹²⁰, em 1253¹²¹, em 1254¹²², em 1259¹²³, em 1260¹²⁴. Finalmente, registemos que em 1272 D. Afonso III outorgaria forais a Mogadouro e Penas Róias¹²⁵, e que, um ano depois, em 1273, assinaria novos diplomas¹²⁶.

O Castelo de Mogadouro encontra-se, hoje, em adiantado estado de ruína, com parte significativa do seu circuito muralhado derrubado. Foi construído no alto de afloramentos graníticos relativamente destacados, sobranceiros ao Largo da Misericórdia e ao Pelourinho manuelino, na zona mais elevada de Mogadouro. Os afloramentos rochosos sofreram cortes artificiais, que melhoraram as condições de defesa do local, como é bem evidente na vertente voltada ao Largo da Misericórdia. Do castelo dos Templários sobrevive, hoje, um troço de muralha que corresponde a sensivelmente metade do perímetro do castelo e a sua Torre de Menagem. O pano de muralha, erguido em xisto e com os cunhais reforçados com silhares de granito, não revela torreões adossados e define um pátio ovalado no centro do qual se localiza a cisterna. A Torre de Menagem, de área relativamente modesta, foi objecto de profundas reformas modernas, que lhe adulteraram a porta de entrada, rasgada ao nível do primeiro andar, e transformaram as frestas em amplas janelas rectangulares. Esta intervenção moderna visou, certamente, adaptar a Torre de Menagem a espaço residencial, complementar de outras estruturas residenciais que Duarte d'Armas desenhou com algum pormenor em 1509-1510. Junto da Torre de Menagem encontra-se a porta de entrada do Castelo, que ainda se conserva. Julgamos que a Torre de Menagem, pelas suas características tipológicas, pode ser atribuída à “fase templária” do castelo de Mogadouro, podendo deste modo ser incluída dentro dos primeiros exemplos portugueses deste tipo de construções. Certamente que não andarà muito desfasada da construção da Torre de Menagem do Castelo de Penas Róias, a escassa distância, para a qual possuímos elementos cronológicos mais precisos.

¹¹⁸ DS 100, pp. 160-161.

¹¹⁹ DS 117, pp. 181-182.

¹²⁰ Gavetas ANTT, vol. II, n.º 1156, p. 492; *Idem*, n.º 1165, p. 493.

¹²¹ Gavetas ANTT, vol. II, n.º 1119, p. 485.

¹²² Gavetas ANTT, vol. II, n.º 1141, p. 487.

¹²³ Gavetas ANTT, vol. II, n.º 1042, p. 468.

¹²⁴ Gavetas ANTT, vol. II, n.º 1021, p. 466.

¹²⁵ Foral de Mogadouro, de 1272 – PMH, Leges, pp. 725; Foral de Penas Róias, de 1272 – PMH, Leges, p. 725.

¹²⁶ Foral de Penas Róias, de 9 de Junho de 1273 – PMH, Leges, pp. 732-733; Foral de Mogadouro, de 18 de Novembro de 1273 – PMH, Leges, pp. 731-732.

O Castelo de Penas Róias, que entrou na posse dos Templários ao mesmo tempo que o de Mogadouro, por doação de Fernão Mendes de Bragança, encontra-se ainda em pior estado de conservação. Não fosse a vista desenhada por Duarte d'Armas nos inícios do Séc. XVI e dificilmente poderíamos imaginar como fora o seu aspecto original. Da sua muralha não resta mais do que um torreão, de planta semi-circular. Quase todo o restante pano de muralha desapareceu, sobrevivendo apenas um ou outro pequeno troço, reduzido a simples talude de contenção de terras. Na plataforma superior, entre vários afloramentos, há um que se destaca particularmente por ter sido escolhido para a construção da Torre de Menagem. Este é o organismo do velho castelo medieval que se preserva em melhor estado de conservação. Isolada no centro do pátio, à boa maneira românica, erguida sobre os afloramentos mais destacados, apresentando dimensões relativamente modestas, com 7,5 m de lado, a Torre de Penas Róias é um bom protótipo para este primeiro grupo de Torres de Menagem. A porta de entrada, rasgada no primeiro andar, era apenas acessível por meio de escada móvel. Hoje, na sua ausência, o interior conserva-se inacessível. No lintel da porta gravou-se uma inscrição, de leitura muito difícil, datada de 1172, onde se assinala o protagonismo dos Templários na construção desta Torre, em pleno mestrado de D. Gualdim Pais¹²⁷. A vista de Duarte d'Armas mostra-nos um castelo dotado de duas portas: a principal, ladeada por um torreão quadrado, voltada ao povoado civil; e a "Porta Falsa", ou da Traição, voltada à encosta mais íngreme. E revela, ainda, que o castelo possuía uma segunda linha de muralha, que se desenvolvia a uma cota inferior, no sopé do monte, junto da povoação, da qual hoje não sobrevivem vestígios.

Certamente que poderíamos acrescentar mais exemplos de fortificações a Norte do Douro onde se plasmam as características do castelo românico. É o caso dos castelos que foram abandonados no decurso do Séc. XIII ou nos inícios do Séc. XIV e que, porque estavam já nessa altura destituídos de valor estratégico, nunca chegaram a sofrer reformas góticas. Poderíamos incluir nesse grupo o castelo de Bemposta (freg. Bemposta, conc. Mogadouro), o castelo de Adeganha (freg. Adeganha, conc. Torre de Moncorvo), o castelo de Urros (freg. Urros, conc. Torre de Moncorvo) e o castelo de Alva (freg. Poiares, conc. Freixo de Espada à Cinta). No entanto, deles poucos vestígios sobrevivem e apenas uma investigação arqueológica mais profunda poderá ajudar a caracterizar melhor estas estruturas.

A Sul do Douro encontramos outros exemplos de fortificações que se revestem de características eminentemente românicas. Registemos, sem uma preocupação de exaustividade, os exemplos dos castelos de Ranhados, de Marialva, de Longroiva e de Sortelha.

O Castelo de Ranhados (freg. Ranhados, conc. Meda) é um castelo relativamente mal caracterizado do ponto de vista documental. Não vem mencionado na lista de D. Flâmula, de 960, revelando que nessa altura ainda não tinha adquirido a importância que veio a ter mais tarde. Na realidade, a doação da condessa refere *Alcobria*, que julgamos ser Alcarva, povoação vizinha de Ranhados e que mais tarde viria a fazer parte do seu termo, mas não se menciona Ranhados de forma individualizada. A importância desta povoação começaria, no entanto, a desenhar-se pouco depois da Campanha das Beiras, de Fernando Magno, nos meados do Séc. XI, acompanhando o declínio progressivo de Alcarva. Sabemos que Ranhados recebeu carta de foral das mãos de D. Dinis em 26 de Julho de 1286 e que, um século mais tarde, em 1377, D. Fernando a doou, com seu termo, a dois membros da linhagens dos Távoras, os irmãos Pedro e Rui Lourenço de Távora. No entanto, o castelo que hoje ali se pode observar apresenta vestígios que são, seguramente, anteriores a estes dois marcos históricos. Erguido na zona superior do povoado, aproveitando afloramentos graníticos, o Castelo de Ranhados permite o controlo dos vales dos rios Teja e Torto, facto que ajuda a compreender a importância estratégica que veio a adquirir. O castelo, hoje adaptado a cemitério, apresenta uma espessa linha de muralhas, com pelo menos duas fases construtivas, e duas portas: a Principal, radicalmente alterada no Séc. XIX; e a da Traição, voltada

¹²⁷ Cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, Insc. n.º 142, pp. 314-315. Vd. tb. BARROCA 1996-97, pp. 186-187.

a Sul e hoje entaipada. Um recinto interior, que coroa os afloramentos mais destacados, onde se deve ter implantado a desaparecida Torre de Menagem, é o que apresenta características mais arcaicas sugerindo que foi aqui que se começou a desenvolver a primitiva fortificação. O sistema muralhado mais vasto, que se desenvolve a cota mais baixa e que englobava o primitivo núcleo da povoação, apresenta características mais tardias, optando por aparelho pseudo-isodomo. Ao longo de todo o seu circuito amuralhado, o Castelo de Ranhados apresenta apenas um torreão, de planta rectangular, revelando como no momento em que foi erguido os princípios de flanqueamento eram ainda incipientes. Esvaziado de valor estratégico depois da assinatura de Alcanices, o castelo de Ranhados não apresenta sintomas de reformas góticas: não tem mecanismos de defesa activa (como os balcões com matacães) nem recebeu barbacã.

O Castro de S. Justo, que já se encontra referido nas crónicas da Reconquista, foi tomado por Fernando Magno no contexto da Campanha das Beiras, nos meados do Séc. XI: “... *castrum Sancti Iusti super flumen Malvam...*”. Pouco depois, em data desconhecida mas seguramente antes dos meados do Séc. XII, passou a ser conhecido pelo nome de Marialva, topónimo que ainda hoje conserva¹²⁸. O castelo desta vila ocupa o morro granítico muito destacado, sobranceiro à Igreja de Santiago, a primitiva paroquial do povoado. Em seu redor desenvolveu-se, depois, um povoado medieval amuralhado que entraria em declínio no Séc. XVIII e que seria abandonado nos meados dessa centúria, quando a população se transferiu para o arrabalde de S. Pedro. No Castelo de Marialva encontramos as principais características que definem o castelo românico. Um pátio, acidentado e de limitadas dimensões, ao qual se tem acesso por meio de duas portas: a principal, voltada a Ocidente, com porta de dupla fiada de aduelas; e a da Traição, debruçando-se sobre a Igreja de Santiago. Uma Torre de Menagem que se ergue isolada, no centro do pátio, no alto de afloramentos rochosos que ajudam a conferir-lhe uma posição de destaque e de supremacia. Como recomendavam as “normas” românicas, a Torre evita o contacto com a muralha e apresenta acesso facultado por meio de uma porta rasgada ao nível do primeiro andar, à qual se acedia por escada móvel. Ao lado da Torre de Menagem encontramos a cisterna, um pequeno compartimento abobadado e revestido a estuque, cujo único acesso era garantido a partir de abertura rasgada na abobada. No quadro de um conceito de defesa passiva, em que o castelo é pensado para resistir a cercos prolongados, a presença da cisterna revela-se fundamental. As muralhas do Castelo de Marialva, embora hoje estejam muito destruídas, possuíam adarve e parapeito coroado com merlões. E, apesar de nenhum destes sobreviver *in situ*, encontramos várias pedras correspondentes ao remate superior dos merlões reaproveitadas no adro da Igreja de Santiago, no sopé do morro do castelo. As ameias do Castelo de Marialva seriam, assim, semelhantes às ameias do sistema muralhado da vila abandonada, de que hoje sobrevivem apenas alguns escasos exemplares. Certamente que o castelo que hoje ali podemos ver não conheceu os conturbados tempos da Campanha das Beiras, quando o Castro de S. Justo foi tomado pelas forças de Fernando Magno, em 1055-58. Com estas características e com esta técnica construtiva, ele tem, forçosamente, de ser um produto de uma reconstrução mais recente, realizada no Séc. XII, que o dotou dos mecanismos arquitectónicos típicos do castelo românico, de que pode ser considerado um bom paradigma.

O castelo de Longroiva pode ser igualmente apontado como um bom exemplo da arquitectura militar românica. Como já referimos, Longroiva foi doada aos Templários por D. Fernão Mendes de Bragança, em 1145, sensivelmente na mesma altura em que o cunhado de D. Afonso Henriques lhes confiava, igualmente, os castelos de Mogadouro e de Penas Róias. Começava-se, assim, a desenhar uma mancha de domínios da Ordem do Templo na zona Leste do Reino, junto da fronteira com Leão e Castela, que se viria a completar, mais tarde, com as doações régias de

¹²⁸ No Foral outorgado por D. Afonso Henriques, em data desconhecida mas compreendida entre 1158 e 1169, a povoação já é referida como Marialva: “... *vobis hominibus de Marialva qui ibidem populosos estis per mandatum meum et de filiis meis qui venerint ad populandum...*” (PMH, Leges, p. 440; DMP, DR 264).

Monsanto, Idanha-a-Velha e Açafa/Vila Velha do Ródão e com a cedência, concelhia, dos terrenos onde os Templários ergueram Vila do Touro. Do Castelo de Longroiva, que os Templários receberam em 1145, não sobrevivem hoje grandes vestígios. Sabemos que essa fortificação já existia em 960 uma vez que é referida na doação de D. Flâmula Rodrigues ao Mosteiro de Guimarães. Conquistada por al-Mansur em fins do Séc. X, viria ser incorporada definitivamente nos domínios cristãos com as campanhas de Fernando Magno, em meados do Séc. XI, seguramente antes de 1059, altura em que volta a ser referida entre as propriedades do Mosteiro de Guimarães. Com o advento da nacionalidade, Longroiva foi confiada ao governo de D. Fernão Mendes de Bragança, o Bravo, que foi *tenens* da Terra de Bragança entre 1128 e 1145. Sabemos que os interesses deste Braganção não se circunscreveram apenas à zona de Trás-os-Montes, mas que desde muito cedo se alargaram à margem Sul do Douro. Na realidade, dois anos depois de surgir à frente da importante Terra de Bragança, D. Fernão Mendes de Bragança assina, em 1130, o Foral de Numão – “... *Naumam cognomento Monforte...*”¹²⁹. Apesar de terem tomado posse desses três castelos em 1145, os Templários só parecem ter investido na sua reformulação arquitectónica depois de terminada a grande empresa de construção do Castelo de Tomar, que lhes consumiu as energias durante perto de uma década (1160-1169). Depois de concluída a obra de Tomar, os freires lançaram uma campanha de obras que abrangeu quase todos os castelos que detinham, com intervenções arquitectónicas documentadas em Pombal (em 1171), Almourol (em 1171), Cardiga, Zêzere, Idanha-a-Velha e Monsanto (estes quatro seguramente antes de 1171). Na zona que nos interessa documentam-se obras em Penas Róias (em 1172) e em Longroiva (em 1174). Como referimos acima, julgamos que a construção da Torre de Menagem de Mogadouro pode ser atribuída a esta mesma fase (c. 1172-1174). A intervenção de D. Gualdim Pais no Castelo de Longroiva ficou marcada pela construção da Torre de Menagem, que ainda hoje ali se pode admirar, e que se encontra datada por meio de uma inscrição:

[in e]RA : M CC : XII : MAGISTER /
 GALDINus : CONDUTOR : PORTUGALEN /
 SIUM . MILITUM . TEmPLI . REGNA /
 [nt]E ALFO(n)SO : PORTUGALE(n)SIUm REG(e) /
 CUM . MILITIBUS . SUIS . EDI /
 FICAVIT . HANC . TURRIS¹³⁰.

A construção da Torre de Menagem de Longroiva remonta, portanto, a 1174, dois anos depois de ter sido erguida a sua congénere de Penas Róias. Deste modo, Longroiva integra o restrito grupo dos primeiros exemplos portugueses deste tipo de estrutura, inaugurado em Tomar em 1160, facto que seria, por si só, digno de nota. Mas, esta é uma construção que revela outros aspectos de vanguarda, nomeadamente por constituir o mais remoto exemplo que conhecemos, em Portugal, de uma *hurdicio*. Efectivamente, na parte superior desta torre encontramos uma série de orifícios quadrangulares, afastados por espaços regulares, que denunciam a presença, outrora, de uma galeria de madeira. Esta Torre de Menagem, erguida por D. Gualdim Pais em 1174 e detentora de tão grandes novidades para o nosso panorama militar, beneficiou dos conhecimentos de arquitectura militar que o Mestre adquirira no Próximo Oriente, onde se deslocou na década de '50, no quadro da IIª Cruzada, tendo participado nomeadamente na defesa de Antioquia e na tomada de Escalona (1153).

Por fim, o exemplo mais setentrional que elegemos para abordar o castelo românico é, igualmente, o mais tardio de todos. O Castelo de Sortelha, erguido perifericamente em relação ao povoado amuralhado, no alto de um imponente maciço rochoso, é uma obra que remonta aos iní-

¹²⁹ PMH, *Leges*, pp. 368-370.

¹³⁰ BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, *Insc.* n.º 148, pp. 324-326 (onde se indica outra bibliografia).

cios do Séc. XIII. Trata-se de uma fundação régia, de iniciativa de D. Sancho I, que procurou, assim, dar resposta à transferência da vila do Sabugal do “Sabugal Velho” para o actual assentamento, junto da margem direita do Côa, por iniciativa de Afonso IX de Leão. Na realidade, sabemos que em 1210 o município da Covilhã, respondendo a um pedido de D. Sancho I, cedeu a Gil Sanches e a Paio Pais os terrenos onde se viria a erguer a vila da Sortelha. O castelo seria erguido pouco depois dessa data uma vez que em 1220 já possuía alcaldes. A iniciativa de D. Sancho I encontra-se, por outro lado, corroborada no foral que D. Sancho II outorgou a Sortelha em 1228-29, onde o monarca declara que o faz a “... *vobis populatoribus de Sortelia tam presentibus quam futuris, tam illis quam ibi venistis et habitastis a tempore avi mei quam eis qui ibi venistis de populatione de Valencia quam eciam omnibus aliis qui ibi venerint populare de omnibus terris...*”¹³¹.

O castelo de Sortelha, que ostenta uma importante reforma manuelina, apresenta ainda as características estruturais do castelo românico. Erguido sobre penedias, procurando beneficiar as condições defensivas com as acentuadas diferenças de cota, este castelo é servido por duas únicas portas: a principal, voltada ao Largo da Vila, onde depois se ergueu o Pelourinho e a Casa da Câmara; e a da Traição, voltada a Sul, à encosta mais pedregosa e de acesso virtualmente impossível. Uma vez franqueada a porta principal temos acesso a um pátio de reduzidas dimensões, apresentando uma cisterna de boca quadrada ao centro, e onde metade da superfície definida pelas muralhas é ocupada pelos afloramentos escolhidos para apoio da Torre de Menagem. Esta obedece aos protótipos românicos: opta por uma planta quadrada, de dimensões modestas, e ergue-se isolada das muralhas do castelo, evitando qualquer contacto físico com estas, apoiada sobre afloramentos que lhe proporcionam um lugar de destaque na paisagem e que melhoram as condições de defesa. O adarve deste castelo, que certamente era rematado por parapeito com ameias, foi radicalmente afectado pela reforma manuelina, que referiremos mais à frente.

Todos os castelos que temos vindo a abordar tinham Torre de Menagem, o mais simbólico e importante contributo do Românico no domínio da arquitectura militar. Evidentemente, poderíamos apontar mais exemplos de fortificações munidas de Torre de Menagem. Por exemplo, o Castelo de Numão, que recebeu Torre de Menagem no último quartel do Séc. XII, comemorada por inscrição de 1189¹³², talvez o mais claro sintoma do aparecimento desta *Terra*. Ou, embora ainda mais tardios, os casos da Torre de Menagem de Castelo Rodrigo, que flanqueava o Castelo na banda Sul, erguendo-se voltada ao povoado amuralhado, da Torre de Menagem de Pinhel, erguida isolada no centro do pátio do seu castelo, e das Torres de Menagem de Vilar Maior e de Sabugal, erguidas por D. Dinis numa clara demonstração de senhorio sobre estas praças recentemente incorporadas no território nacional. No entanto, devemos sublinhar que não é obrigatório que todos os castelos desta zona fossem munidos com Torres de Menagem. Julgamos que Castelo Melhor, junto do Douro, nunca deve ter tido Torre de Menagem. Na parte superior deste castelo, no alto dos afloramentos rochosos, subsistem os alicerces de uma construção rectangular, mas que nunca foi uma Torre de Menagem: a espessura dos seus muros revela que se trata de uma estrutura civil, e não militar, e, por outro lado, era uma construção rectangular dotada de dois compartimentos.

Evitamos, propositadamente, falar das defesas de povoados, como as muralhas de Miranda do Douro, de St^a. Cruz da Vilarça, de Numão, de Castelo Rodrigo, de Vila do Touro, etc. O universo das povoações fortificadas é, como se sabe, substancialmente distinto do dos castelos, com motivações por vezes até distintas. Mas não podemos deixar de sublinhar a existência de sistemas muralhados desde épocas relativamente recuadas (fins do Séc. XI e Séc. XII), e, por outro lado, a extensão que o fenómeno do urbanismo criado adquiriu nestas zonas raianas, sobretudo ao longo do Séc. XIII, com D. Afonso III e D. Dinis, que fomentaram uma política régia que, não raro, conduziu à transferência de povoados e à fundação de vilas novas.

¹³¹ PMH, Leges, p. 608.

¹³² BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, Insc. n.º 185, pp. 394-395 (onde se indica outra bibliografia).

O papel militar dos castelos não pode ser interpretado isoladamente, mas deve ter em atenção outras estruturas que lhes andaram intimamente associadas. Na realidade, embora o aparecimento das Terras se tenha traduzido numa redução do âmbito geográfico dos territórios castelares e na afirmação de uma única estrutura militar dentro de cada território, os castelos não

Quadro 4
Atalaias e Pontos de Vigilância

Atalaia	Testemunho	Freguesia	Concelho
A Norte do Douro:			
Alto do Facho	Toponímico	Duas Igrejas	Miranda do Douro
Alto do Pendão	Toponímico	Genízio	Miranda do Douro
Pendão	Toponímico	Ifanes	Miranda do Douro
Facho	Toponímico	Malhadas	Miranda do Douro
Esculca	Toponímico	Picote	Miranda do Douro
Pendão	Toponímico	Póvoa	Miranda do Douro
Vigia	Toponímico	S. Martinho	Miranda do Douro
Belage	Toponímico	Angueira	Miranda do Douro
Atalaia	Toponímico	Vila Chã de Braciosa	Mogadouro
Facho Segundo	Toponímico	Peredo da Bemposta	Mogadouro
Pendão	Toponímico	Peredo da Bemposta	Mogadouro
Pendão	Toponímico	S. Martinho de Peso	Mogadouro
Facho	Toponímico	Azinhoso	Mogadouro
Pendão	Toponímico	Brunhosinho	Mogadouro
Atalaia da Q ^a . da Alfarela	Arqueológico	Castelo Branco	Torre de Moncorvo
Atalaia de Ferronho	Arqueológico	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo
Pendão	Toponímico	Mós	Torre de Moncorvo
Atalaia da Q ^a . de Baldoeiro	Arqueológico	Horta da Vilariça	Torre de Moncorvo
Atalaia da Lagoaça	Arqueológico	Adeganha	Freixo Espada à Cinta
Cabeço do Facho	Toponímico	Lagoaça	Freixo Espada à Cinta
Atalaia do Monte S. Paulo	Arqueológico	Freixo Espada à Cinta	Freixo Espada à Cinta
A Norte do Douro:			
Alto da Atalaia	Toponímico	Algodres	Vila Nova Foz Côa
Atalaia	Arqueológico	Almendra	Vila Nova Foz Côa
Fumo	Toponímico	Almendra	Vila Nova Foz Côa
Custóias	Toponímico	Custóias	Vila Nova Foz Côa
Facho	Toponímico	Touça	Vila Nova Foz Côa
Picão da Atalaia	Toponímico	Vilar de Amargo	Vila Nova Foz Côa
Pendão	Toponímico	Prova	Meda
Casarão da Torre	Arqueológico	Almofala	Figueira Cast. Rodrigo
Alto da Sentinela	Arqueológico	Escalhão	Figueira Cast. Rodrigo
Cabeço do Facho	Toponímico	Escarigo	Figueira Cast. Rodrigo
Almenara	Arqueológico	Mata de Lobos	Figueira Cast. Rodrigo
Alto do Facho	Toponímico	Vermiosa	Figueira Cast. Rodrigo
Sentinela	Toponímico	Vermiosa	Figueira Cast. Rodrigo
Torre da Vigia	Arqueológico	Castelo Bom	Almeida
Sentinela	Toponímico	Junça	Almeida
Atalaias	Arqueológico	Malpartida	Almeida
Talaião e Tapada da Atalaia	Toponímico	Malpartida	Almeida
Alto do Barranco do Pendão	Toponímico	Miuzela	Almeida
Cabeço da Atalaia	Toponímico	Senouras	Almeida
Atalaia da Tinassa	Arqueológico	Vale da Mula	Almeida
Atalaia	Arqueológico	Vale da Coelha	Almeida
Atalaia (I)	Toponímico	Vilar Formoso	Almeida
Atalaia (II)	Toponímico	Vilar Formoso	Almeida
Atalaia	Toponímico	Atalaia	Pinhel
Cabeço da Atalaia	Toponímico	Pereiro	Pinhel
Atalaia	Toponímico	Póvoa del Rei	Pinhel
Pendão	Toponímico	Sorval	Pinhel
Atalaia	Toponímico	Aldeia da Ribeira	Sabugal
Atalaia das Moitas	Toponímico	Vilar Maior	Sabugal

tinham possibilidade de controlar todo o seu território. Procurando suplantar essas limitações, lançaram uma rede de atalaias que tiveram um papel relevante na vigilância e defesa do território. Cada castelo estava, normalmente, ligado a várias atalaias, em média duas ou três, nalguns casos mais. Como é natural, as atalaias adensam-se nas zonas mais acidentadas das Terras e nas áreas mais afastadas do castelo, ou seja, nas zonas onde não era possível obter contacto visual directo a partir do castelo cabeça-de-Terra. No caso da área geográfica que temos vindo a analisar, tratando-se de um espaço de fronteira, a rede de atalaias densificou-se igualmente ao longo da raia, vigiando os movimentos dos exércitos inimigos. Apesar do papel crucial que desempenharam do ponto de vista estratégico, a maior parte dos estudos tem descurado o papel das atalaias. Por isso, a sua estrutura material continua a ser relativamente mal conhecida em Portugal. Conhecemos alguns exemplos de atalaias com plantas quadrangulares como, por exemplo, a atalaia de Ferronho (freg. Mós, conc. Torre de Moncorvo), a atalaia de Baldoeiro (freg. Adeganha, conc. Torre de Moncorvo), a atalaia de S. Paulo (freg. Poiães, conc. Freixo de Espada à Cinta), e as atalaias de Atalaia (freg. Almendra, conc. Vila Nova de Foz Côa; e freg. Vale da Coelha, conc. Almeida). Noutros casos optou-se pelas estruturas turriformes de planta circular, como é o caso da atalaia da Quinta de Alfarela (freg. e conc. Torre de Moncorvo), da atalaia de Atalaias (freg. Malpartida, conc. Almeida) e da atalaia da Tinassa (freg. Vale da Mula, conc. Almeida). Julgamos, no entanto, que a maior parte das atalaias que optam por plantas circulares correspondem a estruturas de Época Moderna, coevas da Guerra da Restauração, que teve aqui cenário particularmente sensível. No entanto, sublinhemos que continuamos a carecer de um estudo cuidado sobre as atalaias. Na área que nos ocupa conseguimos detectar indícios da presença de 50 atalaias. Na maior parte dos casos as indicações recolhidas respeitam a referências toponímicas (37 exemplos, representando 74%), que não permitem definir uma cronologia segura e que, por isso mesmo, carecem de confirmação no terreno. Na realidade, alguns topónimos, como *Atalaia*, são usuais em épocas muito distintas, prolongando-se na linguagem comum até à actualidade, pelo que perdem boa parte do seu valor probatório. Mas há outros topónimos que, porque caíram em desuso, se revelam cronologicamente mais elucidativos. É o caso, por exemplo, de *Custóias* ou, sobretudo, de *Esculca* e de *Almenara*. Mas, para além das referências toponímicas, registemos 13 casos (26%) de atalaias onde sobrevivem vestígios arqueológicos.

2.2. O Domínio Leonês na zona Leste do Côa (1170-1297)

No derradeiro quartel do século XII e ao longo de quase todo o século XIII, grosso modo entre 1171 e 1296-97, a zona de Riba Côa, a Leste deste rio, encontrava-se sob domínio leonês. Não cabe explorar, aqui, os aspectos históricos relacionados com essa presença da monarquia leonesa, mas apenas sondar as suas repercussões ao nível das estruturas militares. Efectivamente, do ponto de vista militar esta situação reveste-se de enorme interesse, porque ajuda a compreender os ritmos de construção e de reforma (ou abandono) dos castelos, a sua implantação no terreno e algumas diferenças que se detectam nas opções arquitectónicas.

A zona de Riba Côa conseguiu atrair a atenção das monarquias portuguesa e leonesa, que cedo compreenderam a importância estratégica desse espaço de fronteira. A história do Mosteiro de St^a. Maria de Aguiar é espelho disso mesmo, tendo atraído os favores de D. Afonso Henriques e dos seus sucessores¹³³, mas também tendo sabido cativar a generosidade de Afonso IX e de outros monarcas leoneses, que não deixaram de contemplar o mosteiro cisterciense com doações¹³⁴.

¹³³ Vd. AZEVEDO R. 1962.

¹³⁴ Vd., entre outros, AZEVEDO P. A. 1913, p. 185-186. Sobre a evolução histórica do Mosteiro de St^a. Maria de Aguiar veja-se a recente síntese de António Balcão Vicente (VICENTE 1996).

No que respeita aos incentivos para o povoamento, o empenho leonês neste espaço de fronteira encontra-se plasmado na concessão dos Foros e Costumes que Afonso IX de Leão (1188-1230) outorgou em 1209 (?) a Castelo Melhor¹³⁵ e a Castelo Rodrigo¹³⁶, e, em data não explicitada, a Castelo Bom¹³⁷ e a Alfaiates¹³⁸. Outras vilas fortificadas desta zona, como Almeida e Sabugal, receberam igualmente foros leoneses, cujos diplomas se perderam mas para os quais se conhecem referências indirectas. E, como seria de esperar, os incentivos leoneses não deixaram de ter resposta por parte dos monarcas portugueses, que promulgaram diplomas para a fixação de populações nesta zona de fronteira, mais instável e ingrata. É nesse contexto que se pode perspectivar a fundação da cidade da Guarda (1199) e a concessão de diversos forais para povoações da margem esquerda do Côa, ao longo da primeira metade do Séc. XIII. D. Sancho I outorgou o Foral a Pinhel, uma póvoa de fronteira com importância estratégica decisiva, no ano de 1209¹³⁹, precisamente aquele em que Afonso IX concedera Foros e Costumes a Castelo Rodrigo e Castelo Melhor. Por seu turno, Vila de Touro, póvoa fortificada fundada pelos Templários, recebe Foral das mãos de Mestre Pedro Alvites em 1220¹⁴⁰, sensivelmente na mesma ocasião que Afonso IX promovia a deslocação da vila de Sabugal do local primitivo (Sabugal Velho) para as margens do rio Côa. Alguns anos mais tarde, em 1228-29, D. Sancho II concedia diploma semelhante a Sortelha¹⁴¹, cuja fundação, uma década antes, se enquadra nesse mesmo contexto político. Em 1229 era a vez de Castelo Mendo, povoação portuguesa fronteira a Castelo Bom (então de posse leonesa), receber Foral das mãos do monarca¹⁴², sensivelmente na mesma ocasião que Moreira (de Castelo Mendo) recebia o seu diploma das mãos de Mestre Vicente¹⁴³. Houve, portanto, uma relativa sincronia entre os vários incentivos promovidos pelas duas coroas para incremento do povoamento da raia fronteiriça. E, como não podia deixar de ser, o empenho das coroas acabou por gerar tensões militares que, por diversas vezes resultaram em conflitos. Assim aconteceu a Norte do Douro, na área de Trás-os-Montes, nos derradeiros anos do Séc. XII, em 1196-97, quando os exércitos de Afonso IX invadiram o reino e conseguiram tomar diversos castelos (como o de Alva). E, na zona de Riba Côa, com a “Lide de Ervas Tenras”, em finais da centúria (cerca de 1198-99), onde morreram diversos nobres portugueses, que deve ser igualmente enquadrada no contexto de uma crescente tensão fronteiriça¹⁴⁴. Anos mais tarde, entre 1210 e 1215, voltaram a estalar conflitos entre Sancho I e Afonso II, por um lado, e Afonso IX, por outro. Miranda do Douro seria tomada pelos exércitos leoneses, tendo sido apenas devolvida em 1213, e vários castelos de fronteira, como Freixo de Espada à Cinta, Urrós, Mós e Alva, foram igualmente afectados.

Ao nível das estruturas militares, os monarcas leoneses dotaram os principais e mais antigos núcleos de povoamento de estruturas defensivas. Assim aconteceu com Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Monforte de Riba Côa, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Caria Atalaia, Alfaiates e Sabugal. Na maior parte dos casos optaram por erguer um castelo e, mais tarde, fortificar o

¹³⁵ PMH, Leges, pp. 897-939. A data de 1209 tem merecido reservas aos historiadores que se debruçam sobre a história desta região, desde Lindley Cintra e Martinez Diez até, mais recentemente, José Artur Anes Duarte Nogueira. Martinez Diez defendeu que a outorga dos foros a Castelo Melhor ocorreu depois de 1237, hipótese a que José Duarte Nogueira aduziu novos dados – vd., nomeadamente, MARTINEZ DIEZ 1971, p. 346 e ss.; NOGUEIRA 1982, pp. 418-421.

¹³⁶ PMH, Leges, pp. 849-896. A data expressa nestes foros (1209) oferece igualmente dúvidas. Martinez Diez entende que serão posteriores a 1230 (MARTINEZ DIEZ 1971, p. 346 e ss.). Vd. igualmente NOGUEIRA 1982, pp. 374-388.

¹³⁷ Foros não datados, portanto compreendidos entre [1188-1230], segundo alguns autores depois de 1237 – cf. PMH, Leges, pp. 745-790. Vd. MARTINEZ DIEZ 1971, p. 346 e ss.; NOGUEIRA 1982, pp. 412 e ss.

¹³⁸ Foros igualmente não datados, portanto [1188-1230], que alguns autores atribuem a c. 1226 – cf. PMH, Leges, pp. 791-848. Gonzalo Martinez Diez atribuiu-lhes uma datação crítica compreendida entre [1209-1227] – MARTINEZ DIEZ 1971, p. 346 e ss.; NOGUEIRA 1982, p. 404 e ss.

¹³⁹ PMH, Leges, pp. 541-543; DS, n.º 186. A fundação de Pinhel remonta a 1189 e recebe um primeiro foral das mãos do Prior do Mosteiro premonstratense de Ermida de Paiva em 1191.

¹⁴⁰ PMH, Leges, pp. 586-589.

¹⁴¹ PMH, Leges, pp. 608-610.

¹⁴² PMH, Leges, pp. 610-612.

¹⁴³ Diploma não datado, atribuído a [1229-1248] – cf. PMH, Leges, p. 632.

¹⁴⁴ Neste caso, gerada pela fundação de Pinhel, em 1189, e, na margem leste do Côa, da Ordem de S. Julião de Pereiro, sensivelmente na mesma ocasião. Sobre a localização da “sede” desta Ordem Militar veja-se AZEVEDO R. 1981, pp. 713-729.

povoado que se desenvolveu à sua sombra. E, numa fase sequente, outorgaram os estatutos municipais. Houve, no entanto, diferentes opções. Em Castelo Melhor ergueu-se um castelo no sopé do qual se desenvolveu, depois, um povoado que permaneceu sempre aberto, sem nunca ter sido dotado de defesas. Em Castelo Rodrigo construiu-se um castelo no alto do morro, e defendeu-se o povoado com uma potente cintura de muralhas. Significativamente, ao contrário de Castelo Melhor, que quase não possuía termo, Castelo Rodrigo foi, desde antanho, cabeça de um amplo termo, o que explica as diferenças demográficas que se espelham nos dois povoados e a diferença de monumentalidade ao nível dos seus recintos fortificados. Monforte de Riba Côa, tanto quanto nos é dado perceber pelas suas ruínas, foi um povoado fortificado sem que se distinguisse uma zona militar (alcáçova) do povoado civil, e o mesmo parece ter acontecido com Caria Atalaia, outra povoação abandonada no decurso do Séc. XIV. Vilar Maior, não muito longe de Caria Atalaia, teve um castelo de origem relativamente antiga, e o povoado que se desenvolveu no sopé do monte acabaria por receber, no último quartel do Séc. XIII, uma cintura de muralhas para sua protecção. Para a sua construção, concluída em 1280, não deverá ser estranho o desenvolvimento de um termo, individualizado na zona Norte do amplo termo do Sabugal. Esta última povoação, criada no primeiro quartel do Séc. XIII por transferência de assentamento do Sabugal Velho, apresentava-se defendida por uma dupla muralha delimitando um espaço ovalado.

Estes pontos fortificados, alinhados estrategicamente ao longo da raia, estabeleceram “diálogo” com estruturas que eram detidas pelos monarcas portugueses, entre as quais se contavam Numão, Meda, Longroiva, Pinhel, Gouveias, Castelo Mendo, Vila de Touro e Sortelha. Em vários pontos podemos detectar uma oposição clara de sistemas fortificados, de um lado e de outro da fronteira. Assim acontece com Pinhel e Monforte de Riba Côa, com Castelo Mendo e Castelo Bom, com Sortelha e Sabugal. O esgotamento deste espaço de fronteira ditaria, mesmo, o abandono de alguns povoados fortificados depois da assinatura do Tratado de Alcanices, como foi o caso de Monforte de Riba Côa (junto a Pinhel) e de Caria Atalaia (hoje Sr^a. das Preces, em frente a Rapoula do Côa), que depois de se verem esvaziados de importância estratégica acabariam por cair no esquecimento. Nos dois casos hoje apenas sobrevivem Ermidas que, distinguidas com romarias anuais, memorizam a implantação das primitivas igrejas paroquiais, ainda referidas e em funcionamento em 1320-21.

A permanência do território entre o Côa e o Águeda-Tourões na posse leonesa levou, obviamente, a que diversos sistemas fortificados tivessem sido erguidos por iniciativa desses monarcas. É o caso da estrutura fortificada de Castelo Melhor, da muralha do povoado de Castelo Rodrigo e de boa parte do seu castelo, do recinto amuralhado inferior de Vilar Maior (erguido por Afonso X, o Sábio, em 1280), e da muralha do povoado do Sabugal. E, como referimos, há especificidades arquitectónicas que apenas se compreendem se tivermos em mente o panorama histórico em que estas estruturas surgem. Sublinhemos, por exemplo, que todos os castelos da iniciativa portuguesa, a Ocidente do Côa, optaram, no século XII, por torreões de planta quadrada, mais simples de construir que os torreões de planta semi-circular. Há, no entanto, um pequeno conjunto de estruturas militares que optaram pelos torreões de planta semi-circular, e que se localizam precisamente na “zona leonesa” de Riba Côa, a Leste deste rio. Encontramos um magnífico exemplo desses torreões no castelo de Castelo Melhor, onde o único torreão que flanqueia toda a muralha adopta uma planta semi-circular. Erguido na face Norte, voltada ao povoado actual, ele permitia reforçar as defesas do castelo precisamente na vertente de acesso. A forma como este torreão se articula com o pano de muralha demonstra que se trata de um elemento que foi acrescentado numa segunda fase, quando se procurou melhorar os mecanismos de defesa do castelo de Castelo Melhor. É provável que tenha sido construído por Afonso IX de Leão (1188-1230) ou até já por Fernando III (1230-1252), ao que parece o monarca que outorgou os seus Foros e Costumes. O aparecimento de um dinheiro de Fernando III na base do torreão, noti-

ciado por Michael Mathias¹⁴⁵, embora não associado aos seus alicerces, parece corroborar esta última hipótese. Outros exemplos de torreões de planta semi-circular encontram-se no sistema muralhado da vila de Castelo Rodrigo, que julgamos ser fruto da iniciativa de Afonso IX. As semelhanças tipológicas entre os torreões de Castelo Rodrigo e o de Castelo Melhor (quer ao nível da planta, quer do perfil) não podem deixar de sugerir que foram criados sensivelmente na mesma altura e, talvez, até pelo mesmo mestre. Ainda hoje sobrevivem quatro torreões desses em Castelo Rodrigo, mas a muralha urbana teve, na Idade Média, um número seguramente superior. Duarte d'Armas, por exemplo, desenha seis torreões semi-circulares na perspectiva tirada de Sul. Castelo Rodrigo possuía, igualmente, o mais setentrional exemplo de uma torre albarrã que conhecemos no território actualmente português, que infelizmente foi demolida, mas que conhecemos por intermédio da mesma vista de Duarte d'Armas. Essa torre albarrã deve ter sido iniciativa de Afonso IX e encontrava-se, em 1509-1510, anulada pela construção da barbacã (que passou a abraçar a torre, anulando o efeito de "torre albarrã"). Salientemos que os exemplos portugueses de torres desta tipologia são todos muito mais meridionais. Na realidade, conhecemos torres albarrãs nos castelos de Alcobça, Vila Viçosa, Lagos, Loulé, Silves, Salir e Paderne, todos concentrados na zona Sul do reino, o que torna o exemplo de Castelo Rodrigo singular. Mas já no caso do reino de Leão, a presença de torres albarrãs regista-se em zonas muito mais setentrionais. Bastará, para tanto, invocar aqui o exemplo de San Félix de los Gallegos, povoação vizinha de Castelo Rodrigo.

De todos os sistemas defensivos erguidos por iniciativa leonesa, de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo até Alfaiates e Sabugal, apenas um deles está claramente datado, por meio de inscrição. Referimo-nos ao sistema muralhado que defendia, a cota mais baixa, o povoado de Vilar Maior, que se desenvolveu no sopé do monte onde se construíra o velho castelo. Desse sistema muralhado, ainda parcialmente registado por Duarte d'Armas no seu *Livro das Fortalezas do Reino*, só resta um pequeno troço, na chamada *Rua do Arco*. O "Arco" memorizado na toponímia era uma das portas de acesso ao povoado, de que apenas sobrevive a ombreira esquerda, até à altura da imposta e do arranque da primeira aduela. Da muralha sobrevive um pequeno troço, com bom aparelho pseudo-isodomo, que permite determinar a espessura da muralha. A Porta medieval foi sacrificada quando foi necessário ampliar a largura dos acessos. No entanto, no primeiro silhar da sua ombreira esquerda, imediatamente abaixo da imposta, encontra-se uma inscrição que chegou até aos nossos dias praticamente inédita, e onde se regista:

ERA : D(e) M /
[c]CC : XVIIJ¹⁴⁶.

A epígrafe documenta, portanto, o empenho de Afonso X, o Sábio, na construção do sistema defensivo da povoação de Vilar Maior, então ainda na posse da coroa castelhano-leonesa (e apenas integrada em Portugal em 1296-1297).

2.3. Da assinatura do Tratado de Alcañices aos meados do Séc. XV (1297-1450)

O Século XIII ficou assinalado, um pouco por toda a Europa, por assinaláveis progressos na arte de construir castelos. Essas inovações, mais precoces em certas zonas do que noutras, conduziram ao aparecimento do castelo gótico e explicam-se por uma mudança do conceito de defesa subjacente à concepção das estruturas fortificadas. Se o castelo românico fora concebido à luz

¹⁴⁵ MATHIAS, 1998 (no prelo). Agradecemos a informação a este Autor que tem, desde 1997, vindo a desenvolver um projecto de estudo das ruínas do castelo de Castelo Melhor.

¹⁴⁶ BARROCA, 1995, vol. II, tomo 1, Insc. n.º 394, pp. 818-819.

de um conceito de “defesa passiva”, dotado de mecanismos que o tornaram capaz de resistir aos cercos, o castelo gótico será concebido na óptica de um conceito de “defesa activa”, tornando-se capaz de responder, de forma eficaz, às forças sitiadas. Essas mudanças, que em França se desenham desde Filipe Augusto (1180-1223), demoraram algum tempo a chegar até nós, tendo começado a manifestar-se com o reinado de D. Afonso III, um monarca que, fruto do seu itinerário pessoal, tinha estado em íntimo contacto com a realidade francesa durante mais de uma década. Já num outro estudo nosso tivemos ensejo de tentar equacionar alguns motivos que justificaram este atraso de quase meio século no aparecimento, entre nós, das primeiras manifestações consistentes do castelo gótico¹⁴⁷. Se D. Afonso III foi o responsável pelas primeiras manifestações do castelo gótico em Portugal, seu filho, D. Dinis, seria o responsável pelo mais ambicioso programa de reforma dos nossos castelos, abrangendo um número de fortificações até então nunca visto. Na realidade, este monarca promoveu reformas em pelo menos 55 fortificações, na sua maioria alinhadas ao longo da fronteira terrestre, e num período que se prolonga sobretudo entre 1288-90 e 1315.

Entre as várias inovações que ficaram a assinalar o triunfo do castelo gótico registemos o aparecimento dos mecanismos de tiro vertical (balcões com matacões e *machicoulis*), que se podem considerar os elementos mais característicos do castelo gótico. Tendo surgido primeiro em número reduzido, sobretudo coroando as portas, melhorando as condições de defesa dos acessos ao interior dos castelos, eles acabariam por se multiplicar por outras zonas das fortificações. Mas houve outras novidades ao nível das muralhas: a multiplicação dos torreões adossados aos muros (que melhoraram a capacidade de tiro flanqueado); o alargamento do adarve; as melhorias sensíveis nos acessos a este; o aparecimento das “ameias deitadas”, mais largas, aptas a defender melhor o guerreiro. As portas de entrada dos castelos, zonas mais sensíveis, foram sistematicamente reformuladas passando muitas vezes a ser enquadradas por duas torres de planta quadrada e coroadas por balcões com matacões. Ao nível das torres de menagem registam-se igualmente novidades quer nas suas dimensões (mais amplas, beneficiando as condições residenciais), quer nas plantas (com o aparecimento das primeiras plantas poligonais), quer na própria implantação (agora adossadas aos muros do castelo, defendendo as zonas mais sensíveis, nalguns casos erguidas mesmo no exterior do circuito muralhado). Acrescentemos ainda que, ao nível da concepção do espaço, o castelo gótico assinala o aparecimento das primeiras fortificações com plantas geométricas. Finalmente, numa fase mais avançada, que ultrapassa já os limites do reinado de D. Dinis, começariam a surgir entre nós as barbacãs, muros baixos e avançados, separados da muralha do castelo pela liça. A introdução de todas estas mudanças acabou por se traduzir na mais profunda mutação a que a nossa arquitectura militar assistira até então.

Na zona que temos vindo a estudar, de Miranda do Douro ao Sabugal, existem diversas fortificações que permitem acompanhar o triunfo de todas estas inovações. Sabemos, por intermédio do Conde D. Pedro, que D. Dinis promoveu reformas em muitos castelos do reino, nomeadamente, na zona que nos interessa, nos castelos de Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta, Castelo Rodrigo e Sabugal¹⁴⁸. A *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, redigida c. 1419, e a *Crónica d’El Rei D. Dinis*, de Rui de Pina, já do Séc. XVI, acrescentam a essa lista, e para a zona que nos ocupa, os castelos de Castelo Melhor, S. Félix de Galegos, Pinhel, Almeida, Castelo Bom, Castelo Mendo, Vilar Maior e Alfaiates¹⁴⁹. Ao todo, portanto, podemos registar, por via cronística, a intervenção de D. Dinis em doze castelos desta zona. Ou seja, cerca de 20% das reformas dinisinas elegeram castelos da zona de Trás-os-Montes oriental e, sobretudo, de Riba Côa, o que constitui um bom testemunho da importância estratégica que era reconhecida a estas zonas,

¹⁴⁷ BARROCA 1998a, no prelo.

¹⁴⁸ Cf. Conde D. Pedro, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, Lisboa, 1990. p. 243.

¹⁴⁹ Cf. *Crónica dos Sete primeiros Reis de Portugal*, ed. de Carlos da Silva Tarouca, vol. II, Lisboa, 1952, pp. 6-7; Rui de Pina, *Crónica del Rei D. Dinis*, Porto, 1977, p. 312.

nomeadamente à chamada “Porta das Beiras”. É de resto sintomático que as duas maiores concentrações de castelos com reformas de D. Dinis estejam a zona de Riba Côa e do Alto Alentejo, duas “portas” que, ciclicamente, foram eleitas pelos exércitos invasores para penetrar no espaço do reino. Julgamos, por outro lado, que é particularmente significativo que D. Dinis tenha promovido obras em *todos* os castelos que entraram na posse da coroa portuguesa com a assinatura do Tratado de Alcañices, em Setembro de 1297, e que se mantiveram no activo (castelos de Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, S. Félix de Galegos, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Sabugal e Alfaiates). Não se trata apenas de uma necessidade de actualização dos mecanismos de defesa destes castelos, mas também de uma clara vontade de afirmação política, de afirmação de senhorio sobre essas posições recentemente incorporadas nos limites do reino. É, de resto, neste contexto que se deve perspectivar a colocação de novos símbolos de soberania nesses castelos, nomeadamente os escudos com as armas do Reino, como vemos em Castelo Rodrigo, em Castelo Bom, em Vilar Maior e no Sabugal, nas torres das portas de entrada ou nas torres de menagem desses castelos. No entanto, as reformas de D. Dinis não incidiram sobre todas as fortificações indiscriminadamente. Houve uma avaliação do seu valor estratégico, o que explica que em relação a Monforte de Riba Côa o monarca tenha optado por não promover qualquer reforma. Na realidade, e como registou Rui de Pina, D. Dinis

“... nom fez ho castello de Monforte de Riba Coa, que tambeem lhe foy dado, por estar em maa despoziçam da teerra, e sua força pera defenção do Regno nom seer muito necessaria...”¹⁵⁰.

Depois da assinatura do Tratado de Alcañices, a povoação fortificada de Monforte de Riba Côa, erguida na margem direita do Côa, sobranceira ao rio e numa posição fronteira a Pinhel, ficou esvaziada de importância estratégica. O povoado não recebeu obras de beneficiação do seu sistema defensivo e entrou rapidamente em decadência, a ponto de ter sido abandonado. Hoje, para além do morro pedregoso onde sobrevivem as parcas ruínas desse povoado desertificado, apenas a Capela de N.ª. S.ª. de Monforte, distinguida anualmente por pequena romaria, memoriza a implantação da velha povoação leonesa. No entanto, este não foi o único exemplo de abandono causado pela mudança da linha de fronteira. Um processo semelhante afectou o povoado de Caria Atalaia (ou Caria Talaia), igualmente erguido na margem direita do Côa, sobranceiro ao rio. Esgotada a sua importância estratégica com a transferência da fronteira, este povoado de altitude, que se erguia fronteiro a Rapoula do Côa e junto de um ponto de passagem do rio e que teve inicialmente uma função essencialmente de vigilância¹⁵¹, acabaria por ser preterido por Rapoula do Côa, povoação de vale, com condições topográficas mais convidativas para a vida quotidiana. E também no caso de Caria Atalaia a única memória do povoado medieval que chegou até hoje é a capela dedicada a N.ª. S.ª. das Precês, herdeira da velha igreja paroquial que ainda foi taxada em 1320-21, e que hoje continua a ser alvo de romaria anual. A última referência documental conhecida para Caria Atalaia remonta a 1332, em pleno reinado de D. Afonso IV, dando uma boa ideia da velocidade destes processos de decadência e desertificação, que neste caso se arrastou por pouco mais de três décadas. Acrescentemos a este curto rol de povoados desertificados o caso do Sabugal Velho, cuja decadência e abandono parece ser anterior à extensão do domínio português a estas paragens a Leste do Côa. Também aqui a memória do antigo povoado ficou reduzida à presença de uma ermida. Na realidade, o povoado do Sabugal Velho, primitivo assentamento do Sabugal, que se localiza entre Soito e Aldeia Velha, seria totalmente abandonado, preservando-se apenas a memória da igreja paroquial na Ermida de N.ª. S.ª. dos Prazeres, alvo de romaria anual. Das estruturas do antigo povoado adivinham-se duas linhas de muralhas e diversas construções

¹⁵⁰ Rui de Pina, *Crónica del Rei D. Dinis*, ed. M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmãos, 1977, p. 312.

¹⁵¹ O povoado de Caria Atalaia ergue-se sobranceiro a uma ponte que veio substituir um vau. A existência desse vau encontra-se memorizada no topónimo do local – Poldras.

de planta rectangular, alinhadas em diversas ruas. Outras fortificações entrariam igualmente em decadência, sendo esquecidas, embora os povoados que lhes estavam associados tenham conseguido sobreviver. Foi o que aconteceu com o Castelo de Gouveias que, na ausência de trabalhos de conservação, acabaria por desaparecer. Erguido a Ocidente do Côa, este castelo perdeu, a partir de 1297, toda a importância que tinha quando era uma fortificação de fronteira e acabou por ser ignorado pelas reformas góticas dos castelos raianos. A povoação chegou até hoje, mas da velha fortificação, que ainda se documenta em 1241, apenas a custo se conseguem encontrar vestígios nos entalhes dos afloramentos.

O Castelo de Sabugal pode ser eleito como o protótipo do castelo dionisino, quer para estas paragens de Ribas do Côa quer mesmo para o âmbito nacional. No entanto, começaremos por abordar outros exemplos de intervenções de D. Dinis, reservando esse castelo para o fim da nossa análise.

Quando o Tratado de Alcañices foi rubricado, o castelo de Castelo Melhor, que se erguia no alto do morro sobranceiro à actual povoação, ostentava um circuito amuralhado erguido com xisto, definindo um espaço ovalado, inicialmente sem torreões, ao qual, depois, se tinha acrescentado um torreão semi-circular. Com a reforma de D. Dinis não houve lugar à multiplicação do número de torreões nem, sequer, à construção de qualquer torre de menagem. Este castelo, que tinha uma implantação relativamente marginal em relação aos espaços estratégicos, sofreria apenas uma reforma pontual, ao nível do sistema de entrada. D. Dinis reformulou o sistema de acesso ao castelo, cuja porta passou a estar enquadrada por dois torreões de planta quadrangular, que estão hoje arruinados até uma cota relativamente baixa. Conserva-se, no entanto, o sistema de porta, munida de uma *herse* ou rastrilho, grade de descida vertical, solução bem patente nos encaixes laterais.

No castelo de Castelo Rodrigo as reformas de D. Dinis passaram igualmente pela reconversão do sistema de entrada, que se viu dotado de duas torres de planta quadrangular ostentando cada uma, no prospecto principal, o brasão régio. Entre estas duas torres, e coroando a porta de entrada, foi construído um balcão com matacões, de que hoje apenas sobrevivem os apoios inferiores, camuflados pelo frontão acrescentado aquando da reforma moderna ordenada por D. Cristóvão de Moura, no Séc. XVII. A análise da estereotomia dos muros, sobretudo na face voltada ao pátio do castelo, documenta de forma indiscutível esta intervenção de D. Dinis, centrada apenas na zona da entrada. Com a reforma de D. Dinis o castelo de Castelo Rodrigo viu-se, igualmente, dotado de uma nova Torre de Menagem, de planta quadrangular, que foi construída no exterior do castelo, adossada ao seu muro e voltada ao povoado civil. Esta opção por se erguer a Torre de Menagem no exterior do castelo, fora da protecção do seu pátio, impensável no contexto do castelo românico, foi uma das mais originais opções do castelo gótico. Infelizmente, esta Torre de Menagem, bem representada em Duarte d'Armas, foi duramente afectada pelas obras ordenadas por D. Cristóvão de Moura, quando este nobre adaptou o castelo medieval a Paço residencial, nos fins do Séc. XVI e inícios do Séc. XVII. Numa fase posterior à reforma de D. Dinis, toda a estrutura do castelo de Castelo Rodrigo – tal como aconteceu com o povoado – passou a estar envolvida por uma barbacã, obrigando a que o acesso ao interior da fortaleza se fizesse num itinerário de envolvimento, com capacidade de tiro vertical, numa solução que decalca a adoptada no castelo do Sabugal. Mas estas barbacãs, como referimos, são obra posterior ao reinado do Lavrador.

Em Castelo Mendo, povoação portuguesa erguida fronteira a Castelo Bom, encontramos testemunhos da intervenção régia na porta de entrada do segundo recinto fortificado, que foi reformulado nos primeiros anos do Séc. XIV. Trata-se de uma porta de dimensões generosas, enquadrada por torreões, hoje embebidos no tecido urbano, e que ostenta, na secção da muralha, um escudo régio português inscrito em campo quadrado.

Em Almeida, a julgar pelas informações veiculadas por autores antigos, a intervenção de D. Dinis terá incluído a transferência do povoado para o actual local, mais propício para a defesa. Na realidade, o P^e António Carvalho da Costa registou, na sua *Corografia Portuguesa*, a propósito de

Almeida que “... o seu antigo sitio, que foy em hum campo mais para o Norte, aonde vemos agora hum valle, que se chama o Enxido da Carça, o qual era melhor, & mais plano & mais idoneo que o de agora, que fica em hum recosto para o Nascente...”, acrescentando que “ElRey Dom Dinis a fundou no sitio em que hoje está mandando edificar o seu castello”¹⁵². Ou seja, o monarca, apesar de a primitiva Almeida estar construída em local mais plano, portanto mais propício para a vida quotidiana, teria preferido transferir a povoação para uma zona mais acidentada para beneficiar as condições de defesa. Ergueu, então, um castelo de planta sub-quadrangular que Duarte d’Armas ainda teve ensejo de desenhar (embora já denunciando as reformas manuelinas que tinha, entretanto sofrido e a que nos referiremos mais à frente), e que viria a ser destruído com a espectacular e trágica explosão do Paiol de Pólvora em 27 de Agosto de 1810, durante o cerco que o General Massena levantou a Almeida no quadro da 3ª Invasão Francesa. Essa explosão, cujos efeitos ainda são bem visíveis nas deformações dos silhares da escarpa e contra-escarpa da fortificação moderna, destruiu quase totalmente o Castelo de Almeida. Muitos autores entendiam, no entanto, que a estrutura que a explosão de 1810 tinha destruído era a moderna que, por sua vez, tinha sido responsável pelo desaparecimento do castelo medieval. No entanto, tivemos a oportunidade de identificar, recentemente, os vestígios do velho castelo medieval, capeados e encobertos pela fortificação moderna¹⁵³. Na realidade, quando se procedeu à reforma do Castelo de Almeida, adaptando-o à lógica da pirobalística, a opção não foi demolir totalmente a fortificação medieval. Pelo contrário, aproveitaram-se os seus alicerces e embasamento, que foram capeados por uma nova estrutura. Como, para permitir o tiro rasante com armas de fogo praticado a partir do parapeito, a nova estrutura tinha de ser relativamente baixa, sendo por isso mais fácil de vencer por escalamento, optou-se por paredes inclinadas e construí-se um fosso com recurso à criação de uma contra-escarpa artificial, igualmente inclinada. Deste modo, a cota do leito do fosso corresponde, grosso modo, à cota do piso medieval antes das intervenções modernas. A estrutura moderna assim criada manteve uma planta semelhante à do castelo de D. Dinis: um espaço quadrangular munido de torreões circulares nos ângulos. No entanto, ao invés da estrutura dionisina, que tinha os muros siglados e verticais, a nova estrutura apresenta parede inclinada (a *escarpa*), que apenas deveria adquirir a verticalidade no *parapeito*, depois de ultrapassado o *cordão*. No entanto, a construção da estrutura moderna não implicou a demolição integral da estrutura medieval. Ela foi revestida pelos muros modernos inclinados e ficou integrada no *reparo* da nova fortificação, ajudando a criar o volume de terras necessário a este. Hoje, em diversos pontos onde caíram pedras da estrutura moderna, é possível ver, de novo, as paredes sigladas, verticais, do tempo de D. Dinis. São esses vestígios, que identificámos recentemente, que nos permitem reconstituir integralmente a planta do castelo de D. Dinis, dominada por uma notável modernidade e por uma grande regularidade geométrica.

No entanto, os mais claros testemunhos da vontade de D. Dinis de reformular as defesas do reino encontram-se mais a Sul, em Vilar Maior e no Sabugal. Em Vilar Maior, como já referimos, existia um castelo com um circuito arredondado, que evitava ângulos e ignorava torreões, erguido na 2ª metade do Séc. XI, com aparelho proto-românico de boa qualidade. E, na base do monte, o povoado civil viu-se, desde os tempos de Afonso X, o Sábio, defendido por uma linha de muralha, datada por meio de inscrição do ano de 1280. Quando, em Setembro de 1297, este castelo entrou na posse de D. Dinis, o monarca promoveu a construção de uma Torre de Menagem de grandes dimensões, de planta quadrangular, que se implantou no exterior do castelo, tangente à muralha proto-românica. O posicionamento desta nova construção revela, tal como acontece com os exemplos de Castelo Rodrigo e de Sabugal, a confiança que se depositava na eficácia dos novos mecanismos defensivos dos castelos, a ponto de se adoptar por uma implantação que,

¹⁵² COSTA 1706-12, vol. I, p. 214. No local do primitivo povoado estão documentados achados de cerâmica.

¹⁵³ Uma primeira referência a essa descoberta encontra-se na síntese da arquitectura militar que apresentámos às Jornadas de Património da Guarda (BARROCA 1998a, no prelo).

aparentemente, a tornava uma estrutura mais fragilizada. No entanto, dotada de andar térreo sem qualquer abertura, e com o acesso ao seu interior garantido apenas a partir do adarve do castelo, a Torre de Menagem de Vilar Maior não descurava totalmente as suas defesas. Por outro lado, devemos ter em atenção que a Torre de Menagem de Vilar Maior, que passou a *comandar* toda a estrutura militar, veio reforçar de forma muito significativa a defesa da porta de acesso ao interior do castelo. Esta notável construção apresenta, de forma ostensiva, na face da Torre voltada ao acesso ao castelo, o brasão do novo senhor de Vilar Maior – um escudo com campo carregado com as cinco quinas dispostas em cruz e a bordadura de castelos, numa solução que não pode deixar de recordar a Torre de Menagem do Castelo de Chaves. O local escolhido para se colocar este brasão régio espelha uma clara vontade de afirmação de posse e de senhorio, a mesma vontade de propaganda que já vimos em Castelo Rodrigo e que se pode ver noutros castelos onde se registam reformas de D. Dinis.

No Castelo de Sabugal, a intervenção de D. Dinis foi ainda mais radical. O povoado do Sabugal, como já tivemos ensejo de sublinhar, resulta de uma transferência de um primitivo assentamento – o *Sabugal Velho* – para este novo local, ocorrido num contexto político de enfrentamento dos dois reinos. O Castelo, erguido com sacrifício de algumas construções civis, implantou-se dentro do circuito muralhado herdado dos monarcas leoneses, numa encosta voltada ao rio Côa, que descreve aqui um pronunciado meandro que enquadra a vila do Sabugal. O Castelo optou por uma planta geométrica quase perfeita, com um pátio sub-rectangular definido por uma linha de muralhas munidas de quatro torreões quadrangulares. D. Dinis ergueu uma Torre de Menagem de planta pentagonal, herdeira das torres quinárias dos Templários e de D. Sancho I. Tal como em Castelo Rodrigo e em Vilar Maior, esta Torre também se implantou no exterior do pano de muralha do castelo, completando as defesas da porta de acesso ao pátio. Esta torre, com acesso garantido a partir do adarve do castelo (tal como a de Vilar Maior), viu-se munida de balcões com matacães em todas as suas faces, permitindo tiro ofensivo sobre quem tentasse entrar dentro do castelo. O efeito destes balcões seria potenciado, mais tarde, com a construção de uma extensa barbacã, que passou a impôr um itinerário de envolvimento, com possibilidade de tiro vertical, obrigando que quem quisesse entrar no castelo tivesse de contornar uma porção considerável de muro.

Para as obras dionisinas do Sabugal temos alguns dados que podem sugerir a autoria do risco desta fortificação medieval, o que a torna num exemplo ainda mais excepcional no panorama português. Na realidade, em 3 de Julho de 1302 Fr. Pedro, monge de Alcobaça e casteleiro dos castelos de Monsanto e Sabugal, recebeu de D. Dinis uma carta de quitação das despesas que contraíra com as obras destes dois castelos¹⁵⁴. A referência a um monge de Alcobaça a desempenhar as funções de Casteleiro em duas fortificações de fronteira, escassos seis anos depois das campanhas militares de D. Dinis a Leste do Côa (1296) e cinco anos depois da assinatura do Tratado de Alcanices, não pode deixar de ser sublinhada. O que faria um religioso cisterciense à frente de fortificações de tal importância estratégica? Sendo os cistercienses, como se sabe, exímios construtores, não podemos deixar de sugerir que Fr. Pedro tenha sido o arquitecto das reformas dionisinas de Monsanto e de Sabugal. O seu envolvimento no processo de reforma das fortificações parece, de resto, confirmado pela referência às dívidas que contraíra e ao facto de o monarca, certamente reconhecendo que tinham sido em prol do interesse da coroa, o ter quitado de tais encargos. Supomos, por isso, que podemos sugerir que o risco do castelo do Sabugal se ficou a dever a Fr. Pedro, mestre arquitecto cisterciense formado no seio da Abadia de Alcobaça. Com a identificação da autoria do risco fica, igualmente, melhor compreendida a excelência da sua arquitectura militar. O caso do Sabugal não foi, de resto, o único. Ocorreu um processo muito similar com Miranda do Douro. Na realidade, D. Dinis passou, em 1299, uma carta a Fr. João e a Fr. Estevão, ambos monges de Alcobaça, quitando-os das dividas

¹⁵⁴ Cf. Fr. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, vol. V, Lisboa, 1650, fl. 295 vº.

que tinham contraído com os trabalhos de fortificação de Miranda do Douro¹⁵⁵. O monarca, reconhecendo certamente a qualidade dos mestres de pedraria cistercienses, entregara-lhes a orientação de vários trabalhos de fortificação de povoações raianas.

Não muito longe do Sabugal e de Vilar Maior encontra-se um outro monumento que, não sendo uma fortificação, adopta mecanismos de índole militar e que tem sido normalmente associado à iniciativa de D. Dinis. Referimo-nos à Ponte de Sequeiros (Vale Longo, Sabugal), lançada sobre o Rio Côa, que era uma ponte fortificada. Trata-se de uma ponte que reúne algumas das melhores características das nossas pontes medievais dos fins do Séc. XIII e inícios do Séc. XIV. Na realidade, apresenta tabuleiro em cavalete e silhares siglados, comportando três arcos quebrados de flecha desigual, sendo o central mais amplo. Os seus pilares apresentam talhamares pontiagudos a montante e contrafortes escalonados a jusante, numa opção típica do reinado de D. Dinis, que encontramos noutras pontes (como a Ponte de Barcelos, erguida c. 1325-1328). Numa das extremidades da ponte erguia-se uma torre que barrava completamente o trânsito, permitindo um controle eficaz do movimento viário. Esta torre, hoje reduzida ao nível do andar térreo, apresenta ainda os dois arcos que estavam associados a dois diferentes mecanismos de encerramento: um com porta de madeira girando em torno de eixos laterais, o outro com uma grade de descida vertical (*herse* ou rastrilho). A Ponte de Sequeiros integra, juntamente com a Ponte de Ucanha (Tarouca), o limitado conjunto das pontes fortificadas que conseguiram chegar até aos nossos dias (uma vez que outros exemplos documentados, como seja o caso da Ponte de Barcelos e da Ponte de Ponte de Lima, que foram igualmente dotadas de torres militares de controle do trânsito, não conseguiram sobreviver até aos nossos dias). Apesar de algumas dúvidas que recentemente têm sido levantadas sobre a cronologia desta ponte fortificada, valorizando-se nomeadamente notícias de obras (certamente de restauro) do Séc. XVII, não temos dúvidas em atribuir a sua fábrica aos finais do Séc. XIII, não só pelas suas características técnicas como, também, pelo contexto político em que terá de ser enquadrada a iniciativa da sua construção. Na realidade, ela só ganha coerência quando o rio Côa constituía um espaço de fronteira, ligando dois reinos tantas vezes rivais. Por isso, julgamos que a sua construção deverá ser entendida como anterior a 1297, à assinatura do Tratado de Alcanices. A motivação subjacente à construção desta ponte fortificada não terá andado, portanto, muito longe da motivação que presidiu à construção de Castelo Bom e de Castelo Melhor, dois pontos fortificados, erguidos de um lado e do outro da fronteira, permitindo o controle do Porto de S. Miguel, no rio Côa, ponto de passagem de um reino para o outro. Ou a fundação de Caria Atalaia, vigiando um vau do Côa.

Como se pode depreender de todo o panorama que temos vindo a traçar, o reinado de D. Dinis constituiu, em Portugal e na zona de Riba-Côa, um momento de viragem decisivo no panorama da nossa arquitectura militar. Mas, depois desse momento-chave, as mudanças na arquitectura militar continuaram a surgir. A partir dos meados do Séc. XIV e ao longo de todo o Séc. XV os castelos da raia fronteiriça viram-se munidos de uma série de estruturas que melhoraram as suas condições defensivas. Na maior parte dos casos isso passou pela inclusão de barbacãs extensas, envolvendo as velhas estruturas militares. Estas barbacãs, ante-muros de cota mais baixa, contornando no todo ou em parte as velhas muralhas, apresentavam portas rasgadas fora do alinhamento das portas de acesso aos castelos, obrigando a itinerários de envolvimento, percorrendo parte da liça, sempre controlados por tiro vertical. Assim aconteceu com o castelo de Castelo Rodrigo e com a muralha urbana de Castelo Rodrigo. Aqui, a construção da barbacã extensa acabou por anular o efeito flanqueante da Torre Albarrã. No Sabugal, o castelo do tempo de D. Dinis seria reforçado com a construção de uma barbacã que definiu uma estreita liça, com 5 metros de largura, o estritamente necessário para a movimentação das forças militares. A bar-

¹⁵⁵ Cf. Fr. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, vol. V, Lisboa, 1650, fl. 252v^o-253v^o. As obras de fortificação de Miranda prolongaram-se por mais de cinco anos, uma vez que já em 1294 o Lavrador tinha concedido diversos privilégios à vila de Miranda do Douro para facilitar as obras de fortificação (BRANDÃO 1650, *idem*).

bacã do Sabugal apresenta, ainda, dois níveis distintos de troeiras, denunciando duas linhas de fogo. Duarte d'Armas, no seu *Livro das Fortalezas*, desenhou barbacãs extensas em vários castelos onde, por vezes, hoje poucos ou nenhuns testemunhos subsistem (Castelo Bom, Castelo Mendo, Vilar Maior). A cronologia destas reformas parece ser bastante lata. Na realidade, se temos casos de barbacãs que foram construídas ainda no Séc. XIV, a esmagadora maioria dos exemplos deve corresponder a obras já do Séc. XV, por vezes com cronologias muito avançadas (já dentro do reinado de D. João II e de D. Manuel I). E houve mesmo casos de barbacãs que ainda estavam em construção nos inícios do Séc. XVI. Duarte d'Armas, que desenhou o seu *Livro das Fortalezas do Reino* entre 1509 e 1510, regista a barbacã do povoado de Castelo Rodrigo ainda em plena construção (ao invés da barbacã do castelo, que já estava terminada). O caso não é sequer inédito: a barbacã de Freixo de Espada à Cinta estava, em 1509-10, completa na vertente Sul, voltada ao povoado, mas quedava-se ainda inacabada na vertente Norte, e a barbacã de Vinhais foi desenhada quando ainda só tinha abertos os alicerces para os seus torreões.

Quando não se justificava a construção de uma barbacã extensa, ou quando era impossível a sua implantação no terreno, a opção recaía sobre a construção das barbacãs de porta. Na zona que nos ocupamos, de Miranda ao Sabugal, não conhecemos nenhum exemplo sobrevivente de uma barbacã de porta mas, um pouco a sul da nossa zona de estudo, encontramos um magnífico testemunho desta solução arquitectónica no Castelo de Monsanto, cuja entrada foi dotada de uma barbacã de porta munida de três troeiras voltadas ao acesso.

Para além das reformas de castelos, o Séc. XIV assistiu também à construção ou à reforma de muitos sistemas fortificados urbanos, de que se podem apontar diversos exemplos. São conhecidas referências documentais ao longo de todo o Séc. XIV (e até de boa parte do Séc. XV) às obras nos muros de Torre de Moncorvo, de Freixo de Espada à Cinta, de Castelo Rodrigo, etc.

No primeiro caso, registemos referências de 1295 (uma década depois da fundação da póvoa, por iniciativa do Lavrador), de 1337, 1366, 1385 e ainda em 1439 e em 1490. Estas referências documentais não espelham apenas um processo moroso (como na realidade foi) mas, também, diferentes obras. Certamente que a nomeação de Luís da Costa para Vedor das Obras Reais em Torre de Moncorvo, a 7 de Março de 1490, corresponde já à reforma do sistema de acesso ao povoado, de que ainda hoje sobrevivem vestígios, nomeadamente a ombreira da porta, defendida por troeiras. Essas obras foram, portanto, iniciativa de D. João II. Mas os primeiros esforços remontam logo a D. Dinis, que fundou esta povoação em 1285 e que, logo em 17 de Novembro de 1295, concedia a terça das Igrejas de Vila Flor para ajudar a custear as obras da muralha de Moncorvo. Mas o processo de construção dos muros de Torre de Moncorvo – particularmente bem caracterizado do ponto de vista documental pelos sucessivos protestos que originou – foi muito prolongado:

- em 11 de Junho de 1337 os Mestres João Peres e Pedro Peres comprometem-se a construir porta na muralha de Torre de Moncorvo;
- em 15 de Julho de 1337 os moradores de Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Urros e Maçores contribuíam para a adua dos muros de Moncorvo;
- em 1366 os moradores de Urros e Peredo erão obrigados a trabalhar nos muros de Moncorvo;
- em 7 de Maio de 1377 D. Fernando manda os moradores de Vila Flor e Vila Nova de Foz Côa contribuir para as obras do Castelo de Torre de Moncorvo;
- em 23 de Fevereiro de 1385 os moradores de Alfandega, Castro Vicente, Mogadouro, Bemposta e Penas Róias prestam adua nos muros de Torre de Moncorvo;
- em 1439 uma referência dá o muro de Torre de Moncorvo como muito arruinado, a necessitar de obras.

No que respeita a Freixo de Espada à Cinta sublinhemos a importância da construção da Torre do Galo, estrutura que veio substituir a primitiva Torre de Menagem na sua função de comandamento de toda a fortificação. Na realidade, a Torre do Galo tornou-se a mais elevada construção do Castelo de Freixo de Espada à Cinta, tendo passado portanto a comandar o conjunto das estruturas militares. Assumiu, por isso, as funções de “torre de menagem”. Esta torre notabiliza-se, ainda, pela sua planta poligonal, e pelos requintes arquitectónicos de que se reveste – desde o coroamento com machicoulis até à organização dos espaços interiores, com abóbadas de nervura de belo efeito estético. Não se estranha, por isso, que os seus arquitectos tenham tido o cuidado de perpetuar o seu nome nas paredes da Torre, por intermédio de inscrição gravada no salão abobadado do primeiro piso. Sabemos, por esse registo epigráfico, que se tratava dos Mestres João Fernandes e Gomes Saúde. Infelizmente, estes não dataram a inscrição, o que ajudava a dissipar todas as dúvidas sobre a cronologia da Torre do Galo. Mas as características paleográficas desta inscrição permitem-nos situá-la no primeiro quartel do Séc. XIV, revelando, assim, que as obras decorreram no reinado de D. Dinis. No reinado de D. Fernando voltamos a encontrar referências a obras nos sistemas defensivos de Freixo quando, a 6 de Março de 1376, este monarca ordenou aos moradores de Torre de Moncorvo para contribuírem para as obras que decorriam nos muros de Freixo de Espada à Cinta. No entanto, as obras de defesa de Freixo de Espada à Cinta prolongaram-se pelo Séc. XV. Em 1412-23 e em 1423 há referências documentais a privilégios concedidos por D. João I para facilitar o financiamento das obras dos muros de Freixo de Espada à Cinta¹⁵⁶, que supomos que correspondiam às obras da barbacã. As obras prosseguiram ainda em 25 de Abril de 1435¹⁵⁷.

Nos finais do Séc. XIV documentam-se, igualmente, obras nas defesas de Castelo Melhor e de Castelo Rodrigo, com os moradores de Almeida a queixarem-se, em 10 de Março de 1383, a D. Fernando que, porque serviam nas obras de Castelo Melhor, deviam ser escusados de contribuir para as de Castelo Rodrigo¹⁵⁸. Ao mesmo monarca são atribuídas umas obras de restauro das muralhas de Vilar Maior, numa notícia que não revela mais pormenores sobre os trabalhos em causa. Mas sabemos que D. João I mandou reparar o castelo de Vilar Maior em 1398, procurando recompor a fortificação dos eventos bélicos que a tinham flagelado uns três anos antes. Na realidade, nessa mesma altura os habitantes de Vilar Maior queixavam-se ao monarca que tinham perdido o original do Foral de D. Dinis com a guerra, em 1395. As obras de 1398 deviam, portanto, ter sido motivadas por esses eventos bélicos que tinham ocorrido nas vésperas de serem assinadas as tréguas com Castela (1396).

A D. João I podemos atribuir igualmente a reforma da Torre de Menagem de Miranda do Douro. Esta Torre, que se ergue imponente no pátio do Castelo de Miranda do Douro, apresenta uma largura de 10,40 m e tinha o seu espaço interior estruturado em três andares com pisos abobadados. Na face principal, onde se rasga a porta de entrada da Torre de Menagem (uma porta térrea, ao contrário do que era usual nas Torres de Menagem) encontra-se um brasão régio com o escudo com campo carregado com as cinco quinas e uma bordadura de castelos colocado sobre uma cruz flordelizada. Como se sabe, D. João I introduziu esta variante no escudo régio português como referência ao facto de ter sido Mestre da Ordem militar de S. Bento de Avis (que usa a cruz flordelizada como símbolo). Os seus sucessores imediatos (D. Duarte e D. Afonso V) continuaram a utilizar esse escudo, mas D. João II modificou as armas do reino reduzindo-as, de novo, ao escudo com cinco quinas e bordadura de castelos. Deste modo, a Torre de Menagem de Miranda do Douro só pode ter sido obra de iniciativa de D. João I ou dos seus imediatos sucessores¹⁵⁹. Há, no entanto,

¹⁵⁶ MONTEIRO J. G. 1999 (no prelo).

¹⁵⁷ MONTEIRO J. G. 1999 (no prelo).

¹⁵⁸ MONTEIRO J. G. 1999 (no prelo).

¹⁵⁹ Conhecemos apenas um outro brasão na região que temos vindo a estudar que pode ser atribuído a D. João I ou seus imediatos sucessores, por apresentar o escudo régio carregado com as quinas e a bordadura de castelos colocado sobre cruz com remates em flor-de-lis. Trata-se da Ermida da Sr^a. do Mosteiro (S. Pedro de Rio Seco, Almeida), uma ermida perdida nas planuras raianas que apresenta,

mais dados que ajudam a cimentar a nossa atribuição desta iniciativa a D. João I. Na realidade, em 23 de Fevereiro de 1418 os moradores do Castelo de Outeiro de Miranda tinham obtido uma isenção de adua para não terem de servir nas obras de Miranda e de Bragança¹⁶⁰. Julgamos que as obras de que ficaram isentos os de Outeiro de Miranda em 1418 eram as que se plasmam na Torre de Menagem de Miranda do Douro. A Torre de Menagem de Miranda do Douro teve, tal como o Castelo de Almeida, um itinerário atribulado. Na realidade, a sua estrutura, certamente porque apresentava espessas paredes de pedra (com 2,50 m de espessura) foi escolhida em fins do Séc. XVIII para albergar o Paiol do Castelo de Miranda. Em 8 de Maio de 1792, no contexto da Guerra dos Sete Anos, o Paiol explodiu violentamente, e a Torre de Menagem joanina ficaria seriamente afectada. Os devastadores efeitos dessa explosão, ocorrida dezoito anos antes dos dramáticos eventos de Almeida, ficaram bem visíveis na estrutura, tendo motivado a queda de uma parede da Torre e o desaparecimento de todos os pisos abobadados (de que ainda se podem admirar os arranques das abóbadas de canhão, feitas em tijolo).

2.4. As adaptações à pirobalística e o advento da fortificação moderna (1450-1510)

O aparecimento das primeiras armas pirobalísticas, que surgem no palco de guerra peninsular no último quartel do Séc. XIV, não teve impacto imediato na nossa arquitectura militar. Na realidade, não só o poder de impacto dessas bocas de fogo era reduzido como, também, a fiabilidade das armas deixava muito a desejar. No início muitos tiros saíam “frouxos” por deficiente adaptação do projectil à alma da boca de fogo, deixando espaços livres por onde escapava ar no momento da explosão. Apenas com o triunfo da noção de calibre, com a regularização das almas das bocas de fogo e a correspondente normalização dos projecteis (permitida pelo abandono dos pelouros de pedra e a adopção das balas de ferro, fundidas em moldes), foi possível tornar os tiros mais fiáveis. Deste modo, perante armas que nem sempre disparavam e que, mesmo quando disparavam, nem sempre o tiro era eficaz, a oposição que os velhos muros medievais podiam oferecer permanecia suficiente. No entanto, à medida que nos vamos aproximando dos finais do Séc. XV, o poder das armas de fogo tornou-se cada vez maior, colocando crescentes problemas à defesa dos muros. Por outro lado, houve necessidade de adaptar as fortificações ao tiro de armas de fogo, que passaram a integrar cada vez mais as armas defensivas dos nossos castelos. O processo de adaptação à pirobalística fez-se em duas etapas: numa primeira fase criaram-se mecanismos adaptados à prática de tiro a partir do interior das fortificações, e numa segunda fase começaram a introduzir-se as modificações arquitectónicas susceptíveis de tornar a estrutura mais resistente ao impacto do tiro inimigo. A primeira fase tem como principal emblema a *troeira*, adaptação da seteira ao tiro com arma de fogo¹⁶¹. A segunda fase, bastante mais tardia, já de pleno Séc. XVI (e que por isso escapa à nossa análise) tem como principal emblema o aparecimento dos *reparos* e o enterramento progressivo das estruturas militares, que passam a estar dotadas de fosso e escarpa.

Ao longo do Séc. XV a importância crescente das armas de fogo – nomeadamente do *trom*, pequeno canhão de berço, que lançava pelouros com 14 a 20 arráteis de peso – acabou por justificar as primeiras adaptações dos castelos góticos ao novo tipo de armamento. Uma arma de fogo, como se compreende, é mais eficaz quando permite tiro rasante ao terreno. Desta forma, e

na fachada, reaproveitada, uma pedra de armas com essas características. A capela corresponde ao velho “*monasterium de Magidi*” que é referido nos limites do foral de Castelo Bom, entre *Sciada* e *Azial Velido* (hoje Azinhal). A memória deste Mosteiro perpetua-se, hoje, não só na ermida como no próprio nome desta. O edifício, embora tenha sido objecto de uma profunda reforma no Séc. XVIII (em 1733, conforme se atesta em inscrição no cunhal direito), ainda preserva a capela-mor tardo-gótica, com abóbada de nervuras e contrafortes posicionados nos ângulos externos. Continua a ser distinguida, anualmente, com concorrida romaria.

¹⁶⁰ MONTEIRO J. G. 1999 (no prelo).

¹⁶¹ Não foi a primeira adaptação que as seteiras medievais sofreram: já no séc. XIII as seteiras simples, apenas com ranhura vertical, aptas para tiro com arco, tinham sofrido uma adaptação ao uso crescente das bestas, passando a ostentar ranhura horizontal e assumindo um formato em cruz.

apesar de existirem casos de troeiras no alto de torres (como vemos em Pinhel) e no adarve das muralhas (como Duarte d'Armas representou em diversas fortificações), a tendência predominante foi para que as troeiras fossem rasgadas a uma cota baixa. Na maior parte dos casos a solução passou pela criação de barbacãs extensas, espécie de ante-muro que, com uma altura menor, para não prejudicar o tiro a partir do adarve do castelo, permitia uma linha de defesa avançada. Como já tivemos oportunidade de sublinhar, julgamos que uma parte significativa deste esforço de construção de barbacãs extensas corresponde à segunda metade do Séc. XV, aos reinados de D. João II e D. Manuel I. Noutros casos, em que as barbacãs já existiam, foram rasgadas troeiras. O certo é que, nos finais da centúria a maior parte dos castelos raianos tinham recebido adaptações (pontuais, não de fundo) para o uso de armas de fogo. No Quadro que preparámos é possível visualizar as fortificações que, na zona em que nos temos movido, receberam os novos mecanismos de tiro. De um total de 31 castelos, 8 estavam já desactivados e abandonados no Séc. XV, 11 não receberam qualquer reforma, e 12 foram objecto de melhoramentos que envolveram a criação de troeiras. Foram estes os castelos de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Longroiva, Pinhel, Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Sabugal, Sortelha e Alfaiates. Se prolongássemos o nosso olhar até ao vale do Tejo encontrávamos igualmente troeiras nos castelos de Penamacor, Penha Garcia, Salvaterra do Extremo e Idanha-a-Nova. Mas houve muitos castelos que já não mereceram a atenção da coroa portuguesa: ou porque já estavam definitivamente abandonados ou, o que é ainda mais significativo, porque já não mereceram esse investimento. Tinham perdido valor estratégico. E, neste sentido, a ausência de reformas tardo-góticas (nomeadamente de troeiras) afirma-se como tão eloquente como a sua presença. Não pode deixar de ser significativo que, em Trás-os-Montes apenas 3 castelos apresentam troeiras (Miranda, Moncorvo e Freixo) e que os castelos de Mogadouro, Bemposta, Penas Róias, Adeganha e Alva as ignorem. O vale do rio Douro, muito escarpado, constituía uma fronteira efectiva, capaz de se opor a qualquer tentativa de invasão, permitindo alguma "economia" de meios nessas fortificações. Mas o mesmo já não acontece com as zonas de "raia seca", quer a Noroeste de Miranda, quer a Sul do Douro. Por isso, a maior parte das reformas surgem concentradas em torno da "Porta das Beiras", nos castelos mais raianos (Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Sabugal, Sortelha e Alfaiates). Mas não aparecem em Numão, Castelo Melhor, Meda, Ranhados, Marialva, Castelo Mendo ou Vila de Touro, sintoma de que a sua importância estratégica se estava a esvaziar.

Encontramos barbacãs extensas em diversas estruturas desta área, desde o exemplo mais setentrional, de Miranda do Douro, onde apesar do muro da barbacã ter sido demolido em tempos modernos ainda sobrevivem vestígios suficientes para definir a própria largura da liça. Aqui as reformas tardo-góticas não se circunscreveram apenas à criação da barbacã, mas incidiram igualmente na zona do Castelo, com troeiras junto da Torre de Menagem. Em Torre de Moncorvo as reformas envolveram igualmente a construção de um castelo, de planta sub-rectangular, que se implantou junto da actual Praça Francisco António Meireles, na periferia do espaço urbano amuralhado, definido por uma cerca ovalada. Desse castelo, que escavações nunca publicadas colocaram parte da estrutura à mostra, sobrevive parte da porta de acesso, ladeada por troeiras. A Sul do Douro encontramos barbacãs extensas em Castelo Rodrigo (duas: uma protegendo o Castelo, outra rodeando o povoado civil), em Almeida (desenhada por Duarte d'Armas e destruída com as reformas seiscentistas), em Castelo Bom e em Castelo Mendo, em Vilar Maior (igualmente retratada pelo pintor régio e hoje desaparecida) e no Sabugal.

Do conjunto das reformas tardo-góticas merecem destaque as intervenções manuelinas em quatro castelos raianos. Referimo-nos aos castelos de Sabugal, Sortelha, Almeida e Alfaiates. Com elas encerraremos o nosso périplo pelas estruturas militares.

Já sublinhámos como o Castelo do Sabugal constitui um marco importante na nossa arquitectura militar gótica, a ponto de poder ser eleito como seu protótipo. O povoado de fundação leo-

Quadro 5
Reformas Góticas e Tardo-Góticas nos Castelos Raianos entre Miranda do Douro e Sabugal

Castelo	Balcão com Matacães	Machicoulis	Barbacã Extensa	Troeiras	Duarte d'Armas
Miranda do Douro	não	não	sim	sim	sim
Mogadouro	não	não	sim	não	sim
Bemposta	não	não	não	não	não
Penas Róias	sim	não	não	não	sim
Torre de Moncorvo	não	não	não	sim	não
Mós	em 1376 já se encontrava desactivado				não
Urros	em 1372 já se encontrava desactivado				não
Stª. Cruz da Vilarça	entra em decadência a partir de 1285, sendo depois abandonado				não
Adeganha	não	não	não	não	não
Freixo Espada Cinta	sim	sim	sim	sim	sim
Alva	entra em decadência a partir de 1236, sendo depois abandonado				não
Numão	não	não	não (?)	não	não
Longroiva	não (hurdício)	não (hurdício)	não	não	não
Meda	não	não	não	não	não
Alcarva	já se encontrava desactivado nos inícios do Séc. XIV				não
Ranhados	não	não	não	não	não
Marialva	não	não	não	não	não
Pinhel	sim	não	não	sim	não
Monforte Riba Côa	entra em decadência a partir de 1297, sendo depois abandonado				não
Gouveias	entra em decadência a partir dos meados do Séc. XIII, sendo abandonado enquanto estrutura militar				não
Castelo Melhor	não	não	não	não	não
Castelo Rodrigo	sim	não	sim	sim	sim
Almeida	sim	não	sim	sim	sim
Castelo Bom	não	não	sim	sim	sim
Castelo Mendo	não	não	sim	não	sim
Vilar Maior	sim	não	sim	sim	sim
Caria Atalaia	entra em decadência a partir de 1297, sendo depois abandonado				não
Vila de Touro	não	não	não	não	não
Sabugal	sim	não	sim	sim	sim
Sortelha	sim	não	não	sim	não
Alfaiates	não	não	não	sim	não

nesa, protegido por cerca ovalada, recebeu com D. Dinis uma notável fortificação de planta sub-rectangular com quatro torreões e uma Torre de Menagem quinária, implantada no exterior dos muros, melhorando as condições de defesa da zona de acesso ao castelo. Com a aproximação dos finais da Idade Média, o castelo do Sabugal recebeu novas estruturas defensivas que permitiram a sua adaptação ao uso das armas de fogo. Sabemos, graças ao extraordinário labor de Sousa Viterbo, o nome do arquitecto responsável pelas obras ordenadas por D. Manuel I. Chamava-se João de Ortega e residia em Penamacor, onde foi responsável pela reforma manuelina desse Castelo. O protagonismo de João da Ortega na reforma do Castelo do Sabugal encontra-se asse-

gurado por uma carta que o arquitecto enviou ao monarca queixando-se que lhe tinham ficado a dever 200.000 reais. Nesse diploma o arquitecto intitula-se “*Joan dortegua morador em Pena Macor mestre das obras do Castelo do Sabugall*”, apelando ao monarca para que “*me mandase pagar dozentos mjl reaes que se me devem das ditas obras pera dele aver de pagar aos officiaes e aos que me am emprestado dinheiro e mantjmentos e outras cousas...*”¹⁶². No diploma revela, igualmente, ter sido responsável por outras obras: “*nas tereçenas de Pjnhel e em Castel Boõ em Sabugall (e) em Pena Macor...*”. Ficamos, por isso, a saber que o arquitecto militar João de Ortega foi o autor da reforma do castelo de Penamacor, nomeadamente pela construção da sua notável Torre de Menagem, coroada por machicoulis, que ostenta no prospecto principal o escudo régio português ladeado pela Esfera Armilar, empresa do Venturoso. Segundo nos revela o próprio, tinha sido igualmente responsável pelas obras nas tereçenas de Pinhel e pela reforma do castelo de Castelo Bom. Esta última intervenção corresponde à construção da estrutura que se erguia na zona superior do povoado, junto do templo paroquial, e que foi quase totalmente destruída. Tratava-se de um castelo de planta quadrangular com torreões redondos nos ângulos. Dessa estrutura sobrevivem alguns vestígios, nomeadamente um dos torreões redondos, que era munido de troeiras (uma delas destruída quando, ao adaptar-se o torreão a curral de gado, se rasgou uma porta de acesso). No Castelo do Sabugal supomos que a intervenção de João de Ortega se pode detectar em dois planos: na muralha do povoado e na barbacã do castelo. Na muralha do povoado do Sabugal houve uma intervenção manuelina que ficou assinalada pela colocação de um escudo régio acompanhado de duas Esferas Armilares, sobreposto à porta de entrada principal do povoado, junto da Torre do Relógio. Nesta mesma torre há também sintomas de intervenção manuelina (nomeadamente pela presença de troeiras). No castelo do Sabugal, João de Ortega foi responsável pela construção da barbacã que rodeia o castelo dionisíno, munida de dois níveis de troeiras, criando assim uma dupla linha de fogo, de extraordinária modernidade.

Sensivelmente ao mesmo tempo que João de Ortega orientava a reforma do Castelo de Sabugal, D. Manuel I promovia igualmente a reforma do Castelo de Sortelha. A velha estrutura militar, construída no primeiro quartel do Séc. XIII, continuou a ostentar a mesma organização espacial, uma vez que não era topograficamente possível acrescentar-se uma barbacã. No entanto, todo o coroamento medieval do castelo foi alterado e adaptado ao uso de armas de fogo. Anularam-se as ameias, abandonando-se o perfil recortado do parapeito, para se optar um parapeito corrido onde se rasgaram troeiras. O balcão com matacões, que se acrescentara sobre a porta de acesso, foi igualmente modificado e adaptado para o uso de armas de fogo, passando a ser popularmente conhecido como a “*Varanda de Pilatos*” por estar voltado à praça principal do povoado, onde se erguia a Casa da Câmara e o Pelourinho manuelino. Ao lado da “*Varanda de Pilatos*”, e assinalando o protagonismo desta reforma, foi colocado um escudo régio nacional ladeado por duas Esferas Armilares.

No caso de Almeida, a intervenção manuelina foi da responsabilidade de um outro arquitecto, Francisco Danzinho ou Danzilho, cujo nome conhecemos igualmente graças ao labor de Sousa Viterbo, a quem se deve a maior parte dos dados biográficos que se conhecem para esse mestre¹⁶³. Mestre Francisco Danzinho ou Danzilho era um arquitecto biscaíno que viera, juntamente com outros biscaínhos, servir a coroa portuguesa. Foi nomeado cavaleiro da Casa Real e foi responsável por diversas intervenções ao nível da arquitectura militar no primeiro quartel do Séc. XVI, nomeadamente em Alcácer Ceguer e em Ceuta¹⁶⁴. A reforma do Castelo de Almeida foi realizada nos inícios do Séc. XVI, antes da sua ida para o Norte de África, e estava concluída em 1510. Isso nos garante não só o facto de Duarte d’Armas a ter retratado no *Livro das Fortalezas do Reino*, manuscrito realizado entre 1509-1510, mas também o facto de neste

¹⁶² VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. II, p. 231.

¹⁶³ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. I, pp. 270-275.

¹⁶⁴ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. I, p. 272 e 274-275.

último ano D. Manuel ter mandado Mateus Fernandes, mestre de pedraria do Mosteiro da Batalha, ir examinar a barreira do castelo de Almeida que fora erguida por Francisco Danzinho¹⁶⁵. O valor da empreitada que fora confiada a Mestre Francisco Danzinho – 1.550\$000 reais – assegura-nos que o que fora construído não se resumia a uma simples barreira, mas que era obra mais vasta. Julgamos, efectivamente, que ela incidiu sobre o Castelo de Almeida, estrutura de planta rectangular erguida no tempo de D. Dinis (como já tivemos oportunidade de referir) e agora reformada e alterada, com torreões circulares nos ângulos e balcões com troeiras coroando os parapeitos. O Vedor das obras do Castelo de Almeida fora Rui de Andrade, cavaleiro da Ordem de Santiago, que, antes de 1517, fora igualmente vedor das obras de Castelo Bom e de Castelo Rodrigo, numa clara demonstração da sincronia das várias intervenções manuelinas nestes castelos raianos: “... *Rui damdrade, cavalleiro da ordem de Santiago e veador e recebedor que certo tempo da obra que se fez nos muros da fortaleza da villa dalmeida Castell Boo e Castell Rodrigo...*”¹⁶⁶. A obra que Mateus Fernandes fora inspeccionar deve ter agradado ao monarca, como parece indicar o facto de D. Manuel I ter enviado Francisco Danzinho para o Norte de África, para orientar obras de fortificação particularmente delicadas. As obras de Mestre Danzinho em Almeida foram, mais tarde, adaptadas a Paiol, que explodiu em 27 de Agosto de 1810, quando a praça estava cercada pelos exércitos de Massena.

Por fim, resta-nos abordar a reforma do Castelo de Alfaiates que foi, de todas as que temos vindo a acompanhar, a mais radical de todas. D. Manuel I já tinha manifestado, em 1510, a intenção de reconstruir o castelo e as defesas desta póvoa raiana. Sabemos que em 1512 as obras já tinham começado, conhecendo-se referências ao “*recebedor das obras*”, e que em 1520 Mestre Martim Teixeira tinha sido nomeado para as obras da muralha da vila¹⁶⁷. O diploma, revelado por Sousa Viterbo, é no entanto suficientemente esclarecedor para sabermos que a Martim Teixeira foram confiadas obras na cerca da vila, e não propriamente no castelo: “*o dito Martim Teixeira se obrigou fazer huu muro e cerqua darredor do arravalde e povoaçom dAlfayates...*”¹⁶⁸. Segue-se, com um notável pormenor, a descrição de todas as obras que deviam ser feitas ao abrigo do contrato, bem como as suas características construtivas. No entanto, não parece que essas obras, que se iniciavam em 1520 e deviam estar concluídas dois anos depois, incluíssem o castelo. Cinco anos depois, em 1525, D. Manuel I enviava Diogo de Arruda para terminar as obras do Castelo de Alfaiates:

*“Eu elRey mamdo a voz, Tomee do Mercado, almoxarife da minha vila Dalfayates e recebedor das obras da dita villa, que, de qualquer dinheiro que das ditas obras teverdes, paguees a Diogo Daruda, mestre de minhas obras, o que lhe momtar aver na medida que ora lhe mando fazer nas ditas obras da dita vila...”*¹⁶⁹.

A nomeação de Diogo de Arruda para as obras de Alfaiates (mesmo tendo em atenção que se tratava já de um arquitecto em final de carreira, que viria a falecer em 1531) revela bem o empenho de D. Manuel na reforma deste castelo. O Castelo novo de Alfaiates reaproveitou a Torre de Menagem da velha estrutura defensiva mas procedeu a uma radical alteração de todo o seu espaço. Na realidade, a nova fortificação, concebida de raiz para o uso das armas de fogo, apresenta uma planta quadrangular com duas torres em ângulos opostos: uma, albergando o sistema de entrada; outra, no extremo oposto, resultado do reaproveitamento da velha Torre de Menagem. Rodeando o castelo foi construída uma barbacã com troeiras, envolvendo a praça e as duas torres. Rasgada nesta, a porta de entrada surge flanqueada de troeiras e coroada pelo

¹⁶⁵ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. I, p. 271.

¹⁶⁶ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. I, p. 271.

¹⁶⁷ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. III, pp. 84-86.

¹⁶⁸ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. III, p. 84.

¹⁶⁹ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. I, p. 53.

brasão régio português. Este, ladeado por duas Esferas Armilares (tudo ainda com policromia), testemunha o protagonismo de D. Manuel na reforma desta estrutura militar. Dominado por um extremo geometrismo e por um grande rigor de desenho, o Castelo de Alfaiates, concluído c. 1525, não pode deixar de recordar outros exemplos como o Castelo roqueiro de Vila Viçosa, inspirado num esquisso de Leonardo da Vinci (como sugeriu John B. Bury).

Como se pode avaliar, o reinado de D. Manuel I ficou assinalado, na nossa zona, por algumas marcantes intervenções que vieram modificar de maneira radical a capacidade defensiva do reino. De resto, o interesse do Venturoso pelas fortalezas da raia seca não se circunscreveu apenas à zona da Beira Interior, entre o Douro e o Tejo, mas alargou-se a muitas outras estruturas militares. Depois do esforço notável desenvolvido por D. Dinis, e que foi responsável pela difusão do Castelo Gótico em Portugal, o reinado de D. Manuel I ficou a assinalar novo ponto de viragem, com um assinalável volume de obra realizado. De resto, a encomenda do *Livro das Fortalezas do Reino*, que o monarca fez junto do pintor régio Duarte d'Armas, e que obrigou este a percorrer a fronteira terrestre portuguesa desde Castro Marim até Caminha, entre 1509 e 1510, espelha de forma eloquente o interesse do monarca pelas fortificações do reino. Tratava-se, afinal, de avaliar o estado das defesas do reino para definir as prioridades de renovação. Por isso, as vistas e as plantas de Duarte d'Armas, recheadas de anotações de interesse estratégico, se revelam sempre tão ricas em ensinamentos: elas estão, verdadeiramente, no fim de uma época, anunciando novas experiências e novos ventos.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Carlos d' (1990) – *O Concelho de Freixo de Espada à Cinta no Século XVIII segundo dois manuscritos inéditos*, Moncorvo, PARM.
- ____ (1998) – *Torre de Moncorvo. Percursos e Materialidades Medievais e Modernos*, Diss. de Mestrado, ed. policopiada, Porto, FLUP.
- ____ (1999) – “A criação do Concelho de Torre de Moncorvo, construção da fortaleza na sua sede e respectiva forma urbana”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*, vol. I, Porto, pp. 23-32.
- AFONSO, Virgílio (1985) – *Sabugal. Terras e Gentes*, s/l.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1973) – “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal”, sep. *Revista da Faculdade de Letras – História*, 1.ª Série, vol. III, Porto, pp. 113-136.
- ____ (1979) – “A Propósito de ‘Galicia Sueva’ de Casimiro Torres”, *Gallaecia*, vol. 5, Santiago de Compostela, pp. 305-316.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; LOPES, Francisco Gaspar de Almeida (1981-82) – “Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel”, *Portugalia*, vol. II-III, Porto, pp. 131-139.
- ALMEIDA, D. Fernando de (1962) – “Arte Visigótica em Portugal”, *O Arqueólogo Português*, Nova Série, Lisboa.
- ALMEIDA, João (1945) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, 3 vols, Lisboa.
- ALVES, Francisco Manuel (1908-1910) – “Moncorvo”, *Ilustração Transmontana*, 1º Ano, Porto, 1908, pp. 156-160, 169-175, 188-192; 2º Ano, Porto, 1909, pp. 8-11, 59-60, 76-77, 107-108, 155-156, 173-176; 3º Ano, Porto, 1910, pp. 11-16, 26-28, 42-44.
- ____ (1934) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. 9, Porto.
- ____ (1940) – “O Castelo de Penas Róias, fundado pelos Templários nos inícios da Nacionalidade Portuguesa”, *Anais* (da A.P.H.), vol. III, Lisboa, pp. 55-61.
- ____ (1976) – *Guia Epigráfico do Museu do Abade de Baçal*, Bragança.
- ANTUNES, João Viana; BAËRE, Pedro (1996) – “Sepulturas cavadas na rocha: conjunto da Quinta da Relva de Baixo (Longroiva – Meda)”, *Douro – Estudos e Documentos*, vol. 1, Porto, pp. 270-275.

- ARMAS, Duarte d' (1997) – *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, INAPA, 2ª ed.
- AZEVEDO, Pedro A. de (1910) – “Documentos de Santa Maria de Aguiar (Castello Rodrigo)”, *Revista Lusitana*, vol. XIII, Lisboa, pp. 1-17.
- _____ (1913) – “Explorações Archivísticas. Dois documentos de Riba-Côa de Época Leonesa”, *Revista de História*, vol. II, Lisboa, pp. 184-186.
- AZEVEDO, Rui de (1934) – “Fronteiras entre Portugal e Leão em Riba-Côa antes do Tratado de Alcanices (1297)”, *Biblos*, vol. 10, Coimbra, pp. 454-466.
- _____ (1962) – “Riba Côa sob Domínio de Portugal no reinado de D. Afonso Henriques. O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, de fundação portuguesa e não leonesa”, *Anais* (da Academia Portuguesa de História), IIª Série, vol. 12, Lisboa, pp. 231-298.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (1981) – “A Ordem Militar de S. Julião do Pereiro, depois chamada de Alcântara”, *Anuário de Estudos Medievales*, vol. 11, Barcelona, pp. 713-729.
- BARRAL Y ALTET, Xavier (1976) – *La Circulation des Monnaies Suèves et Visigothiques. Contribution à l'histoire économique du royaume visigoth*, Munchen.
- BARRIOS GARCIA, A. Angel (1988) – “El proceso de ocupación y de ordenación del espacio en la Raya leonesa”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 155-183.
- BARROCA, Mário Jorge (1984) – “Notas sobre a Ocupação Medieval em Baião”, *Arqueologia*, vol. 10, Porto, pp. 116-136.
- _____ (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, diss. para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto, ed. policopiada.
- _____ (1988) – “A Ocupação Medieval em Castelo de Matos (Baião). Primeira Abordagem”, *Arqueologia*, 17, Porto, pp. 159-171.
- _____ (1990-91) – “Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)”, *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, pp. 89-136.
- _____ (1991) – “As Pizarras Visigodas: A Propósito de uma obra de I. Velázquez Soriano”, *Conimbriga*, vol. 30, Coimbra, pp. 139-159.
- _____ (1992) – “Medidas-Padrão Medievais Portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, vol. IX, Porto, pp. 53-85.
- _____ (1995) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Diss. de Doutoramento, 4 vols, Porto, ed. policopiada (ed. impressa, Lisboa, FCG-FCT, 2000).
- _____ (1996-97) – “A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII”, *Portugalia*, Nova Série, vol. XVII-XVIII, Porto, pp. 171-209.
- _____ (1998a) – “D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa”, *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, pp. 801-822.
- _____ (1998b) – “Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar na Beira Interior”, *I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 2000, pp. 215-238.
- _____ (1998c) – “Castelos Medievais Portugueses. Origens e Evolução (Séc. IX-XIV)”, *La Fortaleza Medieval. Realidad y Símbolo*, Actas de la XV Asamblea General de la Sociedad Española de Estudios Medievales, Alicante, pp. 13-30.
- BARROS, Henrique da Gama (1945-54) – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Ed. Crítica de Torquato de Sousa Soares, 11 vols., Lisboa.
- CABRAL, António Augusto Dinis (1961) – “Castelo Rodrigo. Subsídios para a sua História”, *Beira Alta*, vol. 20 (4), Viseu, pp. 717-745.
- _____ (1962) – “Algumas Notas sobre o Castro do Castelo de Calabre e, Almendra”, *Studium Generale*, vol. 9 (1), Porto, pp. 138-158.
- _____ (1963) – *História da cidade de Calábria em Almendra (Subsídios)*, Porto.

- _____ (1965) – “A Torre de Aguiar ou Turrís Aquilaris”, *Beira Alta*, vol. 24, Viseu, pp. 425-432.
- CARVALHO, Amorim (1995) – *Castelo Mendo. Um conjunto histórico a preservar*, s/l.
- CARVALHO, José Vilhena (1973) – *Almeida. Subsídios para a sua história*, 2 vols., Viseu (2ª ed., 1988).
- CARVALHO, Teresa Pires de (1999) – “Contributo para a tipificação dos vãos de decoração manuelina de Freixo de Espada à Cinta”, *In Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, vol. I, Porto, pp. 249-264.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1959) – *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa (2ª ed., facsimilada, Lisboa, INCM, 1984).
- COCHERIL, D. Maur (1972) – *Notes sur l'Architecture et le Décor des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Lisboa.
- _____ (1978) – *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Lisboa.
- COELHO, Luís (1972) – “Breve Nota sobre a Epigrafia numa pequena placa de xisto goda proveniente de Plasência (Espanha), hoje no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia”, *O Arqueólogo Português*, IIIª Série, vol. 6, Lisboa, pp. 275-280.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá; TRABULO, António Alberto Rodrigues (1995a) – *Evolução Político-Administrativa na Área do Actual Concelho de Vila Nova de Foz Côa (Séculos XII a XX)*, Vila Nova de Foz Côa.
- _____ (1995b) – *Por terras do Concelho de Vila Nova de Foz Côa. Subsídios para a sua História. Estudo e Inventário do seu Património*, Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá (1996) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa.
- _____ (1997) – *Um Projecto, a Investigação, a Musealização e um Circuito: Freixo de Numão 1980-1996*, Freixo de Numão.
- CORREIA, Joaquim Manuel (1906) – “Memória sobre o Concelho do Sabugal – Origens: As terras de Riba-Côa”, *O Arqueólogo Português*, 1ª série, vol. XI, Porto, pp. 50-63.
- _____ (1946) – *Terras de Riba Côa. Memórias sobre o Concelho de Sabugal*, Sabugal (2ª ed., fac-similada, 1992).
- CORTEZ, Fernando Russel (1950), “Objectos de Liturgia Visigótica encontrados em Portugal”, *O Instituto*, vol. 114, Coimbra, pp. 52-92.
- COSME, Susana Rodrigues (1998) – “Aldeia Nova – Resultados de uma primeira sondagem”, *Côavisão*, n.º 0, Vila Nova de Foz Côa, pp. 63-68.
- COUTO, João (1927) – *O Convento de Santa Maria de Aguiar em Riba-Côa, termo de Castelo Rodrigo*, Porto.
- DAVID, Pierre (1947) – *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIIe Siècle*, Lisboa.
- DIAS, Mário Simões (1996a) – *Vilar Maior. História, Monumentos e Lendas*, Coimbra.
- _____ (1996b) – *Os Forais de Vilar Maior*, Coimbra.
- DIAZ Y DIAZ, Manuel C. (1961) – “Sobre la posible data de las pizarras salamantinas con signos numéricos”, *Zephyrus*, vol. 12, pp. 234-239.
- _____ (1975) – “Consideraciones sobre las pizarras visigóticas”, *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. V, Santiago de Compostela.
- DOZY, Reinhart P. (1861) – *Historia de los Musulmanes de España*, 4 vols., Barcelona, Turner, 1988 (1ª ed., 1861).
- FARIA, António Marques de (1988) – “On Finds of Suevic and Visigothic Coins in the Iberian Peninsula and their interpretation”, *Problems of the Medieval Coinage in the Iberian Area*, ed. by M. Gomes Marques e D. M. Metcalf, Santarém, pp. 71-88.
- FERNANDES, A. de Almeida (1965-69) – “Paróquias Suevoas e Dioceses Visigóticas”, *Arquivo do Alto Minho*, vol. IV, Viana do Castelo, 1966, pp. 164-205; vol. V, 1967, pp. 5-57; vol. VI, 1968, pp. 97-144; vol. VII, 1969, pp. 5-34.
- _____ (1967) – “Os limites da Arquidiocese Bracaraense até o tempo de S. Frutuoso”, *Bracara Augusta*, XXI, Braga, pp. 277-288.

- _____ (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca.
- FERREIRA, João Albino Pinto (1953) – *Antiguidades de Numão*, Porto.
- _____ (1954) – *Freixo de Numão. Apontamentos*, Porto.
- _____ (1962) – “Numão – Notável estação arqueológica”, *Studium Generale*, vol. 9 (1), Porto, pp. 118-124.
- _____ (1966) – “Cabeceiras de Sepulturas Medievais existentes em Numão”, *Lucerna*, vol. V, Porto, pp. 690-691.
- _____ (1978) – “Numão através da História”, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, AAP, pp. 411-420.
- FIDEL, Pe. Fidel (1913a) – “Caliabria Romana”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, vol. 62, Madrid, pp. 173-182.
- _____ (1913b) – “Caliabria y Ciudad Rodrigo”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, vol. 62, Madrid, pp. 264-275.
- FONSECA, Acácio Augusto da (1908) – “Mogadouro”, *Ilustração Transmontana*, Porto, pp. 183-186.
- FRADE, Helena (1990) – “Novos elementos sobre o templo romano de Almofala”, *Conimbriga*, vol. XXIX, Coimbra, pp. 91-101.
- GARCIA, José Maria (1965) – “Torre das Águias em Almofala – Riba Côa”, *Beira Alta*, vol. 24 (2), Viseu, pp. 223-233.
- GARCIA MORENO, Luís A. (1998) – “Riba Coa en el Periodo Visigodo”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 115-130.
- GOMES, Paulo Dordio (1993a) – “O Povoamento Medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho”, *Arqueologia Medieval*, vol. II, Porto, pp. 171-189.
- GOMES, Paulo José Antunes Dordio (1993b) – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A Reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (Séculos XII-XV)*, diss. de Mestrado, Porto, ed. policopiada.
- GOMES, Rita Costa (1988) – *Castelos. Raia da Beira. Distrito da Guarda*, Guarda.
- _____ (1996) – *Castelos da Raia*, vol. I, Beira, Lisboa.
- GOMEZ CENTURIÓN, José (1913) – “Historia Civitatense”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, vol. 62, Madrid, pp. 545-554.
- GOMEZ MORENO, D. Manoel (1966) – *Documentación Goda en Pizarra*, Madrid.
- GUIMARÃES, Gonçalves (1995) – “Arqueologia do Vale do Côa – A Estação Arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 35, 4, Porto, pp. 569-575.
- _____ (1996) – “A Estação Arqueológica da Quinta da Ervamoira – Muxagata, Vila Nova de Foz Côa”, *Douro – Estudos e Documentos*, vol. 1, Porto, pp. 263-265.
- _____ (1997) – *Museu de Ervamoira – Guia do Visitante*, Vila Nova de Gaia.
- _____ (1998) – “Cerâmica Romana e Medieval de Ervamoira”, *I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 2000, pp. 171-184.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino; BENÉITEZ GONZÁLEZ, Carmen; LARRÉN IZQUIERDO, Hortensia *et. al.* (1994) – “Las Pueblas Fronterizas entre León y Portugal en los Siglos XII y XIII: “Ciudadelas” de Riba-Côa (Beira, Portugal)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXXIV, 3-4, Porto, pp. 381-404.
- LADERO QUESADA, Miguel Angel (1997) – “La Formación de la Frontera de Portugal en los Siglos XII y XIII y el Tratado de Alcañices (1297)”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo CXCIV, Madrid, pp. 425-458.
- _____ (1998) – “O Tratado de Alcanices visto de Espanha”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 11-30.
- LEMONS, Francisco Sande (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, diss. de doutoramento, 4 vols. em 6 tomos, Braga, ed. policopiada.
- LIMA, Alexandra Cerveira, *et. al.* (1988a) – “Escavações Arqueológicas da Igreja de S. Mamede (Torre de Moncorvo)”, *Arqueologia*, vol. 17, Porto, pp. 231-234.

- LIMA; Alexandra Cerveira; RODRIGUES, Miguel; REBANDA, Nelson; GOMES, Paulo Dordio; TEIXEIRA, Ricardo *et. al.* (1988b) – “Escavações Arqueológicas na Igreja de S. Mamede (Torre de Moncorvo)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXVIII, 3-4, Porto, pp. 187-204.
- LIMA, António Manuel Carvalho (1993) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro*, diss. de mestrado, Porto, ed. policopiada.
- LOPES, David (1968) – *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, Lisboa.
- LOPES, Isabel Alexandra; SANTOS, Heloisa Valente dos; ABRANCHES, Paula Barreira (1998) – “Capela de S. Pedro de Numão – 1ª Intervenção na Vila Velha de Numão”, *Côavisão*, n.º 0, Vila Nova de Foz Côa, pp. 57-62.
- MACHADO, José Pedro (1964) – “A Península Hispânica segundo um geógrafo árabe do Século XII”, separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Jan.-Março 1964, pp. 17-52.
- _____ (1991) – *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Lisboa.
- MARQUES, José (1998) – “Os Municípios Dionisinos nos finais do Século XIII”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 211-231.
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses (1995) – *Sepulturas escavadas na rocha na Região de Viseu*, diss. de Mestrado, policopiada, Porto.
- MARQUES, Maria do Rosário; BAËRE, Pedro; COSME, Susana (1996) – “Calábria (Almendra, Vila Nova de Foz Côa). Primeira Notícia”, *Douro – Estudos e Documentos*, vol. I, Porto, pp. 278-279.
- MARQUES, Mário Gomes; CABRAL, J. M. Peixoto; MARINHO, J. Rodrigues (1995) – *Ensaio sobre História Monetária da Monarquia Visigoda*, Porto, SPN.
- MARTÍN, José-Luís (1998) – “San Julián del Pereiro entre Calatrava y Alcántara”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 185-195.
- MARTINEZ DIEZ, Gonzalo (1971) – “Los Fueros de la Familia Coria Cima-Coa”, *Revista Portuguesa de História*, vol. XIII, Coimbra, pp. 343-373.
- MATEU Y LLOPIS, Felipe (1979) – “Gothorum Reges in Calábria”, *Nvmmvs*, 2ª Série, vol. I, Porto, pp. 7-12.
- MATHIAS, Michael (1995) – “Elementos para o estudo do povoamento medieval do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, Distrito da Guarda”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 35 (3), Porto, pp. 495-500.
- _____ (1998) – “O Projecto “Castelo de Castelo Melhor”, Vila Nova de Foz Côa, Distrito da Guarda – Investigação Arqueológica e Estudo de Conservação/Recuperação”, *I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 2000, pp. 287-300.
- MATTOSO, José (1981) – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa.
- _____ (1987) – “Da Comunidade Primitiva ao Município. O Exemplo de Alfaiates”, *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Ed. Estampa, pp. 35-48.
- MERA, Paulo; GIRÃO, Aristides de Amorim (1943) – “Territórios Portugueses no Século XI”, *Revista Portuguesa de História*, vol. II, Coimbra, pp. 255-263.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999) – *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Coimbra, Ed. Colibri.
- MORENO, Humberto Baquero (1982) – “A Vila de Torre de Moncorvo no Reinado de D. João I”, *Estudos Medievais*, vol. 2, Porto, pp. 33-43.
- _____ (1986a) – “A Irmandade de Riba Côa dos Fins do Século XIII”, *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 27-32.
- _____ (1986b) – “Elementos para o Estudo dos Coutos de Homiziados instituídos pela Coroa”, *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 93-138.
- _____ (1998) – “O Tratado de Alcanices à luz da Diplomacia”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 41-51.
- MOURINHO, António Maria (1986) – “Epigrafia Latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal – 1947”, *Brigantia*, VI (1-2-3), Bragança, pp. 3-36.

- ____ (1987) – “Epigrafia Latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal – 1947”, *Brigantia*, vol. VII (1), Bragança, 1988, pp. 101-133.
- NETO, José Maria (1975) – *O Leste do Território Bracarense*, Braga.
- NEVES, Victor Manuel Leal Pereira (1979) – *A Antiga Vila de Sortelha, Aldeia-Museu de Portugal*, s/l.
- ____ (1996) – *As Aldeias Históricas de Marialva, Linhares e Castelo Mendo – Conjuntos Históricos a Valorizar*, Lisboa.
- NOGUEIRA, José Artur Anes Duarte (1982) – “A organização municipal da Extremadura Leonesa nos Sécs. XII e XIII”, *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LVIII, Coimbra, pp. 373-431.
- ____ (1998) – “Os Municípios Medievais em Riba Côa dos inícios do Século XIII a 1297”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 197-209.
- OLIVEIRA, Miguel de (1941) – *Epigrafia Cristã em Portugal*, Lisboa.
- OSÓRIO, Marcos (1998) – “Sabugal Velho – Primeiras Achegas para o Estudo da Estação Arqueológica”, *I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 2000, pp. 201-214.
- PINTADO, Francisco António (1992) – *O Castelo de Freixo de Espada à Cinta. Notas para o seu estudo*, Freixo de Espada à Cinta, C. M.
- POLICARPO, D. José da Cruz (1998) – “A Cidade Romana e a Diocese de Calábria”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 107-114.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1957) – “A Vila Morta de St^a Cruz da Vilarça”, *Horizonte*, vol. 4(45), Guarda, pp. 73-76.
- ____ (1965) – “O Templo romano de Almofala. Nova Interpretação sobre o Casarão da Torre”, *Beira-Alta*, vol. 24 (4), Viseu, pp. 433-435.
- RODRIGUES, Adriano Vasco; BRANDÃO, D. Domingos de Pinho (1962) – “Missão de Estudo Arqueológico na Região da Vilarça – Moncorvo”, *Studium Generale*, vol. 9 (1), Porto, pp. 336-351.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1983) – *Terras de Meda. Natureza e Cultura*, Meda.
- RODRIGUES, Miguel; REBANDA, Nelson (1995) – “Cerâmicas Medievais do Baldoeiro (Adeganha, Torre de Moncorvo)”, *1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu estudo*, Tondela, pp. 51-66.
- SALGADO, Abílio José (1983) – “O Castelo de Mogadouro no sistema defensivo do Nordeste Transmontano”, *Livro do Congresso. II Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, pp. 26-29.
- SANTOS, Heloisa; LOPES, Isabel; ABRANCHES, Paula Cristina (1996) – “Vila Velha de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Uma Primeira Abordagem”, *Douro – Estudos e Documentos*, vol. I, Porto, pp. 280-281.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos (1980) – “O Castelo dos Mouros, Castro do Monte de S. Paulo e a sua Calçada de Alpajares (Freixo de Espada à Cinta)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23, 4, Porto, pp. 373-391.
- ____ (1983) – “A Derruída ou Vila Velha de Santa Cruz da Vilarça”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 24, 3, Porto, pp. 538-548.
- SERRA, Pedro Cunha (1967) – *Contribuição Topo-Antroponímica para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*, Lisboa.
- SILVA, José J. (1992) – *Monografia do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo*, Figueira de Castelo Rodrigo.
- VASCONCELOS, José Leite de (1932-34) – “Antigalhas do Museu Etnológico”, *Revista de Arqueologia*, vol. I, Lisboa, pp. 4-5.
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa (1938) – “Solução do problema cronológico da segunda Reconquista Cristã de Coimbra”, sep. de *Brotéria*, vol. XXVI, Lisboa.
- VEIGA, Francisco António (1856) – *O Castello de Calábria*, Coimbra.
- VELAZQUEZ SORIANO, Isabel (1989) – *Las Pizarras Visigodas. Edición Crítica y Estudio*, Murcia.
- VENTURA, Leontina (1992) – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Diss. de Doutoramento, 2 vols., Coimbra.

- VICENTE, António Maria Balcão (1996) – *Santa Maria de Aguiar – Um Mosteiro de Fronteira. Património Rural e Paisagem Agrícola (Séculos XII-XIV)*, Diss. de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras UL.
- VIGUERA MOLINS, Maria Jesús (1998) – “En torno a Riba Coa y al-Andaluz”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 131-152.
- VITERBO, Francisco Maria de Sousa (1899-1922) – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 3 vols., Lisboa, 1899-1904-1922 (2ª ed., fac-similada, Lisboa, INCM, 1988).
- VIVES, José (1969) – *Inscripciones Cristianas de la España Romana y Visigoda*, 2ª ed., Barcelona.